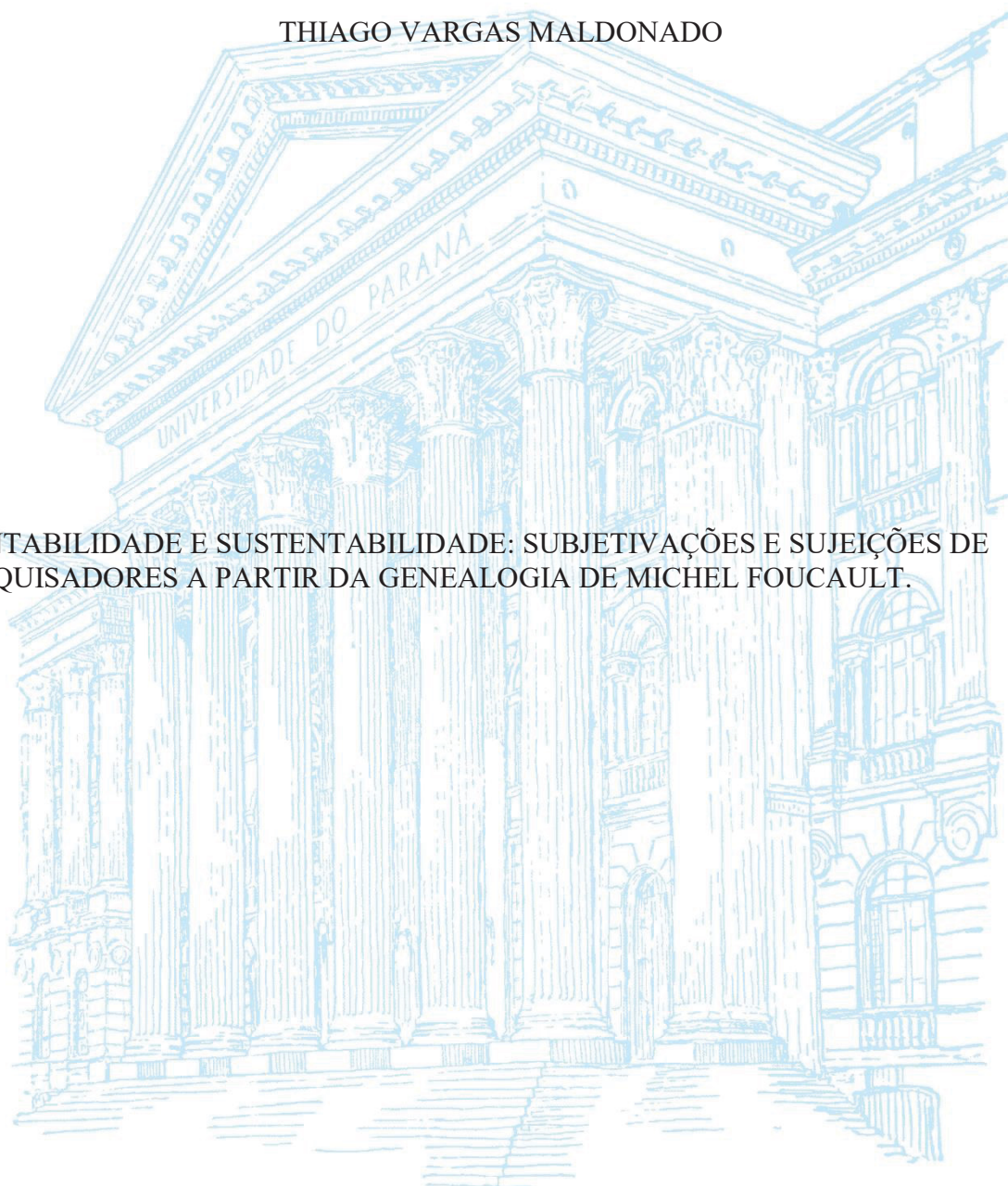


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO VARGAS MALDONADO

CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: SUBJETIVAÇÕES E SUJEIÇÕES DE PESQUISADORES A PARTIR DA GENEALOGIA DE MICHEL FOUCAULT.



CURITIBA - PR

2022

THIAGO VARGAS MALDONADO

CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: SUBJETIVAÇÕES E SUJEIÇÕES DE
PESQUISADORES A PARTIR DA GENEALOGIA DE MICHEL FOUCAULT.

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, linha de pesquisa Contabilidade e Controle Gerencial, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Contabilidade.

Orientador: Dr. Luiz Panhoca.

CURITIBA
2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Maldonado, Thiago Vargas

Contabilidade e sustentabilidade : subjetivações e sujeições de pesquisadores a partir da genealogia de Michel Foucault / Thiago Vargas Maldonado. – Curitiba, 2022.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Panhoca.

1. Genealogia. 2. Pesquisadores. 3. Contabilidade.
4. Sustentabilidade. I. Panhoca, Luiz. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.
III. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CONTABILIDADE da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **THIAGO VARGAS MALDONADO** intitulada: **CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: SUBJETIVACOES E SUJEICOES DE PESQUISADORES A PARTIR DA GENEALOGIA DE MICHEL FOUCAULT.**, sob orientação do Prof. Dr. LUIZ PANHOCA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Agosto de 2022.

Assinatura Eletrônica
01/09/2022 09:34:49.0
LUIZ PANHOCA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
31/08/2022 16:32:54.0
VICENTE PACHECO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
06/09/2022 10:50:29.0
GELCIOMAR SIMÃO JUSTEN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO)

Assinatura Eletrônica
01/09/2022 11:30:00.0
SAYURI UNOKI DE AZEVEDO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
31/08/2022 20:54:46.0
EDICREIA ANDRADE DOS SANTOS
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
01/09/2022 15:13:05.0
FERNANDA FILGUEIRAS SAUERBRONN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

AVENIDA PREFEITO LOTHARIO MEISSNER, 632 - 1º ANDAR - SALA 120 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80210-170 - Tel: (41) 3360-4193 - E-mail: ppgcont@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 218944

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.pppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 218944

Dedicatória

Ao meu orientador Luiz Panhoca, que esteve ao meu lado me incentivando mesmo quando duvidei ser possível.

A minha mãe, por todo apoio emocional sem o qual essa pesquisa não teria sido possível. Às minhas irmãs, meus sobrinhos e meu pai. À minha vó Maria Docilda de Panda Vargas (*in memoriam*) sempre te amarei vizinha.

Também a todos os pesquisadores que pensam fora do convencional, sobretudo, aos que incomodam e expõem a mediocridade e pequenez dos que estão embriagados na ilusão do poder. Em especial dedico aqueles pesquisadores que deixaram suas famílias, estados, cidades para lutar por seus sonhos, aprendendo a conviver com a perversidade e lutando contra todas as adversidades que tentam nos impedir, lembrem-se que o mundo é bom, uma coisa ou outra que destoa, mas isso também passa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos Deuses e à minha mãe por mais uma vez estar presente e fazer o possível para que eu pudesse estudar com o mínimo de preocupações possíveis, você é a mais sublime e amada pessoa em minha vida. Às minhas irmãs Michele e Rayana e meus sobrinhos Felipe e Alice, que também sempre estiveram presentes com suas preocupações com meu bem estar, em especial nessa época sombria de pandemia que assolou o mundo. Amo vocês acima de tudo e agradeço aos Deuses por vocês existirem.

Agradeço imensamente ao meu orientador professor Dr. Luiz Panhoca, que acreditou em mim, e que foi como um pai para mim, juntamente com sua esposa Iracema, foram como uma família longe de casa, não sabem como foram importantes neste processo.

Aos professores que se prontificaram em responder esta pesquisa, minha gratidão. Aos professores do PPGCONT pelas contribuições na minha formação, e aos secretários do programa Márcio e Camila.

Aos professores Dr^a Fernanda Sauerbronn, Dr. Gelciomar Simão Justen, Dr^a Sayuri Unoki de Azevedo, Dr^a Edicrécia Andrade dos Santos e Dr. Vicente Pacheco por terem aceito avaliar meu trabalho e contribuir para seu crescimento.

Aos meus amigos Alison Martins Meurer, Iago França Lopes, Antônio Nadson Mascarenhas, Fabiana Frigo e Juliane Andressa Pavão, por serem luz onde as trevas habitam, saibam que vocês são importantes demais para mim, e que apesar dos meus sumiços, amo vocês!

À Lilith e Lúcifer, meus peludos e companheiros inseparáveis, sua companhia, em especial no tempo de isolamento da pandemia, foi imprescindível, amo vocês e com certeza minha vida tem mais cor devido suas presenças.

À UFPR essa universidade que amo e que viverá em mim para sempre, e ao Programa de Pós-graduação em Contabilidade PPGCONT, muito obrigado.

Agradeço por fim à Capes e ao Cnpq pelo suporte financeiro, por meio do fornecimento de bolsa durante o curso, ainda que...

“E meus amigos parecem ter medo de quem fala o que sentiu, de quem pensa diferente, nos querem todos iguais. Assim é bem mais fácil nos controlar e mentir, mentir, mentir e matar, matar, matar o que eu tenho de melhor, minha esperança.” (Russo, Bonfá & Villa-Lobos, 1996).

RESUMO

Compreender os ambientes nos quais um sujeito se conforma é uma tarefa complexa devido as diversas nuances que cercam este, como ambiente, círculo social, formação ético-cultural etc. Entretanto, Foucault inaugura uma forma de historicizar estes sujeitos a partir das verdades circuladas e legitimadas, além da biopolítica que transpassam os corpos dos indivíduos moldando os comportamentos e desejos dos mesmos. No que tange aos pesquisadores, os poderes disciplinares que envolvem o maquinário acadêmico, além dos discursos produzidos pelos demais integrantes da área em que atuam produzem estes saberes-poderes. O estudo apresentou como objetivo compreender o conjunto de representações discursivas presentes nos arquivos selecionados para a análise, com foco na maneira pela qual o pesquisador que adota a sustentabilidade como linha de pesquisa dentro do campo contábil no Brasil produz modos de sujeição e subjetivação. Para isto propôs-se a utilização do método genealógico preconizado por Michel Foucault e que toma por pressuposto abandonar as buscas das origens, da noção de substância transcendental em um primeiro momento e focar em entender as relações ou jogos de dominação que compõem os acontecimentos de um ou mais arquivos. Neste sentido, partindo da episteme pós-estruturalista, o estudo propõe verificar os arquivos da sustentabilidade, dos pesquisadores da temática de sustentabilidade na contabilidade e da produção científica destes. Para isto selecionou-se as formações discursivas e suas (des)continuidades em torno da temática de sustentabilidade, entrevista semiestruturadas com 6 pesquisadores selecionados no universo de programas de pós-graduação em contabilidade no Brasil e a produção científica dos mesmos que foi composta de um universo de 71 artigos. Os resultados indicam que os pesquisadores percebem a área enquanto hostil a estudos na temática de sustentabilidade na área e subjetivam esses discursos a partir da ressignificação de conceitos tradicionais, e.g. a definição de entidade. Enquanto sujeições os pesquisadores tendem a se sujeitar aos padrões discursivos legitimados para acessar periódicos de alto impacto, a pesquisarem outras temáticas ou a publicar em revistas com menor *Qualis*.

Palavras-chave: Genealogia; Pesquisadores; Contabilidade; Sustentabilidade.

ABSTRACT

Understanding the environments in which a subject conforms is a complex task due to the various nuances that surround it, such as environment, social circle, ethical-cultural training, etc. However, Foucault inaugurates a way of historicizing these subjects from the circulated and legitimized truths, in addition to the biopolitics that permeate the bodies of individuals, shaping their behaviors and desires. As far as researchers are concerned, the disciplinary powers that involve the academic machinery, in addition to the discourses produced by the other members of the area in which they work, produce these knowledge-powers. The study aimed to understand the set of discursive representations present in the files selected for analysis, focusing on the way in which the researcher who adopts sustainability as a line of research within the accounting field in Brazil produces modes of subjection and subjectivation. For this, the use of the genealogical method advocated by Michel Foucault was proposed, which assumes to abandon the search for origins, for the notion of transcendental substance at first, and focus on understanding the relationships or games of domination that make up the events of a or more files. In this sense, starting from the post-structuralist episteme, the study proposes to verify the archives of sustainability, of the researchers of the theme of sustainability in accounting and of their scientific production. For this, discursive formations and their (dis)continuities around the theme of sustainability were selected, semi-structured interviews with 6 researchers selected from the universe of graduate programs in accounting in Brazil and their scientific production that was composed from a universe of 71 articles. The results indicate that researchers perceive the area as hostile to studies on the subject of sustainability in the area and subject these discourses from the resignification of traditional concepts, e.g. the entity definition. As subjects, researchers tend to be subject to discursive patterns legitimized to access high-impact journals, to research other themes or to publish in journals with lower *Qualis*.

Key-words: Genealogy; Researchers; Accounting; Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Nuvem de Palavras-chave em periódicos A2 brasileiros 2013-2016.....	15
Figura 2. Palavras-chave.....	16
Figura 3. Centralidade <i>betweenness</i> de coautoria entre os pesquisadores no quadriênio 2013-2016.	21
Figura 4. Design da pesquisa.....	64
Figura 5. Nuvem de palavras encontradas nos títulos dos trabalhos.	68
Figura 6. Quantitativo de trabalhos publicados por <i>Qualis</i>	69
Figura 7. Distribuição temporal dos trabalhos consultados.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Conferências mundiais sobre o meio ambiente e sustentabilidade.....	27
Tabela 2. Quatro características do poder.	55
Tabela 3. Filtros propostos para seleção dos artigos estudados.	62
Tabela 4. Pesquisadores da temática de sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação em Contabilidade no Brasil.	65
Tabela 5. Categorias de análise.	66
Tabela 6. Revistas com publicações nos <i>Qualis</i> superior da CAPES.	71
Tabela 7. Características dos estudos encontrados.....	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVO GERAL.....	19
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
1.3	A TESE.....	19
1.4	JUSTIFICATIVA.....	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	SUSTENTABILIDADE.....	24
2.1.1	O Progresso	24
2.1.2	A Sustentabilidade.....	27
2.2	ANÁLISES EM FOUCAULT.....	44
2.2.1	O discurso enquanto método de análise	44
2.2.2	A Arqueologia	49
2.2.3	A Genealogia	52
2.2.4	A Presença de Foucault na Contabilidade	58
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	61
3.2	COLETA DE DADOS	62
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	68
4.1	INDICATIVOS DISCURSIVOS DO ARQUIVO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA.	68
4.2	NARRATIVAS E ENUNCIADOS DOS SUJEITOS PESQUISADORES DA TEMÁTICA DE SUSTENTABILIDADE NA CONTABILIDADE.....	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
	APÊNDICE A	118
	ANEXO I.....	119
	ANEXO II.....	124

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa científica na Contabilidade tem um desenvolvimento tardio dentro de uma perspectiva positiva, a partir dos anos 2000 (Iudícibus, Martins & Carvalho, 2005a) e com particularidades que apontam um desenvolvimento diferente do que ocorre em outros países. Esse desenvolvimento ocorre em especial devido a abertura de novos programas de mestrado e doutorado a partir do início do século XXI (Souza, Machado & Bianchi, 2011; Aragão, Martins & Casa Nova, 2013). Até 2007, o único programa de doutorado em Contabilidade em funcionamento no Brasil se localizava na Universidade de São Paulo (USP), o que a coloca em uma posição de poder e controle da produção científica que cresce a partir de então e, durante esse desenvolvimento, surgem naturalmente diversas linhas de pesquisa dentro dos programas.

Uma destas correntes, pesquisa assuntos voltados a ideia de sustentabilidade. Grzebieluckas, Campos e Selig (2012) por exemplo, apontam que de 1996 a 2000 foram publicados 15 artigos em revistas e congressos da área contábil relacionados a custos ambientais, de 2000 a 2007 esse número subiu para 48 artigos. Freitas, Quaresma, Schmitt, Gonçalves e Quintana (2012) em busca pelas palavras: *ambiental, meio ambiente, sustentabilidade, ecologia, ativos/passivos ambientais* em 3 periódicos vinculados a Programas de Pós-graduação (PPG's), sendo estas a Revista Contabilidade e Finanças (USP), a Revista UNB Contábil e a Revista Universo Contábil (Universidade Regional de Blumenau – FURB), encontraram 575 artigos publicados no período de 2001 a 2011.

Gallon, De Souza, Rover e Van Bellen (2007) por sua vez pesquisaram pelas palavras *meio ambiente, sustentabilidade e ecologia* no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) e em revistas da área com *qualis* Capes A de 2001 a 2006. Os autores encontraram 210 artigos sendo apenas 40 em periódicos, o que mostra interesse dos pesquisadores pelo tema, entretanto, segundo os mesmos, estes trabalhos não se encaminham para publicação definitiva em revistas.

Percebe-se que os trabalhos divergem entre si, em especial devido a questões metodológicas, entretanto, é possível perceber um crescente interesse (ou um crescente aumento no número de pesquisadores, ou os dois) a partir do ano 2000, mesmo que já houvesse trabalhos próximos a temática de sustentabilidade antes disto. O que pode ser efeito da ECO-92, que entre as diversas discussões propôs um envolvimento da academia e da própria contabilidade com o tema, em especial, com a publicação do manual de Contabilidade da

Gestão Ambiental (UN, 2001) fruto destas discussões e, também, do reforço destas discussões da RIO+20.

Contudo, no ano de 2022 constata-se a existência 27 PPG's (CAPES, 2022b) em Contabilidade em funcionamento no Brasil, apesar de nenhum destes ter como linha de pesquisa especificamente a temática de sustentabilidade, quase 60% destes programas possuem professores que sinalizam em suas *bios* ou em seus currículos *lattes* interesses de pesquisa na área de sustentabilidade. Seria então natural a recorrência e destaque do tema (ao menos) dentro da academia.

Um indicador inicial disto, da produção do conhecimento e da demanda de conhecimento sobre determinado tema, sobretudo em seu estágio inicial da construção do conhecimento, são os congressos (R. C. M. Pereira, Constantino, Sauerbronn & Macedo, 2019). Kuhn (1962) advoga que os congressos são o espaço em que se estrutura a comunidade científica por meio de um debate heterogêneo onde são marcados as abrangências, limites e definições de um objeto em determinada ciência. Nesse sentido, é natural que estes eventos tenham uma quantidade maior de publicações em relação as revistas, que passam primeiramente pelo filtro dos editores mas que segundo R. C. M. Pereira *et al.* (2019), reflete o desejo de produção de conhecimento dessa comunidade.

Entretanto, o que é “aceito” para debate passa, antes do filtro dos avaliadores, por um controle dos coordenadores de área dos eventos. Se olharmos para os dois principais congressos da área de Contabilidade, sendo eles o Congresso Internacional de Contabilidade da USP e o Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont), observa-se que em ambos o tema da sustentabilidade é contemplado. No congresso da Anpcont de forma bastante específica, o tema é tratado na área temática “Tópicos Especiais de Contabilidade (TEC)” restrito a relatórios como *Global Reporting Initiative* (GRI), *Relato Integrado* (RI) e *Balanço Contábil das Nações* (BCN) (Anpcont, 2022), ou seja, entende-se que para o Anpcont o tema é excepcional à contabilidade sendo incluído em uma categoria genérica que abrange tudo aquilo que não foi considerado relevante para discussão dos demais pesquisadores ou por receber um baixo número de manuscritos dessa temática.

Já o congresso USP apesar da nomenclatura de sua “Área VIII: *Relato Integrado - Integrated Reporting and Sustainability Reporting*”, abrange uma grande variedade de temas relacionados a sustentabilidade além dos relatórios citados, como análises de energia, microcrédito, indicadores de sustentabilidade e, também, trabalhos que envolvam os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), Pacto Global e outras iniciativas das Nações Unidas

que passam a concordarem entre si. F. Costa (2016) estudou a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu e sua Teoria de Campos os processos de socialização acadêmica, o *habitus* dos sujeitos envolvidos, as características epistemológicas das produções e, também o capital científico da área contábil. A conclusão do estudo caracteriza a Contabilidade estagnada, com um *mainstream* voltado para *epistemes* positivistas, e com disputas de poder internas, não estando concentrada em pessoas, mas em instituições.

Resultado semelhante encontrado por Martins (2012, p. 9) que afirma que na academia contábil brasileira “há falta de entendimento dos conceitos filosóficos que balizam o processo de geração de conhecimento profundo e fundamentado, levando a um cientificismo monoparadigmático desinformado”. R. C. M. Pereira *et al.* (2019) encontraram o mesmo cenário no congresso Anpcont de 2001 a 2016, relatando a quase unânime presença de pesquisas funcionalistas, com poucas pesquisas qualitativas. Não foram encontradas pesquisas com metodologias semelhantes com foco nas pesquisas em sustentabilidade na contabilidade.

Pode-se pensar então duas possibilidades referentes a este assunto, a primeira de que o conhecimento em torno do tema na área e seus produtores são rejeitados porque este saber estaria sendo produzido em correntes epistemológicas divergentes ao *mainstream*. Existem diversas críticas entre autores de sustentabilidade de que não é possível pesquisas condizentes ao tema a partir de métodos positivistas devido seu caráter reducionista e simplista (e.g. estudos que envolvam teoria dos sistemas complexos) (Mebratu, 1998; Milne, Kearins & Walton, 2006; Dias Conde, 2012). A segunda de que, ainda que as pesquisas em sustentabilidade na Contabilidade sigam o discurso do *mainstream*, estas ainda estão à margem das publicações do campo nacional e, portanto, com outras questões envolvidas.

Ao questionar-se a ausência destes trabalhos em periódicos de impacto no Brasil, precisa-se pensar as possibilidades que envolvem o ‘ser pesquisador’ em sustentabilidade na ciência contábil, isto passa não só pela sua formação, rigor metodológico e volume de produções. Também é necessário localizar as condições que permitam ou não a existência desse pesquisador, quem o forma, o suporte ao qual se alicerça suas pesquisas, o que dita o *mainstream*, quais discursos são incorporados, quais são excluídos, como interagem em suas subjetividades em relação à área, ao que se sujeitam, ao que resistem para estarem nessa posição (Foucault, 1987). Talvez devido a questão de que desde seu surgimento e consolidação, o discurso de sustentabilidade foi balizado a partir de um caráter crítico e antissistema (Piga & Mansano, 2015), ao menos até a década de 1980. Nesse sentido cabe o questionamento de como a temática ingressa os campos da área contábil no Brasil que em relação a Europa é mais tardio.

Bebbington (2021) ao se referir à Contabilidade ambiental, comenta que na Europa o ingresso da temática acontece a partir do final dos anos de 1960 pela consolidação de três elementos. O primeiro atendendo aos debates que já existiam neste momento em relação a como a contabilidade poderia reportar os efeitos adversos das atividades corporativas no ambiente e na sociedade. O segundo elemento foi o desenvolvimento de uma concepção crítica dos próprios profissionais de que a contabilidade é uma prática que ecoa tanto na sociedade quanto nas instituições, isto foi possível pela fuga do paradigma econômico-financeiro, a partir de um sistema de pensamento construcionista interpretativo e social que amparou a ideia de que a contabilidade poderia criar visibilidade em torno de assuntos ambientais (Hines, 1988). E o terceiro elemento foi uma tomada de consciência política associada à integridade dos sistemas ambientais. (Bebbington, 2021).

Nesse sentido, a fim de compreender as possibilidades e condições que envolvem um conhecimento, Michel Foucault nos traz o método genealógico enquanto uma perspectiva de estudo que explica a emergência das formações discursivas, não no sentido de origem, ou de criação, mas no de condições e possibilidades que permitiram a emergência de um determinado discurso. Estas noções discursivas são formadas a partir de práticas discursivas e processos de legitimação que estão atrelados a produção de saberes que engendram relações de poder e que assinalam os enunciados de verdade, as relações de poder, as disposições arquitetônicas, os discursos e jogos de verdade que estão internalizadas no meio social e que direcionam e subjetivam os sujeitos em seus comportamentos, práticas, e modos de ser e agir no mundo, sendo este também o lugar onde estes podem exercer suas reflexões, resistências e sua existência (Foucault, 1979, 1987, 1996, 1999a).

Assim, a mera opção de um sujeito por afinidade com um tema de pesquisa comporta relações sociais, práticas e dispositivos de poder e saber, modos de subjetivação e sujeição, discursos e biopolíticas que não se resumem apenas na produção de conhecimento sobre determinado assunto. O sujeito enunciado por Foucault não corresponde ao homem em sua divisão ontológica, mas sim enquanto um corpo de processos que se movimentam e se constroem a todo momento, o sujeito não é observado de um lugar fixo, mas a partir dos processos de sujeição e subjetivação dos diversos discursos que constituem o homem moderno (que para Foucault é uma invenção que surge na virada do séc. XVIII para o XIX) (Foucault, 1999a; O. L. Costa, 2021).

Os modos de sujeição e subjetivação se caracterizam, no primeiro a partir de técnicas disciplinares que tem como objetivo o controle do indivíduo, enquanto que no segundo se

caracteriza enquanto a estrutura disciplinar que individualiza o sujeito e o processamento das regras do jogo a partir de técnicas de si, no qual o mesmo irá tentar maximizar seu prazer podendo ou não acatar tais regras ou modifica-las (Foucault, 1979, 1987, 1995; Deleuze, 2005). Deste modo, compreendendo que o ambiente acadêmico na contabilidade como produtor de enunciados de verdade e que, aliado a outros processos discursivos, disciplinares e biopolíticos transpassam o corpo dos sujeitos que produzem conhecimento na temática de sustentabilidade nesta área a fim de produzir corpos úteis, questiona-se: como se apresentam os discursos relacionados à sustentabilidade pelos pesquisadores da temática na contabilidade no Brasil?

1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o conjunto de representações discursivas presentes nos arquivos selecionados para a análise, com foco na maneira pela qual o pesquisador que adota a sustentabilidade como linha de pesquisa dentro do campo contábil no Brasil produz modos de sujeição e subjetivação em seus discursos relacionados a sustentabilidade.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Compreender a formação pessoal dos pesquisadores contábeis da temática da sustentabilidade;
- b) Investigar a construção do discurso na produção científica em sustentabilidade na contabilidade;
- c) Identificar como os sujeitos pesquisados compreendem o campo e o meio acadêmico a partir de suas subjetividades e sujeições.

1.3 A TESE

Ao observar os diferentes modos de constituição do sujeito moderno é possível verificar dentro das narrativas do sujeito que pesquisa sustentabilidade no meio acadêmico contábil, suas experiências, técnicas de si e, como a produção desse conhecimento impacta sua construção subjetiva e a sua opção pelo tema dentro desse campo do saber.

Toma-se como pressuposto a contabilidade enquanto tecnologia disciplinar que visa a produção de corpos economicamente úteis na sociedade (A. R. Silva, Rodrigues & Sangster, 2020). Desde sua forma embrionária na antiguidade, o objetivo na aplicação das técnicas de contabilidade

está vinculado ao controle do patrimônio, seja ele expresso em animais, grãos ou ao dinheiro (Iudícibus *et al.*, 2005a; Iudícibus, Martins & Carvalho, 2005b; Iudícibus & Marion, 2008). Com as evoluções na contabilidade promovidas pelo advento da Revolução Industrial (Boyns & Edwards, 2006), a ascensão do capitalismo enquanto regime econômico dominante e a separação da propriedade e controle do capital, a contabilidade tornou-se efetivamente uma ferramenta de controle e vigilância sobre o capital (Da Silveira & Esteves, 2013). Ainda, com a convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade (*International Financial Report Standarts* - IFRS), que no Brasil se desenvolveu para a vigilância do estado sobre as entidades (M. S. Silva & De Assis, 2015), passa a ter como seu objetivo principal o dono do capital. A ciência contábil é então não apenas desenvolvida, mas ensinada e estimulada com o objetivo de maximização do retorno de capital (Mendes, Da Fonseca & Sauerbronn, 2020).

Assim, é possível a partir do pensamento foucaultiano compreender a contabilidade enquanto saber produzido e legitimado para o controle e vigilância, utilizando as demonstrações contábeis enquanto panóptico¹ para exercício deste poder (Foucault, 1987). Deste modo, os profissionais são formados para ingressar estas forças de controle na proteção e maximização do capital, tornando estes corpos economicamente úteis e disciplinando os demais para mesmo fim. O contador é assim, a polícia do capital.

Neste sentido compreendendo que a partir de uma análise genealógica compreender estes processos implica em observar as relações de poder, que atravessam estes sujeitos, suas (des)continuidades, rupturas e condições discursivas que permitam sua existência e resistência (Foucault, 1979, 1987, 1995, 1996; Deleuze, 2005; Foucault, 2008a; Ferreirinha & Raitz, 2010), defende-se a tese que **sendo a contabilidade uma tecnologia disciplinar e biopolítica para formação de corpos economicamente úteis, pesquisadores da temática de sustentabilidade no Brasil que não se normalizam são marginalizados enquanto corpos desviantes.**

1.4 JUSTIFICATIVA

¹ Foucault (1987) elabora a teoria do panóptico baseando-se nos estudos de Bentham. Para Foucault a sociedade contemporânea é disciplinar e controla o comportamento dos indivíduos que a compõem por meio da vigilância, ferramenta que é utilizada pelo poder para controlar e corrigir os corpos desviantes. O panóptico é então uma estrutura que impõe comportamentos baseando-se na ideia de que estamos sendo observados, normalizando comportamentos em um estrato considerado normal, punindo os desvios e reforçando-se o “bom comportamento”. A efetividade do panóptico se dá em especial, devido produzir nos sujeitos uma autogestão e autocensura de seu comportamento, a invisibilidade da vigilância a torna potencialmente poderosa, visto que o sujeito não pode determinar se está ou não sendo vigiado e isto torna o comportamento controlado.

Segundo F. Costa (2016), pesquisas que indiquem regras consolidadas nas práticas sociais de investigação científica, a posição dos sujeitos e as formações do pensamento acadêmico na Contabilidade carecem de maior atenção e importância visto constituir uma visão sistêmica da área como um todo. Marcar um perfil de um determinado campo do saber, em um determinado período, sob determinada perspectiva, demonstra o comportamento característico de uma disciplina, quando esta atinge um determinado grau de maturidade (Vasconcellos Leão Lyrio, Borba & Da Costa, 2007).

É salutar propor reflexões sociológicas para a contabilidade ao abordar questões a partir de lugares que fogem a métodos tradicionais. Ganz, De Lima e Haveroth (2019) ressaltam as críticas à tradição positivista que foi importada para a Contabilidade no Brasil e ressaltam o apego dos pesquisadores da área ao fetiche aos métodos econométricos e estatísticos e alertam para um esvaziamento criativo por parte dos pesquisadores nas temáticas de pesquisa. Em especial, quando tratamos de pesquisas envolvendo relações humanas é *mister* que ao estudá-las e compreendê-las, o façamos a partir de lentes que abarquem e nasçam destas relações. Morin (2005) afirma que a academia é o lugar de embate de ideias, de competições pessoais e, conseqüentemente, sentimentos como inveja e a mesquinhez. Neste sentido é inocente pensar que não existam regras do jogo a serem seguidas e forças disputando a autoridade e legitimidade na enunciação de discursos (Foucault, 1979). Welter, De Souza, Trajano e Behr (2021) pesquisaram as constituições dessas relações, a partir das redes de coautoria na Contabilidade (Figura 3).

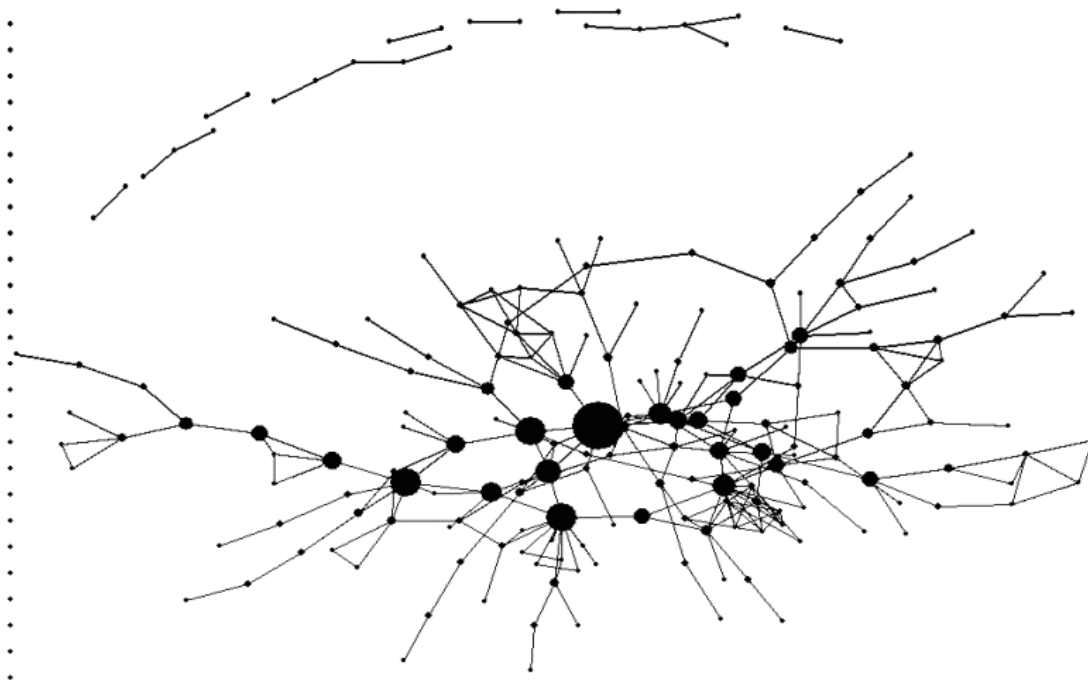


Figura 3. Centralidade *betweenness* de coautoria entre os pesquisadores no quadriênio 2013-2016.

Fonte: Welter *et al.* (2021, p. 154).

O trabalho é feito a partir das relações entre docentes de PPG's no Brasil que produzem entre si e a Figura 3 representa os sujeitos com maior centralidade de intermediação na rede o que em outras palavras significa que estes são os que disseminam informações. Segundo Welter *et al.* (2021), 5 professores, todos homens, nenhum da área de sustentabilidade, são os atores mais proeminentes na rede.

Entretanto o que este estudo se preocupa é em saber o que ocorre com aqueles pontos na parte superior do gráfico, porque existe essa descontinuidade ou ruptura na rede, estão isolados por quê? Onde estão os que pesquisam sustentabilidade? Nesse sentido é preciso compreender o poder a partir de Foucault, não enquanto uma estrutura vertical, nem enquanto algo negativo, mas sim enquanto sua microfísica e enquanto constitutivo dos sujeitos (Foucault, 1979).

É salutar entender como estão dispostas as regras de socialização dentro dos PPG's visto que, são instituições de socialização profissional e científica, são os lugares onde são produzidos os parâmetros e, portanto, os enunciados de verdade que irão penetrar nos corpos dos acadêmicos que são formados nestes espaços produzindo subjetivações e sujeições por parte dos mesmos, em especial pois é desejo dos mesmos ingressarem estes espaços profissionalmente, o que traduz uma relação desejo-poder (Foucault, 1979, 1995).

Também é necessário compreender os processos que estão além do âmbito dos PPG's já que não são arquiteturas isoladas do meio e que, também, estão sob influência de biopoderes e tecnologias de poder, como por exemplo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), outros PPG's, os alunos, que irão produzir efeitos de poder nestes programas. Aprender esta relação é fundamental para compreender também como estas relações vibram até estas micro relações.

Outra questão é que apenas compreendendo as formações, os enunciados, as práticas discursivas, as técnicas de si e o desejo de saber-poder é que se é possível a produção de resistência e libertação de processos de sujeição, por meio da vida não-facista ou o anti-édipo (Foucault, 1977, 1979, 1987, 1995, 1999a; Deleuze & Guattari, 2010). Foucault (1977) discorre que nosso maior oponente é o fascismo, não só aquele associado a Hitler e Mussolini, mas aquele que está imbricado em nossos corpos, martelando nossos pensamentos, espíritos e condutas. É este que nos faz desejar o que nos domina e nos explora, amar o poder e, portanto, colaborar com a manutenção do mesmo (Foucault, 1977).

Destaca-se, também, que promover um diálogo que invoquem a interdisciplinaridade das ciências é uma característica desejada à pesquisa visto a complexificação do saber de uma determinada área. Nesse sentido, Castro (1978) e Leff (2001) defendem que uma temática de pesquisa que não consiga dialogar com outras áreas torna-se superficial e escassa. A pesquisa proposta neste estudo consoante a isto, promove um diálogo com a sociologia e filosofia ao propor um estudo crítico a fim de observar a genealogia das pesquisas em sustentabilidade na contabilidade a partir dos processos subjetivos e de sujeição dos sujeitos envolvidos nesta temática de pesquisa na contabilidade, buscando mapear as relações que compõem os aparelhos de poder estabelecidos.

Ressalta-se também o caráter predominantemente qualitativo desta pesquisa que será realizada a partir do exame de documentos, artigos científicos, normas, e mediante a aplicação de entrevistas. Isto coaduna com o apelo de Lukka (2010) de que os pesquisadores em contabilidade em geral estão presos em configurações metodológicas que limitam as pesquisas e que produzem apenas contribuições marginais devido ao apego à estas plataformas teóricas e metodológicas tradicionais.

Estudos que envolvam a sociologia não são incomuns na área contábil no Brasil, entretanto, estas pesquisas, em geral estão ligadas à episteme. Este estudo propõem uma análise a partir de uma pesquisa situada dentro do campo dos estudos críticos pós-estruturalistas utilizando para isto o método genealógico de Michel Foucault, tema que não conseguiu-se mapear, tanto em artigos da área, quanto em consulta ao banco de teses e dissertações da CAPES.

Por fim, o estudo pretende enquanto sua maior contribuição, em especial à linha de pesquisa gerencial, trazer à tona discussões sobre elementos que definem as regras do jogo de poder dentro do ambiente acadêmico da contabilidade e provocar discussões a este respeito. Somente conhecendo estas regras e compreendendo o processo de produção dos enunciados de verdade, o funcionamento das tecnologias de poder, os processos de subjetivação e sujeição dos sujeitos é que é possível a reflexão da área sobre em que termos estamos construindo o conhecimento no Brasil e a partir destes criar espaços de resistência a fim de nos libertarmos (ou não) de práticas discursivas estabelecidas e que legitimam as relações de dominação presentes neste ambiente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SUSTENTABILIDADE

Para a compressão de como os discursos de sustentabilidade impactam a contabilidade no Brasil é necessário antes escavar os arquivos do próprio termo e entender sua construção. Isto porque o próprio conceito não se manteve fixo em todos os momentos e lugares em que emergiu na discussão social, assim, é importante verificar o que cada momento na história está produzindo como verdade. (Foucault, 1996, 2008a; Bebbington, Larrinaga, O'Dwyer & Thomson, 2021). O objetivo deste tópico é discorrer sobre a (des)construção do conceito ao longo tempo e compreender a partir de que momento e em que condições ele passa a se tornar um discurso de verdade legitimado.

Contudo antes da discussão do surgimento do conceito, é necessário retomar brevemente um discurso anterior que conseqüentemente irá produzir o discurso de sustentabilidade, que é o conceito de progresso. Isso porque este discurso guarda em si a gênese da percepção contemporânea de desenvolvimento, como também configurará o de sustentabilidade enquanto antípoda de um progresso desenfreado (Du Pisani, 2006).

2.1.1 O Progresso

O conceito de progresso passa a ser esboçado e discutido no período clássico greco-romano (Guthrie, 1950; Nisbet, 1980; Burkert, 2012). A ideia de linearidade temporal atrelada ao progresso é desenvolvida no pensamento judaico-cristão que contribui nesse sentido, segundo Nisbet (1980), com a noção de um desenvolvimento do ser humano que evolui até uma (desejada) perfeição humana vivida no além-vida. Este conceito de progresso se transporta à alta idade média englobando o conceito de milenarismo, ainda buscando um aperfeiçoamento durante a vida enquanto uma preparação à passagem para este tempo.

Na transição para a baixa idade média se delineiam duas produções de verdade sobre o conceito de progresso. A primeira refere-se à ideia de progresso a partir do processo de *acumulação* de cultura (o que influencia e marca, também, o início da construção do pensamento científico) e a segunda parte da crença de uma futura era de ouro da moralidade na terra (ainda com vistas ao outro plano). (Nisbet, 1980; Du Pisani, 2006).

A partir disso a ideia de pensamento ocidental e progresso passam a ser indissociáveis. Durante o período renascentista, surge o debate de *'recorrência cíclica'*, entretanto, o discurso é suprimido pelos Reformistas, em especial após o apogeu da revolução francesa (Nisbet, 1980). Ainda nesse período surge a ideia de progresso ilimitado (Von Wright, 1997) que se torna a base do pensamento que, durante o iluminismo, passa a ser difundida como progresso por Turgot, Condorcet, Saint-Simon, Comte, Hegel, Marx, Spencer, Smith, entre outros e que acede ao ápice do pensamento ocidental. É neste momento que o progresso passa a ser atrelado à ciência, mais especificamente ao empirismo e às ciências exatas, o que permitiria o fortalecimento do domínio da humanidade sobre a natureza (Nisbet, 1980; Du Pisani, 2006).

Mais adiante neste mesmo período a revolução industrial se encaminhava ao seu apogeu mundial, entretanto além dos diversos efeitos sociais notórios provocados pelo novo formato de produção, é nesse período que o discurso de progresso é integrado ao crescimento econômico e desenvolvimento de materiais. Os efeitos da revolução industrial no pensamento ocidental foram tais que, neste momento, apenas os bens industrializados e comercializados possuíam valor e, para produzi-los, o homem em sua dominância sobre a natureza poderia expropriá-la irrestritamente ainda que isto significasse a devastação da paisagem, contanto que isto implicasse em produção econômica (Worster, 1994).

Ainda no século XIX o progresso passa a ser discutido em suas causas, efeitos e benefícios potenciais (Spencer, 1867). A partir das discussões de Comte, Hegel, Marx, Spencer e outros pensadores contemporâneos a estes, a humanidade avançava a estágios irreversíveis em direção à um futuro glorioso. Este progresso não era apenas material, mas de que o progresso científico e tecnológico conduziria a humanidade à uma perfeição moral, aqui entendida como *'divina'*, ainda atrelado à sua mágico-religiosa (Nisbet, 1980; Du Pisani, 2006).

Progressivamente a ideia de perfeição divina, que teria um benefício pós morte (o merecimento de um paraíso celeste), é secularizada a um benefício em vida (o merecimento de um paraíso terrestre) assegurado pelo avanço tecnológico e científico (Mitcham, 1995; Crombie, 1997). O progresso passa então a ser um "herdeiro secularizado do ideal de salvação cristão" (Von Wright, 1997, p. 5) e essa confiança no progresso da humanidade era então adotada pela maior parte dos pensadores da época (Du Pisani, 2006). Entretanto, essa fé não era unânime, em especial a observação ao desequilíbrio na distribuição da riqueza (e, portanto, do progresso) entre as nações e, a exploração de recursos naturais em escala global advindas do capitalismo industrial, o que inicia as preocupações e que irão compor os discursos crescentes de sustentabilidade no meio científico no século XX.

Por fim, cabe retomar as (des)continuidades deste discurso ao ponto em que as discussões de sustentabilidade ocorrem paralelamente. Inicialmente, temos a ideia mágico-religiosa de progresso no sentido de salvação, a humanidade progride, (moral, ética e devotamente) a fim de ser recebida no paraíso, ter sua recompensa e, portanto, cada ser individualmente deve contribuir com seu progresso individual para somar-se ao coletivo. A religião neste momento é o principal instrumento de poder disciplinar.

A seguir surge a primeira ideia de acumulação, neste momento de cultura (e cultura ocidental, europeia), de saber, que é a relação de poder base; progrediu mais, tem maior autoridade quem conhece mais, o saber (construído por acumulação) é o signo desse progresso, não obstante é nesse período que povos foram escravizados e territórios tomados com a justificativa de serem ‘bárbaros’. Foucault (1979) estabelece que as relações de poder, são relações saber-poder e, portanto, esta relação só se constitui a partir de um conhecimento, que irá produzir os próprios espaços de resistência. A ideia de uma recorrência cíclica do progresso, surge enquanto resistência à ideia linear de progresso, entretanto, o discurso de verdade dominante rapidamente a suprimiu.

Posteriormente coopta-se ao progresso dois fundamentais elementos no conceito de progresso: a ciência (em um embate de poder com o discurso mágico-religioso), que pleiteava se estabelecer enquanto emissora dos discursos de verdade, sobretudo as ciências exatas e a medicina, lugar até então ocupado pela igreja. E o crescimento econômico, que adiciona à ideia de acumulação a riqueza como objetivo, advinda de ideias oriundas da reforma protestante (Huberman, 1980). E que, também, ressignifica a acumulação de saber, agora não mais qualquer saber, mas um saber que produz. Por fim, na virada do século XX a ciência enfim toma o lugar que disputava apresentada como condição *sine qua non* do progresso, o que impacta na condição de verdade dos saberes acumulados, agora um saber científico que produz, e que contribui para a manutenção do crescimento econômico. É necessário ressaltar que apesar do discurso estar imbricado com a produção, a fachada ainda reside no “progresso moral” da humanidade, portanto, atacar diretamente esse discurso é atacar a evolução moral humana (Caradonna, 2014).

É importante destacar o desenvolvimento desse discurso pois a ideia de progresso marca uma prática de biopoder que irá permear os corpos nas sociedades, se multiplicando em diversos níveis e, também, irá influenciar a preocupação com a sustentabilidade somente após a validação do discurso a partir de um saber científico. Deste modo a produção de verdade em relação ao progresso com bases no iluminismo ofereceu o suporte necessário para a perpetuação

dos argumentos neoliberais para a exploração de materiais e crescimento econômico (Zappettini & Unerman, 2016). A construção destas ideias impactam e associam-se a ideia de sustentabilidade

2.1.2 A Sustentabilidade

Acessar o conceito de sustentabilidade a partir de uma linearidade histórica é uma tarefa de difícil execução (Du Pisani, 2006; Spindler, 2013; Piga & Mansano, 2015), entretanto essa não é a intenção, mas sim acessar os arquivos que compuseram as ideias e como se refletem no discurso contemporâneo de sustentabilidade. Seus discursos em diversos momentos vão se embricar a discursos culturais de uma época, sejam produzidos por uma sociedade ocidental, sejam sequestrados de culturas subjugadas por ela. Por isso é necessário percorrer para além do próprio conceito outros arquivos que irão influenciá-lo e, referenciá-los no tempo a fim de não cair em um anacronismo descuidado.

Por isto, para este estudo, optamos por alguns marcos temporais a fim de organizar e comparar o discurso, no período que compreende os arquivos da idade clássica (800 a.c.- 476 d.c.) até a década de 1960, optamos por avaliar os arquivos científicos (quando disponíveis) visto que serão mais oportunos para avaliar o discurso científico de sustentabilidade na contabilidade contemporânea. De 1970 em diante, o conceito passa a ser discutido a partir de uma construção global, rompendo as fronteiras locais de produção de verdade. Estes marcos são, aparições por semelhança na literatura e as conferências mundiais que protagonizam o debate mundial a partir da década de 1960 (Tabela 1).

Tabela 1: Conferências mundiais sobre o meio ambiente e sustentabilidade

Evento	Local de Realização	Ano de Realização
Clube de Roma	Itália	1968
Conferência de Estocolmo	Suécia	1972
Rio 92	Brasil	1992
Rio +10	África do Sul	2002
Rio +20	Brasil	2012.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ADB (2012).

Contudo antes de discutirmos a consolidação do conceito a partir destes eventos, cabe pontuar algumas brotações do conceito ao longo do registro histórico. Precisar o surgimento da palavra sustentabilidade é, assim como o próprio conceito, de difícil acuidade. Van Zon (2002) pontua que na língua inglesa a ideia figura a primeira vez no dicionário de Oxford em meados de 1900 em que surgem os verbetes *sustainability* e *sustainable* que seriam equivalente às palavras *durabilité* e *durable* em francês; *nachhaltigkeit* (durabilidade) e *nachhaltig* (durável) em alemão, a última também usada por exemplo em xampus anti-caspa (Grober, 2014) e,

duurzaamheid e *duurzaam* (durabilidade, durável) em holandês, que já eram utilizadas ao longo dos séculos anteriores (Van Zon, 2002; Du Pisani, 2006, tradução nossa).

O conceito transparece através das permanentes preocupações sobre a exploração de natureza e meio ambiente, e sua devida preservação que circundaram o homem desde a pré-história (Van Zon, 2002; Kuhlman & Farrington, 2010). Os gregos e romanos, os egípcios, os mesopotâmios em seus devidos períodos já sentiam alguns impactos ambientais decorrentes da atividade humana como desmatamento, perda de fertilidade e salinização do solo (Du Pisani, 2006). Plato, no século V A.C.; Strabo e Columella em I A.C., e; Plínio, o velho no século I D.C. já verificavam e debatiam a respeito de impactos ambientais relacionados a atividade humana, como a agricultura, pecuária, atividades madeireiras, mineração e pesca. (Pliny the Elder, 1938; Columella, 1948; Strabo, 1949; Van Zon, 2002). Estas discussões não seguiam apenas na direção do diagnóstico das pressões ambientais exercidas pelas atividades de suas respectivas sociedades, mas também continham soluções práticas (de sustentabilidade) para manter a ‘juventude eterna’ da terra (Columella, 1948).

Originalmente no mundo ocidental moderno o conceito surge a partir de preocupações com o consumo desenfreado de fontes de energia, necessárias para a manutenção da sociedade industrial que se estabelecia e matérias primas já utilizadas ao longo dos séculos (Du Pisani, 2006). Agricola (1950) descreveu em 1556 os impactos da mineração e atividades madeireiras na vida selvagem. No século XVIII a lenha era a principal fonte de energia, inclusive para a mineração, a indústria naval consumia madeira como matéria prima dos barcos e navios produzidos, a escassez deste material se tornou um perigo real na Europa, o que causou certo pânico. A partir deste momento, o medo de materiais utilizados em grande escala se tornarem escassos e ameaçar o estilo de vida até então desenvolvido, foi o terreno fértil para o pensamento de uso responsável de matérias primas em nome do interesse da atual e futuras gerações, o que é a base do pensamento de sustentabilidade contemporâneo (Van Zon, 2002).

A partir disto o conceito emerge em forma de palavra, no setor florestal. A palavra *nachhaltigkeit* é utilizada em 1713 por Hans Carl Von Carlowitz em seu livro “*Sylvicultura Oeconomica*” (Wiersum, 1995; Du Pisani, 2006; Kuhlman & Farrington, 2010; Spindler, 2013; Grober, 2014), que aponta um ‘*nachhaltende Nutzung*’ (uso sustentável) das florestas por meio do manejo das árvores utilizadas na indústria, extrai-se as árvores formadas e assegura-se que no mesmo local existam outras da mesma espécie em formação, o que o torna importante visto que o foco neste livro é econômico (Spindler, 2013). Carlowitz, discorre sobre “uso sustentável das florestas” e argumenta sobre um “manejo florestal que permita o uso contínuo e perpétuo

da madeira” (Schulze & Schretzmann, 2006, p. 68, tradução nossa.). Ideia similar propagada por Marchand e Wilhelm Gottfried Moser, que atuavam na defesa de uma floresta sustentável e em ações para a conservação das mesmas, condenando o uso irracional de produtos madeiráveis por provocar implicações negativas a gerações futuras. Destes, surge o conceito de ‘floresta eterna’ e a base do manejo sustentável das florestas (Van Zon, 2002).

Ainda nesse momento, acende-se as discussões sobre o crescimento populacional e as implicações no consumo de recursos. O trabalho mais proeminente desse período, *an essay on the principle of population as it affects the future improvement of society* de Thomas R. Malthus (Malthus, 1798), que advoga por um controle populacional visto que a produção de alimentos era limitada e que a eminência de uma fome em massa se aproximava (Kuhlman & Farrington, 2010). Malthus acaba por criar uma escola de pensamento, onde a ideia de controle populacional em busca de um equilíbrio entre recursos e produção se estende até o século XX (Fischer-Kowalski, 1998).

No século XIX não mais a madeira era a principal fonte de energia, mas substituída pelo carvão que passou a ser o recurso discutido nos círculos europeus, em especial na Inglaterra que utilizava o carvão em larga escala. Nesse contexto, o trabalho *the coal question* (a questão do carvão, em tradução livre) de W. S. Jevons (1886) se destaca no período, justamente por trazer a discussão sobre a utilização extensiva do recurso na Inglaterra (Jevons, 1866). O autor determinou que caso a exploração e utilização do minério não fossem pensados em termos de contenção, a Inglaterra perderia sua posição de líder fabril. A importância do trabalho é notável visto que, segundo Van Zon (2002), esta obra colocou na agenda pública a discussão da finitude de fontes de energia e a preocupação com seu processo de exaustão.

O século XIX foi de grande efervescência das preocupações com recursos naturais, o que contemporaneamente veio a se chamar desenvolvimento sustentável. Marcam-se nesse período, além do já pontuado trabalho de Jevons, outros trabalhos como o de John Stuart Mill publicado em 1848, importante teórico do liberalismo econômico. O de George Perkins Marsh em 1864, considerado um dos fundadores do movimento ambientalista sendo esta obra considerada um pilar dos ideais conservacionistas desenvolvidos posteriormente e um dos primeiros a criticar diretamente a destruição da natureza causada pela ação humana (Caradonna, 2014). E, outro importante texto publicado por Alfred R. Wallace, naturalista e biólogo que disputa com Darwin as bases da teoria da evolução, em 1898 (Aranha, 2019).

Em *Principles of political economy* (Princípios de economia política, tradução nossa.), Mill (1885) inclui um capítulo em que discorre sobre um estado estacionário da economia, ou

seja, que em determinado patamar se equilibra e estaciona, não cresce nem decresce, isto incluindo, capital e pessoas. O autor acreditava que caso o mundo não adotasse uma postura estacionária com vistas no futuro, a própria necessidade forçaria à adoção desta atitude. O que endossa o pensamento de Jevons e implicaria nas bases do pensamento que defende o controle populacional no século XX. (Mill, 1885; Van Zon, 2002; Kuhlman & Farrington, 2010).

Já Marsh (1867) em *Man and Nature* (Homem e Natureza, tradução nossa.), parte de uma preocupação a partir das perturbações ambientais causadas pela intervenção humana, para ele, a continuidade destas ações conduziriam a terra à um apocalipse, causando a extinção do ser humano devido ao fato de o planeta não ter mais condições de manutenção da vida. A partir desta visão o autor irá propor soluções para os conflitos natureza/produção. É importante frisar, que o discurso de Marsh não pretendia salvaguardar a natureza por direito, mas para o bem-estar e perpetuidade humana, esse discurso perdura até o século XX e vai compor as principais conferências sobre o tema (Marsh, 1867; Kuhlman & Farrington, 2010; Caradonna, 2014; Grober, 2014).

Contudo, será a obra *The wonderful century* (O século maravilhoso, tradução nossa.), que irá fundar as bases da discussão de desenvolvimento sustentável contemporânea. Wallace (1899) discorre contundentemente sobre a expropriação desenfreada e irresponsável dos estoques de recursos naturais, processo que ele chama de ‘pilhagem do planeta’, em especial, a exploração das florestas tropicais e a exaustão de recursos minerais como o carvão, o petróleo e o gás natural (este período é marcado pela transição do carvão para o petróleo enquanto fonte energia). O autor ressalta que apesar de os efeitos da atividade humana tal como se dava não serem sentidos de imediato, a sanha do lucro e enriquecimento individual ameaça o bem estar coletivo e que isto certamente era uma “lesão feita à posteridade” (Wallace, 1899, p. 372, tradução nossa).

The wonderful century (Wallace, 1899) também se destaca pela construção de um discurso que ataca diretamente latifundiários e o capitalismo enquanto patrocinador da destruição do planeta. Além disto o autor pensa o planeta a partir de realidades locais como os países tropicais, onde a destruição é causada não para o enriquecimento local, mas para a ostentação e/ou enriquecimento de outros países, e.g., sobre a hiper valorização do ouro, Wallace (1899) pontua que “a produção aurífera faz um país pobre” (p.372, tradução nossa), visto que a devastação causada pelos garimpos inutiliza a terra que poderia ser utilizada para a produção “riqueza real” como comida, estrada, máquinas, roupas etc. (Wallace, 1899).

A primeira metade do século XX não é marcada por grandes avanços no discurso de sustentabilidade, em decorrência de duas grandes guerras que ocorreram no mundo o que coloca a discussão coletiva da natureza em segundo plano, além da crise econômica que marca esse período tendo, talvez, como principal marco a queda da bolsa de Nova York em 1929. No início do século, o carvão havia sido substituído pelo petróleo como força motriz do progresso, em especial com a chegada da produção em massa de automóveis. O aumento exponencial na utilização do petróleo e seus derivados rapidamente chamou a atenção devido sua finitude (Du Pisani, 2006). Nesse momento passa a figurar a preocupação científica a respeito do consumo irresponsável, Gifford Pinchot, G. A. Brender à Brandis e F. M. Jaeger pensaram a respeito dos limites de exploração e desperdício de matérias primas e fontes de energia pensado a partir da utilização dos mesmos por gerações futuras (Van Zon, 2002). Veblen (1917) e Pigou (1920) importantes teóricos da economia, discorreram sobre o que hoje é cunhado como desenvolvimento sustentável.

A partir da metade deste século (XX), as discussões ainda permeavam a finitude dos recursos naturais, entretanto, um discurso mais incisivo em relação à um destino apocalíptico da humanidade emerge, isso é perceptível nas obras de De Vries (1948) (*De aarde betaalt – A terra paga em tradução livre*), *Road to Survival* (Estrada para a sobrevivência, em tradução livre) de Vogt (1948) e, *Our plundered planet* (Nosso planeta saqueado, em tradução livre) e *The limits of the Earth* (Os limites da terra, em tradução livre) de Henry Fairfield Osborn (1948, 1953) este último muito mais contundente em relação ao controle dos recursos e que se torna base para diversas correntes de pensamento posteriores como os fundamentos do metabolismo industrial (Wolman, 1965) ou os que defendiam, além, o controle populacional em detrimento da preservação de recursos finitos (Boulding, 1966).

Em 1950, Karl William Kaap irá analisar e discorrer sobre as principais questões ambientais que irão compor posteriormente, até os dias de hoje o discurso de sustentabilidade (Kaap, 1950). O autor se torna importante no discurso que se forma visto que analisa os impactos das atividades humanas na natureza a partir de custos sociais provocados pela mesma, iniciando a obra com uma discussão sobre o custo social que passa desde o pensamento socialista, quanto as preocupações de Veblen e a ideia de bem-estar econômico. Entre o aumento destes custos no processo de produção, Kaap (1950) elenca os impactos na poluição da água e do ar, no que tange a recursos renováveis e não-renováveis, além de discutir o *impairment* do fator humano, tecnologia, e estagnação da ciência na produção.

É importante sinalizar neste ponto, que o desenvolvimento do discurso de sustentabilidade apesar de seu desenvolvimento, até este momento, ainda não se colocava enquanto debate mundial ou como nas palavras de Spindler (2013) um ‘termo da moda’. Apesar de conseguirmos identificar preocupações ambientais desde tempos remotos, o discurso de sustentabilidade dentro do que se estabelece até este momento, aparece no início do século XVIII com características que aparecem com intensidade maior ou menor conforme o entorno e a verdade legitimada pelas estruturas de poder permitem. A principal é a preocupação constante sobre uma abdicação do progresso (ou do estilo de vida) conquistado, pelo esgotamento de recursos e, também, pela impossibilidade do lucro que é a força motriz desse progresso. A crítica ao próprio modelo econômico só aparece de fato no século XX com Wallace, isto porque, o período entre o século XVIII e XIX são marcados expressivamente pela ascensão da burguesia e do capitalismo como modelo mundial, além da substituição da produção de verdade da igreja pela ciência (que endossou o discurso produzido pela burguesia que a patrocina). Nesse cenário, quaisquer tentativas de resistência seriam suprimidas pelo discurso dominante de progresso atrelado ao desenvolvimento econômico.

Isto é notado desde a própria emergência do discurso, no setor florestal, em que a preocupação com o manejo se dava por fins econômicos, a não predação das florestas era necessária para as gerações futuras, não pelos serviços ambientais ou importância imaterial da floresta, mas pela possibilidade de cessação da atividade econômica, posteriormente a preocupação com as fontes de energia mais uma vez surge da ameaça à produção e ao desenvolvimento econômico. Em seguida surge a ameaça à espécie humana, e o discurso é construído a partir do lugar de um medo intangível, do apocalipse que se avizinha e que traz no inconsciente do discurso o discurso da moralidade e danação construído anteriormente pela igreja e talvez por essa intangibilidade esse teor profético não provocou comoções e construções biopolíticas no período.

No século XX, Wallace (1899) adiciona a crítica ao próprio sistema que provoca o esgotamento desenfreado de recursos, primeiro pelas produções em escala, mas não por menos, por incentivar o consumo irresponsável ao criar símbolos e status em objetos provenientes de recursos finitos, como é o caso do ouro e gemas preciosas. Apesar da crítica de Wallace, a preocupação com o consumo responsável estava ainda ligada a ideia de perpetuidade da espécie e manter o estágio de progresso alcançado, contudo, esse discurso passou a representar uma resistência ao sistema econômico-produtivo vigente.

O século XX traz ou reforça uma outra característica no discurso, o da secundariedade quase superficialidade com que a discussão é encarada na sociedade. Isto fica evidente com a eclosão das guerras e crises econômicas particulares da primeira metade do século além de não haver avanço, praticamente houve uma suspensão no desenvolvimento do pensamento sustentável, visto a necessidade de resolução de outros temas mais urgentes como o reestabelecimento da economia (e do consumo, e do lucro, o que resulta em sobrevivência para os pobres já que se não têm dinheiro, também não comem).

É da metade do século em diante, após resolvidas as questões de guerra e um boom no crescimento econômico observado nesse momento, que as questões de sustentabilidade voltam a serem debatidas e neste momento pensado, também, a partir do social. É importante pontuar a construção do discurso até esse momento porque é a partir dele que o debate mundial se iniciará, marcado ainda pela legitimidade da verdade científica. Por isso antes de iniciarmos esse debate, é importante marcar que apesar de todas as transformações ocorridas, o discurso é essencialmente marcado por um lugar antropocêntrico e econômico que não se alterou, a natureza deve ser preservada para manutenção da espécie, pelo direito de exploração da humanidade (mesmo a que ainda não nasceu) e manutenção do progresso econômico, e desde que não haja outras questões ameaçando a economia.

Ainda que dentro destes discursos, são discussões em torno da escassez e esgotamento de recursos motrizes da economia (em cada momento um) tanto no presente, quanto pensado nas gerações futuras. O crescimento exponencial da economia pós segunda guerra e a eminência de uma nova guerra, que irão compor o pensamento e o discurso que desencadeiam as discussões de sustentabilidade globais na metade do século XX em diante.

O crescimento econômico sem precedentes que ocorreu no mundo a partir de 1945 reaviva as preocupações em sustentabilidade nas sociedades, em especial pela esperança de crescimento ilimitado produzido por este *boom* econômico que atingia um crescimento global médio de 5,6% ao ano entre 1948 e 1971, comparados com menos de 3% durante os anos 1901 a 1939 (entre 1940 a 1947 média de 4%) (Rostow, Rostow & Societies, 1978; Maddison, 2001). Os teóricos neoclássicos, apesar de estarem cientes dos problemas de sustentabilidade já discutidos desde o século anterior devido ao consumo desenfreado de recursos naturais, partiam da premissa de que caso algum destes recursos se esgotasse novas tecnologias emergiriam para solucionar o gargalo. Hicks (1946) defendeu a ideia de uma economia progressiva em contraponto da ideia de Mill (1885) sobre uma economia estacionária. Isto porque segundo Hicks (1946), no processo de desenvolvimento econômico a renda *per capita* não poderia

diminuir visto que isto diminuiria assim o potencial de desenvolvimento das gerações futuras. Entretanto, o próprio conceito de desenvolvimento vinha evoluindo separadamente a partir de 1940.

Segundo Peet e Hartwick (2009, p. 123), a partir de 1954 o conselho de pesquisa social e políticas comparativas dos Estados Unidos passa a discutir as implicações de desenvolvimento, o definindo como “um processo evolutivo no qual a capacidade humana aumentou em termos de iniciar novas estruturas, lidar com problemas, adaptar-se a mudanças contínuas e se esforçar com determinação e criatividade para atingir novos objetivos”. Ainda baseados na teoria da evolução, cientistas sociais estadunidenses definem a modernização enquanto “como processo faseado, irreversível, progressivo, demorado que se move na direção do modelo americano” (So, 1991, p. 261).

É neste período que as teorias do desenvolvimento e modernização tem grande atividade, visto que, o tópico traz um problema já observado anteriormente por Wallace (1899), a questão do subdesenvolvimento de países oriundos do período de colonização, nesse momento conhecidos por países do terceiro mundo (Zimmerman, 1960). Essa preocupação surge da premissa de que não seria possível a manutenção dos altos índices de crescimento internacionais só é possível a partir da distribuição uniforme da riqueza pelo mundo, o que permitiria a expansão contínua dos mercados. Neste cenário a partir de 1950 pensando na problemática dos países do chamado terceiro mundo, surgem as teorias do desenvolvimento dominantes, a da dependência e da modernização enquanto formas dominantes de pensamento, cada qual com pressupostos teóricos diferentes, assim como soluções diferentes para a questão do subdesenvolvimento (Du Pisani, 2006).

A primeira baseada em uma análise marxista na qual a relação entre países em desenvolvimento e desenvolvidos se configura enquanto um “conjunto de relações econômicas impostas externamente, exploradoras, dependentes, incompatíveis com o desenvolvimento” (So, 1991, p. 262). O principal discurso crítico dos teóricos da dependência é de que o desenvolvimento é financiado pelo subdesenvolvimento deliberado do mundo não europeu. E que, a dominação do sistema capitalista se concentra em “‘núcleos’ ou centros de poder ocidental que mantém o controle da ‘periferia’” que são constituídas pelas ex-colônias destes centros e por isto o próprio sistema econômico em si é dependente e promove o abismo entre ricos e pobres (So, 1991; Peet & Hartwick, 2009, p. 166).

A segunda é a teoria da modernização que vem de encontro aos ideais liberais e postula as potências ocidentais enquanto modelo para os países em desenvolvimento. Neste sentido, os

países subdesenvolvidos devem adotar as características de desenvolvimento de países desenvolvidos. E não apenas as características mas “os modelos mentais do ocidente (racionalização), as instituições (o mercado), os objetivos (consumo em massa) e a cultura do ocidente (culto a mercadoria)” (Peet & Hartwick, 2009, p. 132) o primeiro equivalente sociocultural do neoliberalismo. Em suma o discurso presente nesse pensamento é o oposto da teoria da dependência. Isto inclui proteger as empresas e o livre mercado enquanto forças positivas do progresso e, portanto, países que desejam se desenvolver devem abrir seus mercados, atrair empresas multinacionais, estimular atividades de exportação, reduzir e privatizar o estado. Ou seja para a teoria da modernização, países ‘periferias’ vencerem a pobreza é dando mais acesso aos seus recursos e mercados aos ‘núcleos’, estimulando o capital que irá “puxar” as periferias a medida que os núcleos avançam (Peet & Hartwick, 2009).

É importante pontuar que os princípios básicos destas duas teorias se perpetuam e irão compor posteriormente novos discursos, em especial pós-guerra fria e, também, o discurso de sustentabilidade. É na efervescência dos anos de 1960 que os discursos autônomos de progresso, desenvolvimento, sustentabilidade, política e crescimento se emaranham e passam a produzir um discurso diverso, o de desenvolvimento sustentável (Du Pisani, 2006; Spindler, 2013).

Na década de 1970 o discurso glorioso de progresso contínuo perpetuado desde o iluminismo, já estava desgastado (Von Wright, 1997; Du Pisani, 2006; Caradonna, 2014). Muito deste desgaste provinha do âmbito moral que após duas grandes guerras mundiais e, que ainda que com grandes avanços tecnológicos e científicos, haviam produzido impactos profundos tanto na sociedade quanto no meio ambiente. Neste momento o discurso de progresso irrefreável era revelado enquanto uma ilusão (Von Wright, 1997). Passou-se a um entendimento de que este discurso era a fonte legitimadora da exploração de sociedades não-ocidentais, a soberania do livre mercado e a devastação da biosfera. Os críticos do conceito argumentavam que esta construção era ilusória, em especial no sentido de que os critérios apresentados pelo discurso de progresso apenas mostravam que a humanidade nunca os cumpriu e, portanto, nunca atingiu o atingiu um progresso humano (Gowdy, 1994). Essa crítica refere-se não ao progresso tecnológico e científico que avançam rapidamente, mas ao progresso material e moral da humanidade, segundo Von Wright (1997, p. 12), a promessa iluminista de progresso se mitifica porque foi baseada em “esperanças e aspirações e não nos potenciais e limitações humanos”.

O avanço científico-tecnológico também era protagonista na destruição do meio ambiente, a sociedade passa a se tornar consciente destas ameaças a partir dos booms de crescimento demográfico que promoveram níveis alarmantes de poluição e depredação ambiental que colocaram a subsistência da raça humana em cheque (Du Pisani, 2006). Os anos de 1960 são especialmente importantes nesse sentido, a ciência passava a produzir dados sobre a questão, em especial sobre a destruição do ambiente natural a partir da ação humana vistos nas importantes obras: *The silent spring* (Carson, 1962), *The population bomb* (Ehrlich, 1968); *The closing circle* (Commoner, 1971); *Blueprint for survival* (Goldsmith, 1972) e, *Small is beautiful* (Schumacher, 1973).

Outro ponto relevante é a movimentação da mídia para a crise ecológica eminente que popularizou as ideias e as preocupações ambientais no seio da sociedade nesse período, em especial colocando os holofotes sobre os desastres ecológicos, o que pressiona o meio político. Neste momento passam a surgir também as Organizações não governamentais (ONG's) e a presença pungente do meio acadêmico que irão engajar e radicalizar as questões ambientais que seguem o mesmo padrão do discurso construído até aqui, a de que a exploração desenfreada ameaçava o planeta e as condições de perpetuação da vida humana (Dubos et. al., 1970 citado por Du Pisani, 2006).

Indubitavelmente o surgimento da obra de Carson (1962) causa um impacto global a ponto o qual se organiza em abril de 1968 a primeira reunião (e posteriormente considerada o marco das discussões globais de sustentabilidade) batizada de “Clube de Roma”. Como o próprio nome sugere, esta reunião ocorre a partir do esforço de trinta pesquisadores de diversas nacionalidades e áreas do conhecimento como Economia, Geografia, Sociologia, Engenharia etc., com o objetivo de discutir e analisar a situação ambiental presente e futura, e suas implicações para a humanidade. Importante pontuar que a reunião é idealizada por Aurélio Peccei, um economista e empresário industrial ligado a Fiat e à Olivetti (Mota, 2001b). A ideia na constituição do Clube de Roma era:

Promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais – que formam o sistema global em que vivemos; chamar a atenção dos que são responsáveis por decisões de alto alcance, e do público do mundo inteiro, para aquele novo modo de entender, e assim, promover novas iniciativas e planos de ação. (Meadows, Meadows, Randers & Behrens III, 1972, p. 10, tradução nossa).

Segundo Piga e Mansano (2015) a formação do Clube de Roma é marcada especialmente pelo fato de profissionais das mais diversas origens que naquele momento dispuseram de seus recursos tecnológicos e poder econômico para tentar elaborar um

documento que tentasse mensurar os impactos ecológicos das atividades humanas no modelo social estimulado. Este documento, o conhecido *Os limites do crescimento* (Meadows et al., 1972), pode ser considerado o mais representativo no que tange o crescimento econômico e demográfico, relacionando a degradação ambiental como um limitador desse crescimento (Piga & Mansano, 2015).

Se as tendências atuais de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos continuarem inalteradas, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados em algum momento nos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio bastante repentino e incontrolável da população e da capacidade industrial. (Meadows et al., 1972, p. 23, tradução nossa).

Kenny (1994) postula que o relatório chega em um momento crucial para a transformação da ansiedade descontrolada em relação aos problemas ambientais que estava instalada na sociedade, para uma discussão focada em alternativas concretas. Além disto, o ‘os limites do crescimento’ trouxe para a agenda pública o questionamento se o crescimento irrestrito era de fato desejado, ou mesmo possível. Piga e Mansano (2015) asseguram ainda que a repercussão das discussões se deu pela utilização de computador para avaliação de sistemas complexos (inédito até então) e, pelo fato de a conferência ter sido engajada a partir da supervisão de pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT).

O debate colocava, além dos idealizadores com os tópicos já mencionados, um grupo que defendia o crescimento, não negando os problemas apontados, mas com a crença de que humanidade encontraria soluções por si própria para as questões de poluição e materiais. E outros que acreditavam no desenvolvimento da ciência dos anos 2000 tal que esses problemas seriam sanados sem maiores problemas, uma deturpação do pensamento kantiano (Du Pisani, 2006). O fato é que pode-se dizer que o Clube de Roma forneceu a cientificidade necessária para expor as contradições do capitalismo naquele momento, ainda que elaborado por quem se beneficiava do próprio sistema (empresários industriais). Entretanto, visto ainda a escassez de dados e o início da era da informática, o relatório (que só vem a ser publicado em 1972) não conseguiu precisar os impactos futuros advindos do avanço do capitalismo (Piga & Mansano, 2015). Contudo, o legado desse debate é escalonar as questões ambientais a nível internacional com:

[...] ampla disseminação desse debate na década de setenta e a forte pressão de movimentos ecológicos e ambientalistas tiraram este tema do meio acadêmico e levaram-no para a sociedade, transformando a questão ambiental numa questão principalmente política. (Mota, 2001a).

Esse debate acaba por se consolidar na conferência seguinte, com o a conferência de Estocolmo realizada em 1972, que marca de fato o debate mundial do pensamento ambiental global e que esse momento um novo paradigma se consolidava e popularizava. Primeiro, porque a conferência legitima o movimento ambiental global com representantes de 113 países e de 19 agências governamentais além do legado do envolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) (Mota, 2001a; Spindler, 2013; Piga & Mansano, 2015).

Em segundo lugar o evento consolida, também, as pressões sociais sobre o meio ambiente que vinham crescendo desde a década de 1960 e amplia o papel político de organizações não governamentais que foram surgindo ao longo do processo, como o *World Wide Fund* (WWF) fundado em 1961 e o *Greenpeace* em 1971 (ADB, 2012). E por fim, porque amplia essa discussão para a chegada de políticas públicas efetivas nos países, colocando em evidência e reforçando a existência das agências ambientais governamentais dos países participantes (Piga & Mansano, 2015).

O evento acontece sobre o mesmo mote do Clube de Roma, as inquietações com os processos de industrialização e os efeitos advindos disto nos países. As grandes metas do evento era combater o subdesenvolvimento de países, chamados assim até então, do Terceiro Mundo. É neste evento que surge o termo ‘ecodesenvolvimento’, trazido por Maurice Strong, empresário do ramo petrolífero e professor, que consiste na exploração de recursos em escala local e regional. E estabelecer diretrizes para implementação de políticas públicas de cada país participante que estavam implícitas no documento resultante da conferência chamado ‘Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano’ (Mota, 2001b).

A conferência de Estocolmo consolida ainda o fracasso das teorias que advogavam que o crescimento econômico mundial por si só resolveria o problema do subdesenvolvimento e dos impactos ambientais (Piga & Mansano, 2015). Neste ponto esse antagonismo assistido no Clube de Roma não mais está em discussão.

Chegou-se a um ponto na história em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo com um cuidado mais prudente com suas consequências ambientais. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos massivos e irreversíveis ao ambiente terrestre do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, por meio de um conhecimento mais completo e ação mais sábia, podemos alcançar para nós mesmos e para nossa posteridade uma vida melhor em um ambiente mais adequado às necessidades e esperanças humanas... Defender e melhorar o meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras tornou-se um objetivo imperativo para a humanidade. (UN, 1972, p. 1, tradução nossa).

O termo sustentabilidade se consolida nos discursos sobre o desenvolvimento e se estabelece então o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’, isto fica explícito em duas obras, o próprio *Limits to growth* que se refere a uma “condição de estabilidade ecológica e econômica que seja sustentável no futuro” capaz de satisfazer as necessidades básicas dos membros deste sistema (Meadows *et al.*, 1972, p. 158, tradução nossa), e também, em *Blueprint to survival*, Goldsmith (1972, p. 23, tradução nossa) traz o termo “sociedade estável” como uma estrutura capaz de se sustentar “indefinidamente enquanto promove a satisfação ideal” aos indivíduos desta sociedade.

Neste momento é importante ressaltar que apesar de mais de um século de debate, muitos dos conceitos inclusive já discutidos no século XIX, é apenas neste momento que as questões sobre o meio ambiente e clima se tornam preocupações globais e passam a compor regulações. Isso só acontece pela legitimação científica, e envolvimento político, em especial pela presença da ONU mediando o debate e assinando o relatório final. E será a própria ONU que irá sequestrar a mediação do tema a partir disto com a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMDA), conhecida também como *Brundtland Commission*, e o Programa de Observação da Terra (*Earthwatch*) (Piga & Mansano, 2015).

O *boom* de crescimento mundial vivido na década anterior, foi freado na década de 1970, em especial, na Europa pelas duas crises do petróleo experienciadas nesse período, e um *crash* na bolsa de Nova York em 1973. Entretanto, desta vez diferente, a década de 1980 se inicia ainda com o discurso da sustentabilidade integrado ao discurso político. Isto é visto em diversas obras importantes deste período como em ‘Construindo uma sociedade sustentável’ (Brown, 1981, tradução nossa) e em ‘Gaia: um atlas para a gestão do planeta’ (Myers, 1984, tradução nossa).

Entretanto é o relatório da CMDA, composto por 22 pessoas que se dedicaram a traçar estratégias de longo prazo para a comunidade internacional, que se torna a mais importante obra desta década (Spindler, 2013). ‘Nosso futuro comum’ (WCDE, 1987) é discutido a partir das necessidades humanas e na garantia de que as gerações futuras teriam também seus direitos assegurados. Isto por meio da redistribuição de renda entre os países e estímulo da economia de países subdesenvolvidos, com o intuito de permitir que todos os seres humanos tivessem suas necessidades básicas atendidas (WCDE, 1987).

É neste documento também que surge a ideia de que é possível e imprescindível que o desenvolvimento econômico, social e ambiental são simultaneamente possíveis, o que posteriormente fica conhecido como o *triple bottom line* (Elkington, 2008) e que posteriormente

o autor reformula o conceito admitindo erros (em especial na aplicação) do conceito do *triple bottom line* (Elkington, 2020). O relatório marca por apaziguar os dois lados conflitantes do debate, reconhece a crise entre proteção ambiental e crescimento econômico, ressaltando a importância do último, mas reforçando a necessidade de um ‘desenvolvimento sustentável’, em outros termos saudável ao meio ambiente. Para isto a comissão discute os problemas a partir de diversos setores ou temáticas da sociedade como energia, agricultura, biodiversidade etc. (WCDE, 1987; Worster, 1994; Mitcham, 1995; Van Zon, 2002; Du Pisani, 2006; Spindler, 2013; Caradonna, 2014).

O impacto causado pelo relatório Brundtland foi potencializado especialmente por diversos impactos ecológicos desencadeados na época que voltaram os holofotes para a crise ambiental que se avizinhava. Pode-se citar os mais famosos como o vazamento de em uma fábrica de agrotóxicos em Bhopal na Índia em 1984 (D. P. Gonçalves, 2017), o acidente nuclear em Chernobyl (na atual Ucrânia) em 1986 (Kingsley, 2021) e o vazamento de 40 milhões de litros de petróleo causado pelo acidente com o navio petroleiro Exxon Valdez no Alasca em 1989 (D. P. Gonçalves, 2017). É neste momento que a definição de desenvolvimento sustentável passa de uma discussão utópica para uma meta política central, sendo até hoje a definição sobre desenvolvimento sustentável criada por esse relatório a mais utilizada (Du Pisani, 2006).

Entretanto, houve uma mudança no discurso, a junção de progresso e sustentabilidade passa a entender o desenvolvimento sustentável como uma melhora na eficiência econômica protegendo e restaurando o meio ambiente e assegurando o aumento de bem-estar da sociedade, a ideia era de equilibrar o crescimento em seus limites com a necessidade de desenvolvimento (Mitcham, 1995; Caradonna, 2014). A partir daqui um grande enfoque econômico passa a ser dado, isso não passa despercebido de crítica e é, entre outras críticas, atacado por ser considerado “como uma nova ideologia do neoliberalismo” (Euractiv, 2002, p. 1), além disso, alguns entendem que nesse momento se cria um mercado de carbono e a natureza passa a ser concebida como mercadoria (F. P. Furtado, 2012).

Worster (1994) faz sua crítica a partir do fato de não haver parâmetros para a definição desse estado de desenvolvimento sustentável, o que admite muitas interpretações e deixa o conceito dentro de um campo abstrato permitindo que ele seja sequestrado para engrossar o discurso de defensores do materialismo secular e crescimento desenfreado. E ainda, há uma divergência entre os economistas sobre o caráter distributivo associado a sustentabilidade e que é um elemento central no relatório Brundtland, entretanto os críticos apontam que apenas se

houver uma transferência de renda dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento isto é possível. Isto é parte de críticas destes últimos, que para eles a ideia de sustentabilidade na verdade nada mais seria que um artifício para manter o *status quo* dos países em desenvolvimento (Mitcham, 1995).

Em 1992, a ONU organiza sua Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) mais conhecida como ECO-92, no Rio de Janeiro. O evento não inova em muitos aspectos conceituais, mas traz alguns avanços sendo os principais primeiramente a advertência a países com grandes reservas naturais (como o Brasil) a urgência em defender esses ecossistemas enquanto patrimônio natural, o que acende as mesmas críticas já feitas por países subdesenvolvidos citadas anteriormente (Foladori, 2001).

Também, seu foco principal em tirar as proposições já feitas em acordos anteriores das gavetas dos gabinetes políticos, e redistribuí-los nos setores da sociedade público-privada por meio de um grande plano de ações conhecido como ‘Agenda 21’. O documento de 40 capítulos se divide em questões ambientais (mitigação de impactos e conservação), de erradicação da pobreza, acesso à educação e saúde (nesse momento a discussão sobre a AIDS era imperativa) (Piga & Mansano, 2015). É neste evento que surge também a discussão global e uma convenção assinada entre os países de compromisso com a estabilização na emissão de dióxido de carbono (CO₂).

Oito anos após o evento consolidam-se as preocupações discutidas na ECO-92 e 191 países assinam um acordo de combate à pobreza e questões sociais conhecidos como os ‘Objetivos do Milênio’. Oito proposições de ações envolvendo pobreza, fome, educação, igualdade de gênero, mortalidade infantil, saúde materna, combate ao HIV/AIDS, malária e outras doenças, sustentabilidade ambiental e parcerias mundiais para o desenvolvimento que deveriam ser atingidos até 2015 (Roma, 2019). Posteriormente em 2015 renovados e ampliados dentro da ‘Agenda 2030’ em 17 metas chamadas agora de ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’ (UN, 2015; Roma, 2019).

As principais críticas envolvendo a ECO-92 parte de ambientalistas que diziam que esperavam discussões mais profundas à época em relação ao meio ambiente. Em especial sobre a renovação das matrizes energéticas dos países e combate a cultura de consumo desenfreado causa apontadas como causas das pressões ambientais (Novaes, 1992).

Em 2002, realiza-se a Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável em Joanesburgo, chamada também de RIO+10, que conforme relata Diniz (2002) traz poucas

novidades, entretanto, o evento é idealizado com o propósito de realizar um balanço das ações propostas na Agenda 21, e corrigir os obstáculos encontrados. Outro ponto importante da Rio +10 é o fato de ser a primeira vez que, nestes eventos, são discutidos os problemas associados à globalização, visto que os bônus e ônus associados estavam distribuídos de forma desigual. Também, é importante frisar a discussão sobre a pobreza enquanto aspecto social de ameaça à democracia (Diniz, 2002).

Apesar destas questões, a Rio+10 é tratada como um fracasso devido a diversos dissensos entre os 189 países participantes, a começar com o famigerado Protocolo de Kyoto que previa a redução de gases do efeito estufa por países desenvolvidos e que não foi ratificado por diversos países, entre eles os Estados Unidos responsável por 52% das emissões de CO₂ no mundo. Além disto a crítica aponta que no documento final muitas questões ficaram vagas, sem formas de fiscalização, o que para muitos trouxe em termos de avanços poucas coisas e em alguns pontos retrocessos (Little, 2003).

Por fim, em 2012 a CNUMAD retorna ao Rio de Janeiro, chamada então de Rio+20. A conferência foi pautada em dois eixos principais uma economia verde no contexto da erradicação da pobreza e um quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (Brasil, 201?; UN, 2010). Mais uma vez o evento traz uma renovação dos compromissos assumidos anteriormente e avaliação dos resultados em ações propostas anteriormente, como os de redução de degradação ambiental, de poluição e discussão de novos assuntos (Brasil, 201?).

Segundo Piga e Mansano (2015, p. 13) discutido formalmente de forma inédita prezava “pela valorização e incentivo de atividades com baixo teor de emissão de carbono, racionalização dos recursos, inclusão social, proteção e reforço da biodiversidade bem como dos serviços fornecidos pelos ecossistemas”. A tal economia verde, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUD) seria então sustentada por três grandes alicerces: a baixa emissão de carbono; a eficiência na utilização de recursos naturais, que em 20 anos não foi conquistada), mas que investidos 2% do PIB mundial em dez setores estratégicos e que mais geram pressões ambientais seria possível e; a inclusão social (UNEP, 2011).

Este documento lança ainda uma discussão nova: o atrelamento do desenvolvimento econômico ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou mantendo sua pegada ecológica (termo explorado e também criticado) (UNEP, 2011). O fato é que a proposta (no papel) traria ganhos econômicos diretos aos países envolvidos e em contrapartida haveria uma redução de 33% nas emissões de CO₂ o que frearia o aquecimento global.

Entretanto os críticos apontam que a ideia não passa de um “esverdeamento do capitalismo” já que ações de indústrias seriam camufladas em “boas ações” enquanto que a dimensão do lucro mais uma vez é priorizada em relação as dimensões social e ambiental (Gallo *et al.*, 2012). Löwy (2012) endossa essa crítica referindo-se a um ‘reformismo verde’ que aceita as regras da economia de mercado, que giram em torno de rápidos e maximizados lucros, crescimento ilimitado etc. Deste modo, o discurso da economia verde esconde a realidade de que o capital procura sempre possibilidades de expansão ilimitada, que é o que mantém o sistema em funcionamento, e para isso ele irá exercer poderes econômicos, políticos e sociais.

Portanto, é possível perceber que, apesar de desde seu início os discursos em torno da sustentabilidade e o *mainstream* pós 1960 serem marcados por uma posição antropocêntrica, e apesar das discussões do Clube de Roma partirem de uma crítica interna do próprio sistema capitalista (Piga & Mansano, 2015), é quando a questão se torna de fato uma preocupação mundial que a mesma passa a tomar um aspecto econômico cada vez mais presente. Em especial após a publicação de *Our common future*, produzido por 22 pessoas, a partir de uma comissão formada após a reunião de Estocolmo. Com o avançar dos anos até a última conferência relatada é possível perceber os mecanismos do ideal de progresso (discutidos anteriormente) perpetuarem-se em novos arranjos dentro da própria ideia de sustentabilidade. Se observarmos nos 30 anos de conferência as proposições econômicas foram as que mais avançaram, entretanto, não no sentido de desenvolvimento de países pobres e pouco em relação a erradicação da pobreza.

Neste sentido, considera-se que a influência de quem emite os discursos de verdade, na verdade instrumentalizou o sistema criticado a se camuflar atrás de exploração de novos mercados. Começando com a própria mercantilização da natureza nos anos de 1980 onde passa a surgir a ideia inicial de valor da natureza, o que hoje se chama capital natural e a Contabilidade nesse aspecto, ajudou a valorar em termos financeiros esse patrimônio.

Abre-se por fim um parêntese que se volta contra este referencial que seria o próprio *mainstream* dos conceitos de sustentabilidade eurocentrados que discutimos aqui, aquém de diversas outras perspectivas de sustentabilidade oriundas de povos originários que possuem uma outra dinâmica de construção, ontologias e que podem ter sido apropriadas ou afastadas pela construção ocidental de sustentabilidade. Justifica-se a ausência desta discussão devido ao objeto da tese estar centrado nos sujeitos e não na genealogia da sustentabilidade em si, por isto optamos apenas pelo arquivo *mainstream*.

2.2 ANÁLISES EM FOUCAULT

A obra de Michel Foucault (1926-1984) marca uma importante ruptura epistemológica nos processos de compreensão da história e do discurso. Em especial pelas concepções que foram o tema central de sua obra e que as compõem, como o poder, a disciplina e a biopolítica (Deleuze, 2005; Revel, 2005). Ainda que alguns autores insistam em classificá-lo enquanto pensador estruturalista, Foucault não concebe seu pensamento nas bases necessárias vistas em Saussure ou Lévi-Strauss para se enquadrar nesta *epistémê* estando sim dentro do chamado pós-estruturalismo (Deleuze, 1974; Masaro, 2018).

Estudiosos do pensamento foucaultiano (Deleuze, 2005; Revel, 2005; Ferreirinha & Raitz, 2010; Masaro, 2018), dissentem enquanto à divisão de sua produção intelectual, entretanto, no geral é dividida em três fases sendo: a primeira, na década de 1960, na qual se propõe estudos da episteme, a partir da figura do louco, de como a racionalidade moderna e contemporânea foram constituídas a partir do critério de anormalidade ou (des)razão; a segunda, na década de 1970, que marca um desaparecimento do sujeito e no qual surge discussão sobre as tecnologias do poder, e aqui temos o poder disciplinar, as instituições enquanto essas tecnologias, e o biopoder e; a última fase, na década de 1980, que partiria para a análise das subjetivações e do poder, que compõem uma ética própria e o governo de si. Estas fases são, também, divididas por fases arqueológica, genealógica e ética.

2.2.1 O discurso enquanto método de análise

Foucault (2008a, p. 137) define discurso primeiramente enquanto “um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento, além disso, suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder...”. E, também:

Práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2008a, p. 55).

Para Foucault, o discurso não é apenas um conjunto de signos que expõem um pensamento ou ideia, que expressa o significado oculto das coisas, mas sim enquanto discursos

(no plural) e que ao analisá-los, por isto quem o estuda deve-se manter-se no que foi dito. E discursos porque um discurso para existir ou ser interditado precisa necessariamente passar pelo crivo do poder que outros discursos circulam. Os discursos por meio das suas regras tanto internas quanto externas organizam e ordenam os sentidos das coisas. Estes discursos se difundem no tecido social e permeiam as estruturas como no audiovisual, nas escolas, nas fábricas, nos hospícios, nos corredores, sem circunscrever-se em nenhum destes aparelhos (Foucault, 2008a).

Foucault nos coloca que as sínteses discursivas que nos são apresentadas e que são entendidas como naturais na sociedade, necessitam ficar “em suspenso”. Este termo para o autor não é colocado em sentido de negação, mas no sentido de que “[...]é trazê-las para o centro da discussão e mostrar que resultam de uma complexa trama que as permite aparecer dessa forma neste momento” (Ferreira & Traversini, 2013, p. 210). Como já mencionado os discursos enquanto práticas seguem regras e são abordados a partir da ideia de *monumento*, que são analisados a partir deles mesmos, não busca outro discurso oculto (Foucault, 2008a). O autor propõe desta maneira que os discursos são documentos, registros históricos, de um fato e que necessitaríamos transpô-los invariavelmente para chegar ao real.

Foucault (1996, 2008a) ressalta ainda que ao se estudar os discursos deve-se levar em conta sua especificidade, cada discurso possui suas próprias regras de funcionamento e que, portanto, não basta ao pesquisador se munir de um arsenal de ferramentas metodológicas esperando decifrá-los a partir de um modelo pré-estabelecido. Deve-se por meio da materialidade do material encontrado “[...] mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los” (Foucault, 2008a, p. 157). Neste sentido, o “mais” ao qual o autor se refere que deve aparecer nas análises são determinantes da prática que não apenas dão nome e significado as coisas mas produzem uma realidade possível (Ferreira & Traversini, 2013).

O sujeito ao qual o discurso se refere não existe sem o mesmo, ele foi e está sendo produzido por aparelhos e tecnologias que materializa, concretiza e efetiva esse discurso. Portanto, os discursos possuem procedimentos que selecionam, classificam, controlam, se difunde no tecido social e que segundo Foucault (1996, p. 9) têm como objetivo “[...] conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Estes procedimentos são segundo o autor maquinarias que operam tanto interna quanto externamente ao discurso (Foucault, 1996).

Sobre os que operam no exterior dos discursos, o autor os nomeia enquanto procedimentos de exclusão que são praticados de três formas: *interdição* (ou palavra proibida), *separação e rejeição* e, a *vontade de verdade*. A interdição diz respeito do que é permitido ser dito e quem pode falar. É uma relação em que o poder e o desejo estão intimamente ligados a interdição visto que, os discursos é que cultivam o objeto que se deseja, é uma batalha para a dominação da prática social. Em relação aos procedimentos de separação e rejeição, que é a localização dos desviantes ao discurso e conservação destes ao estado de marginalização (A. C. Costa & Fonseca-Silva, 2014).

Segundo Foucault (1996), é pela palavra que se identifica o louco, se antes ele era simplesmente ignorado ou encarado enquanto uma representação excepcional de uma razão incomum, o discurso do louco é ouvido pelas disciplinas (psicologia, pedagogia, psiquiatria, etc.) mas operando a separação e rejeição, à palavra do louco é o discurso que não circula como o dos outros, é nulo, sem importância. É o discurso de um enfermo ao qual é permitido falar ouvido por outro sujeito que ocupa uma posição de autoridade no discurso (o médico é uma posição de autoridade dentro da medicina) que cede a palavra ao louco e a interpreta, define, analisa a partir do que é considerado verdade pelo discurso que o mesmo ocupa.

Em relação ao procedimento de vontade de verdade, Foucault (1996) esclarece que este é o direcionador dos procedimentos de exclusão já apresentados, e se difere por escapar da dicotomia falsoXverdadeiro devido ao fato de que estes conceitos sofrem contingências históricas, das épocas. Para o autor esses sistemas são característicos das sociedades contemporâneas do ocidente e transita pela história definindo as formas, os domínios dos objetos e as técnicas de apoio pelas quais outorga aos discursos a condição de verdade em determinadas épocas (S. C. Gonçalves, 2009; Ferreira & Traversini, 2013).

As práticas discursivas que direcionam a vontade de verdade enquanto os demais sistemas de exclusão, se apoiam em suportes institucionais reforçando-se e reconduzindo-se nessa relação, conduzindo nossa vontade de saber, como por exemplo a escola, os livros, o laboratório, a pedagogia, a medicina. A verdade produzida enquanto resultado destas práticas, a verdade inexorável, também atrela-se aos saberes e seguem os modos pelos quais estes saberes são conduzidos, distribuídos e atribuídos na sociedade. Nesse sentido, a vontade de verdade se apoiando nas instituições tende a exercer um poder coercitivo na sociedade. Assim, para Foucault (1996) a partir do século XVI essa vontade de verdade passa a se expressar por uma forma que se desloca dos gregos, o que chamamos de ciência moderna, lugar onde o discurso neoliberal se sustenta e se apoia para permear os discursos e os regimes de verdade. Também o

cientista, o pesquisador, mune-se de teorias e saberes sobre o sujeito e recorre a estes campos de saberes específicos que lhe outorguem a legitimação do seu discurso enquanto verdadeiro (A. C. Costa & Fonseca-Silva, 2014).

Esses três procedimentos operam no exterior dos discursos, são autônomos a eles e lhes impõem limites de circulação e concernem ao elemento do discurso que coloca em jogo o poder e o desejo. Entretanto outros procedimentos operam em seu interior, são exercidos pelos próprios discursos e objetivam controlar a dimensão de acontecimentos e acaso (aleatório e disperso), Foucault (1996) alude a quatro procedimentos internos, a saber *o comentário*, *o autor*, *as disciplinas* e *a rarefação*.

O *comentário* propicia a atualização de um discurso enunciado, quando se fala sobre algo, é possível criar novos discursos sobre este algo a partir de um desnível entre o primeiro e o segundo atualizando indefinidamente o primeiro. Segundo Foucault (1996, p. 25) o comentário é “[...] dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro [...]” ele transforma o aleatório, que não havia sido pensado antes, mas que era parte constituinte do discurso, como parte basilar do discurso “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (p. 26).

Em seguida temos *o autor* enquanto “princípio de agrupamento” e pertencente a discursos específicos, que necessitam de uma imagem que centraliza os nós e de coerência e operacionalizam o discurso no real (Foucault, 1996). Enquanto em conversas informais, não há a necessidade de fixar o discurso a sua fonte, já nas disciplinas isto é necessário. O autor pontua que esse *autor* é alguém que ocupa esta posição na ordem do discurso devido a obediência e execução das regras internas e externas deste discurso. Neste sentido o acesso ao discurso é limitado já que nem todos tem a investidura de poder para enunciar uma verdade aceita (Foucault, 1996), o que é comum na ciência em que alguns autores são quase condição *sine qua non* de um saber, no caso desta pesquisa o próprio Foucault. O autor ainda pontua que em relação ao comentário e o autor:

O comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma *identidade* que teria a forma da *repetição* e do *mesmo*. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*. (Foucault, 1996, p. 30).

Depois temos as *disciplinas* (campo do saber) que se caracteriza como um procedimento interno que opera de forma contrária ao *comentário* e ao *autor*. Ao do *autor* a disciplina se opõe devido ao fato de ser constituída a partir de um domínio de objetos, uma coleção de métodos, um corpo de proposições consideradas como verdadeiras, regras, técnicas e instrumentos, mas

que diferentemente do autor, é anônimo. Qualquer um que queira ou tenha acesso a ele pode servir-se, sem que essa validade ou sentido esteja ligadas a um sujeito (Foucault, 1996).

Em relação a sua oposição ao *comentário*, a *disciplina* não revisita ou redescobre o sentido de um discurso ou repete uma identidade, não busca pela essência do que foi dito, mas sim as condições para que novos enunciados sejam produzidos “para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (Foucault, 1996, p. 30). Foucault (1996) pontua ainda que, uma disciplina não é a totalização de tudo que pode ser dito de verdadeiro sobre algo, nem de tudo que pode ser aceito sobre um dado. Para concernir a uma disciplina uma conjectura necessita preencher exigência complexas e pesadas, utilizar os instrumentos conceituais para ser declarada verdadeira ou falsa e repousar no âmbito do “verdadeiro” (A. C. Costa & Fonseca-Silva, 2014).

O último grupo de procedimento interno limitador dos discursos apontado por Foucault são os de *rarefação*. Estes procedimentos determinam quem atende os predicados para adentrar a ordem discursiva, em geral envolvidos por ritos.

Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala. (Foucault, 1996, p. 37).

O ritual decide os atributos que devem possuir os sujeitos que falam, “definem os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso” (Foucault, 1996, p. 39), por exemplo, quando falamos de um profissional, que só passa pelo rito após uma série de protocolos (frequentar a universidade, atingir rendimento mínimo etc.) e, também, assumir características próprias, como uso de jargões, roupas etc. e quem não os seguem estão excluídos. É uma prática ritual que define para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (Foucault, 1996).

Por fim complementar a isto, temos as “sociedades de discurso” que são instituições especializadas constituídas por participantes do discurso. Foucault (1996) assevera que sua função é conservar ou produzir discursos, mas com o intuito de circulá-los em um espaço fechado, disseminados segundo regras particulares sem que quem emita seja despossuído por conta da disseminação.

Entretanto, Foucault (1996, p. 43) pontua a existência da “apropriação social dos discursos”, que são disponibilizadas por uma rede complexa e extensa à determinada sociedade.

É o caso das associações de pós-graduação, das autarquias profissionais, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) etc. as quais os sujeitos que a elas pertencem acessam parte do discurso que não estão disponíveis a qualquer um (Foucault, 1996). Nesse sentido o autor se indaga:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (Foucault, 1996, p. 44).

Estes procedimentos elencados por Foucault são princípios de coerção, suas funções são de restringir e coagir o discurso ou quem o enuncia, ainda que tenha um papel positivo e multiplicador precisam ser levados em consideração a natureza dos mesmos (Foucault, 1996). A partir disto, é possível perceber que quanto maior a interação entre os pesquisadores, maior contato com outros campos do saber, maior aprendizagem, maior conexão tecnológica, maiores possibilidade de subjetivação destes sujeitos. O perfil do pesquisador desejado na Contabilidade nos é ensinado nas universidades, nos PPG's, nos livros, nos *workshops*, nos congressos da área e, também, por meio de artefatos como a televisão, as redes sociais etc. circulados por um discurso que está imbricado com o poder.

2.2.2 A Arqueologia

Inicialmente Foucault nas pesquisas históricas se utilizou do método arqueológico anteriormente ao método genealógico, este primeiro método prioriza e se interessa pelas práticas discursivas a partir das regras que a compõem, destacando a superioridade teórica sobre estas e as instituições. Já no último, esta posição se inverte sendo as práticas discursivas prevalecentes sobre a teoria, isto retira o pesquisador de uma posição contemplativa do discurso ao introduzir uma forma de problematização destas práticas sociais a partir de seu interior (Lemos & Cardoso Jr., 2009).

Estes métodos são o que marcam a ruptura nas ciências humanas, em especial por desafiar a lógica das pesquisas históricas tradicionais visto que, em Foucault, estes estudos passam a ser, segundo Lemos e Cardoso Jr. (2009, p. 353) “cartografias, mapas, diagramas que operam uma história problematizadora, que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no estranhamento”. Quando Foucault propõem essa revisão na forma de experimentar a história, propõe conjuntamente uma nova significação sobre o pensar, que não seria mais uma

observar ou desvelar um terreno inédito ou seguro, mas uma tarefa de problematização contínua deixando de ter um objetivo antecipado, mas sim um início distenso que permite desvios e retornos em que “pensar é experimentar, é problematizar”. Entretanto, apesar de complementares é importante pontuar a diferença entre os dois métodos.

No método arqueológico, descrito em *L’Archéologie du savoir* (Foucault, 1969), o ponto de partida é a história das ideias, na qual se adentra nas disciplinas a fim de produzir novas interpretações a partir de seu tratamento, a partir dos começos e fins, da descrição das continuidades, descontinuidades, retornos e retomadas no padrão linear da história. Entretanto, essa descrição procura incorrer nos condicionamentos, e encontros dos discursos, nos quais a inter-relação entre os sujeitos e as instituições permitem aparecer e se transformar os discursos, diferente do apresentado na história das ideias (Azevedo & Ramos, 2003).

Foucault (2008a) discorre sobre essas diferenças entre uma análise arqueológica e a história das ideias. A primeira se refere ao objetivo da arqueologia em definir os discursos, enquanto práticas que observam regras e não definir os pensamentos, as representações, as imagens etc. como a história das ideias. Na arqueologia, o discurso deixa de ser um documento e toma sua forma, corpo e volume próprio enquanto monumento. A segunda sobre a preocupação da arqueologia em definir os discursos em suas especificidades, é demonstrar quais regras regulam e se utilizam os discursos enquanto condição *sine qua non*, “não é uma “doxologia”, mas uma análise diferencial das modalidades de discurso” (Foucault, 2008a, p. 158).

A terceira diferença é que a arqueologia não se interessa pela “figura soberana da obra”, mas sim em definir as regras e os tipos de práticas que permeiam obras individuais. E a quarta e última, o método “não procura reconstituir o que pode ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiram o discurso. Não se propõe a identificar onde o autor e a obra trocam suas identidades” mas sim refere-se ao objetivo de delinear sistematicamente um discurso-objeto, ou seja o autor e a obra só ocorrem pela possibilidade e encontro de discursos dispersos (Foucault, 2008a, p. 158).

Esta regularidade discursiva, que são as regras do jogo comentadas por Foucault são possíveis de ser identificadas a partir de níveis discursivos de um discurso-objeto. O autor coloca que estes níveis são os objetos, os enunciados, os conceitos e os temas que ocorrem simultaneamente e em subníveis. Os níveis discursivos são sistemas inter-relacionados, que formam um organismo sem autonomia absoluta, que produzem as condições do discurso (Foucault, 2008a). São essas regras de formação que permitem aflorar um discurso e não outro

“[...] um discurso, considerado como dispersão de elementos, pode ser descrito como regularidade e, portanto, individualizado, descrito em sua singularidade, se suas regras de formação forem determinadas nos diversos níveis” (Machado, 1988, p. 146). Reforça-se que para Foucault (2008a) essas regras devem ser analisadas não apenas em suas continuidades, mas especialmente em suas descontinuidades.

Localizar estas unidades em que são realizadas as análises de Foucault e que é um importante conceito dentro do universo do autor, que é o arquivo. O arquivo é formado pelos sistemas discursivos, e são estes que transformam os enunciados em fatos ou coisas. Para Foucault (1999a, p. 170), “O arquivo é a lei do que pode e do que não pode ser dito”. Assim o arquivo não tem apenas na conotação de registro histórico, nem de instituições onde registros são guardados e sua memória preservada. O arquivo é um discurso que estabelece ligação com determinados outros discursos, excluindo o restante.

Chamarei de arquivo não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas (Foucault, 2005, p. 95).

É o arquivo que define o que é registrado na história, o que é tradição, o que merece ser lembrado e o que deve ser apagado, esquecido, abandonado. Deste modo, o arquivo limita a possibilidade de utilização das palavras de forma livre, isto porque o próprio arquivo cria suas regras discursivas e é este quem eleva o sentido das palavras em tradição, o que cerceia suas possibilidades de enunciação. Mas também é o arquivo que regula sua mudança, sua transformação, portanto, o arquivo pode ser definido enquanto o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados (Foucault, 1999a).

Assim a arqueologia pode ser definida como uma reescrita daquilo que já foi escrito, é a exposição sistemática de um arquivo (Azevedo & Ramos, 2003). O arqueólogo do saber não reivindica a constituição do discurso por meio de sua atividade, mas antes, precisa compartilhar de seu cotidiano, para que assim possa analisar os sistemas discursivos tanto de fora quanto de dentro a fim de participar de sua disciplina. As práticas analisadas pelo arqueólogo são determinadas pela convicção do locutor a partir de um conjunto de regras sem implicação de sentido com sua ocorrência.

Sendo assim, o método arqueológico não busca uma origem na história ou fora dela, o papel da arqueologia é de compreender as regras que formam o arquivo colocando a verdade e a seriedade dos enunciados entre parênteses (Foucault, 2008a). a arqueologia é o

questionamento do já dito em seu lugar enunciativo e em seu pertencimento a determinada formação discursiva. A arqueologia delinea, escava, descortina os discursos como práticas explicitadas pelo arquivo (Foucault, 1999a). Trata os discursos enquanto práticas por seus efeitos de verdade, buscando expor exteriormente suas condições históricas de possibilidades e emergência (Prado Filho, 2017). Para Foucault a verdade não possui um caráter universalista e essencial, antes ela é uma produção histórica a partir de discursos produzidos e legitimados pelas instâncias de poder (Foucault, 1979), como por exemplo, o discurso científico que ao ser produzido é tomado enquanto verdade, isso é mais discutido na fase genealógica.

2.2.3 A Genealogia

A genealogia em Foucault marca um deslocamento metodológico do autor em relação ao método arqueológico. Neste enfoque, a questão do poder passa a ter um papel preponderante nas análises das problemáticas históricas. “O saber, o poder e a constituição de si são a tripla raiz de uma problematização do pensamento” (Deleuze, 2005, p. 124).

O método genealógico parte em seu desenvolvimento a partir da percepção e aproveitamento de Foucault do conceito genealógico produzido por Friedrich Nietzsche. Isto é observável nos primeiros textos que marcam o desenvolvimento do método, primeiro em “Nietzsche, a genealogia e a história” em 1971, onde toma as bases nietzschianas para seu próprio entendimento de genealogia como uma abordagem histórica que abandona as buscas das origens, da noção de substância transcendental *a priori* e foca em entender as relações ou jogos de dominação que compõem os acontecimentos (Dussel, 2004; De Souza & Furlan, 2018). Depois em “Vigiar e Punir” em 1975 em que discorre sobre o poder disciplinar enquanto produtor de “corpos dóceis e úteis” tendo como lente o sistema prisional (Foucault, 1987) e, em “A vontade de saber” de 1976 que traz a analítica do autor sobre o poder e suas propagações externas e internas ao corpo.

Em sua perspectiva genealógica Foucault questiona o método historiográfico tradicional novamente. Para o autor analisar a história não se concentra em analisar acontecimentos e marcar seu fio, em um formato linear, nem buscar a origem primeira e a evolução de algo (Lemos & Cardoso Jr., 2009). Para (Deleuze, 2005, p. 127) “O pensamento pensa sua própria história (passado), mas para se libertar do que ele pensa (presente) e poder, enfim, ‘pensar de

outra forma' (futuro)". Para isto Foucault tentou escapar de toda lógica causal, questionar as práticas de poder, de subjetivação e, também, as práticas discursivas que são as fontes construtoras e produtoras do modo de ser, agir, pensar específicos de um tempo e no qual estaríamos deixando de sê-lo (Cardoso Jr., 2001).

Neste mesmo sentido para Foucault ao estudar a história, o acontecimento é uma composição difusa, engendrado por forças distintas, e a tentativa de aglutiná-las é tentar ordenar estas práticas e não compreender a essência do que as tornou possíveis. A história é então devir e mutação, se faz pela mudança do acontecimento (dos sentidos, da subjetivação) e dos novos poderes que tomam para si destes sentidos produzindo novos saberes, novas subjetividades, novas verdades (Lemos & Cardoso Jr., 2009). Portanto, para Foucault história não tem linearidade, nem origem, loucura, ética, clínica, poder, biopolítica etc. são temas de um tempo, são acontecimentos. Neste sentido, não existe uma história acumulada, nem conceito ininterrupto e acumulado. Isto irá depender das relações de poder, das condições, das verdades produzidas e legitimadas no período (Foucault, 1996, 1999a).

Contudo é necessário retomar alguns pontos para compreender isto. O primeiro dele é sobre o entendimento do sujeito para Foucault, que imediatamente rejeita a ideia de uma teoria do sujeito, mas que cada lugar do sujeito é constituído de conjunto de práticas, relações de poder e éticas de si. De acordo com O. L. Costa (2021, p. 33), Foucault destaca o sujeito não como "uma categoria ontológica, mas um sujeito que surge e é estabelecido dentro das relações sociais, dentro de um arquivo, por meio de uma série de discursos, tecnologias disciplinares e conexões biopolíticas a partir da consolidação de relações de poder/saber". Neste sentido o sujeito, primeiramente precisa ser liberto de sua forma constituinte, o *cogito* de Descartes, para Foucault (1979) ele emerge em categorias que são exteriores a sua vontade individual e de pensamento.

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isso que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (Foucault, 1979, p. 43).

A crítica ao sujeito universalista é feita pelo autor em relação a como as ciências humanas encaram o indivíduo de forma universalizada, como se fossem todos um. Foucault explica isso no surgimento das disciplinas das humanidades, mais especificamente na emergência dos saberes da Sociologia (atrelado à Economia), a Psicologia (atrelada a Biologia)

e a Antropologia (atrelada a linguística) para onde o sujeito é, para onde estes saberes são direcionados, é o homem trabalhador que está vivo e se comunica, e que passa a ser sujeito e objeto do conhecimento, é de onde surge então a célebre frase “Antes do fim do século XVIII, o homem não existia” (Foucault, 1999a, p. 425).

Assim, conforme Revel (2005), o sujeito então em Foucault se constitui por meio de práticas de poder, saberes, tecnologias de disciplinas, práticas discursivas e a partir de técnicas de si. Ou seja, o sujeito em Foucault não está dominado ou passivo em relação a sua constituição ele tanto é constituído, como constitui a partir dos processos, definidos pelo autor e no que diverge da teoria clássica, estes processos são o meio pelo qual o indivíduo constrói sua subjetividade, podendo ocorrer por dois caminhos, a sujeição e a subjetivação (Foucault, 1987, 1995).

Os modos de sujeição ou mecanismos de sujeição estão relacionados com o poder no sentido disciplinar, nos quais os códigos morais, de ética e a lei interdita e interpela o sujeito no sentido de disciplinar suas ações, técnicas corporais e sentidos de si (Revel, 2005). "As Técnicas de individualização do poder. Como vigiar alguém, como controlar sua conduta, seu comportamento, suas atitudes, como intensificar sua performance, multiplicar suas capacidades, como colocá-lo no lugar onde ele será mais útil". (REVEL, 2005, p. 35).

Nos modos de subjetivação isto ocorre por dois caminhos, o primeiro a partir de modos de objetivação que transformam o homem em sujeito, tanto a partir de sua relação com os discursos de verdade, como enquanto práticas de produção e individualização dos corpos, como a psiquiatria, o direito, a pedagogia, a medicina etc. O segundo ocorre por meio das técnicas de si, como o sujeito internaliza e processa os modos de objetivação e reconhece sua existência enquanto indivíduo, utilizando os prazeres, seguindo ou não normas sociais etc. (Revel, 2005; Prado Filho, 2017).

Entender os métodos de objetivação, é discutir as relações de poder disciplinar e biopoder que constitui o indivíduo. As práticas de sujeição são os conjuntos de mecanismos disciplinares que objetivam produzir um corpo útil e economicamente produtivo. Isto é discutido por Foucault ‘Vigiar e Punir’ (Foucault, 1987), no qual resgata por quais caminhos percorrem sua formação que passam pelas práticas de vigilância, de exame e pela aplicação da norma (lei) como forma de regulação individual. Deste modo a modernidade não produz apenas corpos, mas também subjetividades; não apenas corpos em uma linha de produção, mas corpos individualizados e propriamente identificados. A condição de sujeito na modernidade implica

existir concretamente como indivíduo, esta objetivação é feita por meio de técnicas de individualização (Prado Filho, 2017).

Neste sentido ressalta-se a anátomo-política (dispositivos encarregados de extrair dos corpos sua força econômico-produtiva, como escola, prisão, fábrica etc.) enquanto tecnologia disciplinar de produção e corpos; o exame, (clínico, psicológico, psicométrico) enquanto produção de saber e de verdades e, a norma como condutora e reguladora das condutas sendo esta, a forma dominante de exercício de poder na modernidade como instrumentos de poder e de individualização (Foucault, 1987; R. N. Furtado & Camilo, 2016; Prado Filho, 2017). Este processo marca a identidade, e sujeita duplamente os corpos a vigilância e visibilidade, por si mesmo e pelos outros, forçando a repetição e obsessão por si, pois o normal é a baliza que define o ser normal, como os outros, o sujeito normal (Prado Filho, 2017).

É, portanto, sobre “indivíduos” – sujeitos separados, marcados, serializados e identificados – que se aplicam procedimentos de normalização, em diferentes movimentos: normatizando, definindo *a priori* critérios “técnicos”, índices, médias, curvas e todo um conjunto de medidas comparativas; depois, aplicando instrumentos de avaliação buscando levantar o perfil particular de cada indivíduo; na sequência, remetendo cada um à norma definida para o seu grupo, comparando e classificando os indivíduos entre si, ainda marcando os desvios de cada um em relação à média; depois, isolando, marcando, diagnosticando e nomeando cada tipo de desvio como forma patológica; e, finalmente, aplicando aos desvios todo um conjunto de procedimentos terapêuticos, ortopédicos e corretivos, buscando reconduzir o desviante à faixa de normalidade (Prado Filho, 2010, pp. 187-188).

Entretanto, não se trata de discutir a liberdade ou a autonomia dos indivíduos, mas de sujeição e submissão que se opõem a ideia de dominação e exploração (Foucault, 1995), enquanto que a última refere-se objetivamente a formas generalizantes de poder como a opressão do Estado ou a selvageria capitalista, já a primeira que são práticas de sujeição e relações de submissão, referem-se à capilaridade do poder e sua ressonância, à sua microfísica (Foucault, 1979; Prado Filho, 2017). Estudar o poder e suas relações requer compreender a visão do autor sobre suas características (Tabela 2) e sua dinâmica.

Tabela 2. Quatro características do poder.

Característica	Conceito
É imanente	Não está localizado, não existe mais a figura do rei, entretanto, não se nega o poder vertical que parte das instituições.
É variável	Seus dispositivos estão expostos a uma transformação constante. Eles se inscrevem em um duplo condicionamento; tanto no que procede de seu exercício local, como de sua inclusão em uma lógica global.
É indissociável do saber	Todo exercício de poder em nossa sociedade moderna engendra saberes múltiplos, seja sobre a loucura, a infância, a delinquência. Todo poder estabelecido permite e assegura o exercício de um poder (demografia,

criminologia, e outros dispositivos que organizam o controle da população e dos sujeitos.

É disciplinar:

O poder criou uma série de mecanismos disciplinares, coercitivos que garantem o controle estrito sobre o corpo. O crescimento demográfico, o incremento de bens - determinou a criação de mecanismos sofisticados de controle que tomaram a forma de uma microfísica de poder.

Nota. Adaptado de Foucault (1979, 1987, 1988, 1995).

Foucault se preocupa em tentar desassociar do imaginário coletivo a ideia de poder como algo negativo, o poder-lei, que é o poder que emana das instituições jurídicas. Para o autor o poder é inerente as relações humanas, e necessariamente é um saber, um poder-saber onde um é condição *sine qua non* do outro. Foucault (1987, p. 31) afirma que “Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. É a partir do poder-saber de onde emergem o sujeito, as disciplinas, os discursos de verdades aceitos etc., e é nesse sentido que “o saber reconduz e reforça os efeitos de poder” (Foucault, 1987, p. 33).

Além disto o poder age, também, no próprio interior dos corpos. Quando Foucault critica a ideia de se olhar apenas as formas molares do poder vertical e propõe uma lente que analisa as microfísicas, o poder não pode ser pensado mais como repressivo, mas constitutivo. O autor nos tira de uma posição passiva em relação ao poder para nos colocar como um agente na própria estrutura do poder, pois o poder produz o desejo de poder e produz resistência e, portanto, se não há poder sem um saber, também não o há onde não existe resistência.

O domínio e a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... Tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento e do pudor. O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a idéia da união livre ou do aborto... Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares.... (Foucault, 1979, p. 146).

Esse investimento do corpo passa, também, no século XVIII a ser um corpo social, a sociedade necessita a partir deste momento ser também disciplinada, essa face do poder voltada ao coletivo e por isso, uma estratégia diferente do poder disciplinar se traduz na noção de biopoder.

Segundo (Foucault, 1999b, p. 293), esta biopolítica passa então a encarar a sociedade “como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como

problema de poder”. Neste sentido a preocupação com essa face do poder passa a assuntos no sentido de regulação da vida da população, como hábitos de higiene, controle de natalidade e mortalidade, centralização e normalização da população que visam construir uma população economicamente útil (O. L. Costa, 2021), ou seja, uma população que produz, que consome, que deseja, e que vive em condições para que possa fazer isto não propagando enfermidades e pestes entre si.

A população se refere a este grande número de sujeitos que um governo, um Estado, uma agência devem dar conta. Este ponto é fundamental para entender o conceito de biopolítica, pois não se trata mais do sujeito particular, ou do súdito ao qual o poder disciplinar precisa se encarregar de corrigir em seu corpo físico, mas sim o conjunto dos que vivem em um território e que devem ser regidos pelo princípio da governamentalidade. A governamentalidade surge enquanto gestão da vida, não é mais questão de vigiar os corpos, mas da gestão da população, criando programas de administração da saúde, da higiene, reprodutivos, etc. (Foucault, 2008b).

A biopolítica exige, contudo, não apenas a gestão da população, mas um controle das estratégias que os sujeitos, em sua liberdade, podem ter em relação a si e aos outros. As tecnologias governamentais pertencem assim, também, ao governo da educação e da mudança dos sujeitos, àquele das relações familiares e àquele das instituições (Revel, 2005). “Eu chamo 'governamentalidade' o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Foucault, 2008c, p. 45). Essas técnicas nada mais são do que parte do processo de subjetivação, já discorrido anteriormente, mas esta noção revela uma das tecnologias de verdades constituintes do indivíduo ocidental.

Técnicas de si, que permitem aos indivíduos efetuarem, por conta própria ou com ajuda de outros, um certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmo com o intuito de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade (Foucault, 2008c, p. 48, tradução nossa).

Assim, as técnicas de si são os processos internos que o indivíduo executa, baseados em sua moral e ética pessoal, ao receber os efeitos do poder emanados da governamentalidade e que utiliza para alcançar o seu bem-estar, estado de felicidade e prazer, sendo a partir destas técnicas e relações que o sujeito pode realizar suas escolhas e aderir, ou não, a determinado discurso, isto implica esclarecer que estes processos subjetivos ocorrem em um micronível, e portanto, cada sujeito processa e realiza suas escolhas baseados na maximização de seu bem-estar (Lupton, 2000). Foucault (1979) entretanto, demonstra que o biopoder é uma prática

positiva onde o sujeito é agente no processo, é ele que reitera e que também concebe os discursos que estão sendo produzidos, atribuindo sentido ao que é dito e decidindo como agir frente ao que é dito.

Assim, o método genealógico pode ser compreendido como a análise do porquê dos saberes, que anseia explicar sua essência e suas mutações situando-o como artefato de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político que transpassa o corpo. Neste sentido o método genealógico pensa sobre a proveniências históricas e emergência dos discursos que possibilitam a existência de um momento presente, analisando suas descontinuidades e rupturas para isto.

2.2.4 A Presença de Foucault na Contabilidade

A contabilidade flerta com diversas correntes teóricas e métodos como os oriundos da sociologia, psicologia, economia e administração, em especial enquanto não temos desenvolvido teorias próprias para explicar os fenômenos que ocorrem nos diversos campos de pesquisa da ciência contábil (Solomon & Shields, 1995; Maher, 2001; Roslender & Dillard, 2003). Enquanto ciência social, não é estranho que concepções como as de Michel Foucault estejam presentes na contabilidade, em especial a partir do entendimento da necessidade de interdisciplinaridade no estudo de determinados assuntos na área, visto que certos pontos de vista desenvolvidos em outras áreas necessitam estar presentes nos estudos (Berthelot, 1999; Gendron & Baker, 2005).

Chua (1986) assegura que alterações no conjunto de pressupostos que balizam uma área do conhecimento fomentam inovações nas pesquisas, contudo, para a autora a pesquisa contábil é engessada no que se refere a seu arcabouço de crenças, valores, e técnicas validadas por seus pares, o que inviabiliza discussões que fogem dos padrões estabelecidos pelo grupo (o chamado *maintream*).

Hoskin e Macve (1988) estudaram o poder disciplinar e a genealogia da prática de *accountability* nos estados unidos a partir de empresas estatais, uma de armamentos militares (*The Springfield Armory*) e ferrovias estatais em especial a Western Railroad. Como resultados os autores questionam a lógica de mensuração de performance financeira, a disciplina imposta no controle de dados da contabilidade que se reflete enquanto panóptico e autodisciplina em

todas as atividades. Além de ser, a partir desta perspectiva, encontrado uma problemática na lógica contábil que utiliza a mensuração de desempenho com base no lucro, enquanto que limitações encontradas são refinadas ao invés de serem abandonadas o que sucessivamente produzem novos problemas.

Armstrong (1994) realiza uma revisão dos trabalhos foucaultianos aplicados na contabilidade e ressalta a importância destes trabalhos para os questionamentos que surgem na área a partir deste, contudo, critica duramente a validade dos trabalhos utilizando-se de recortes tanto do próprio Foucault, quanto de outros autores para fundamentar a ineficiência do método. Baxter e Chua (2003) e Gendron e Baker (2005) realizam seus estudos partir de um levantamento bibliográfico em um dos mais tradicionais periódicos disseminador de estudos com perspectivas sociológicas e organizacionais, a revista *Accounting, Organizations and Society* (AOS).

Baxter e Chua (2003) mapeiam oito artigos com referencial fundamentado nas ideias de Michel Foucault, enquanto que Gendron e Baker (2005) estudaram a partir de formações de redes de apoio as ideias de Foucault se desenvolveu dentro do processo de fluxo sociológico e organizacional da contabilidade. Entre os anos de 1960 e 2003 localizaram a primeira publicação com menção a Foucault em 1980 e, segundo Gendron e Baker (2005) destacam que o surgimento de pesquisas com base em Foucault se deve parcialmente a uma problematização epistemológica da pesquisa na área, entretanto estes autores percebem um incremento das publicações envolvendo a temática, e analisa positivamente a existência destes trabalhos.

Riccio, Mendonça Neto e Sakata (2007) realizam um levantamento em 66 revistas científicas da área contábil, com o objetivo de compreender a natureza da inserção de Foucault na contabilidade a partir da teoria de campos de Pierre Bourdieu. Os autores identificam 113 trabalhos em 14 periódicos que fazem referências à Foucault, destes, 45 são de fato fundamentos neste autor. Neste universo de 45 artigos 23 referem-se ao aspecto disciplinar da contabilidade e os demais as questões de discurso-linguagem-narrativa.

Neu (1999, 2000b, 2000a) discute como a contabilidade é utilizada como tecnologia de governamentalidade pelo império britânico para o controle de populações tradicionais nos territórios em colonização por este. No controle de a suas extensões populacionais e como instrumento de transformações de hábitos, comportamentos etc. além de traduzir as políticas de aniquilação, conquista e repressão destes povos.

Sánchez-Matamoros, Hidalgo, Espejo e Fenech (2005) assinalaram dois casos de empresas estatais espanholas na metade do século XVIII em que a contabilidade é utilizada para o controle dos corpos armazenando dados de produção de cada funcionário e determinando os estoques finais esperados além de determinar a ocorrência de furtos por parte destes. Sargiacomo (2009) discutiram que a prática da contábil era habilitada para reportar ao governo de Parma qualquer mau comportamento dos servidores que integravam o aparelho de Estado e os cidadãos o em geral.

A. R. Silva *et al.* (2020) Apresentam como a contabilidade permitiu o governo brasileiro exercer controle sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Como uma ferramenta de informação e controle, a contabilidade e suas expressões permitiram a criação de registros que serviram aos interesses do Estado.

Funnell e Jupe (2021) utilizaram como pano de fundo o incêndio de Grenfell Tower em 2017 para identificar como as práticas contábeis na Inglaterra reforçaram a influência neoliberal no mercado habitacional anestesiando a preocupação ao longo dos governos com qualidades éticas e estéticas das construções habitacionais e no bem-estar social dos cidadãos. “Os valores sociais, principalmente segurança e beleza, puderam ser reinterpretados de acordo com a lógica econômica, negando assim a necessidade de serem explicitamente considerados em quaisquer decisões de habitação social” (Funnell & Jupe, 2021, p. i). Os autores sugerem que este evento é especificamente marcante enquanto a exaltação do neoliberalismo no que chamam de “uma mistura tóxica de austeridade, terceirização e desregulamentação” (Funnell & Jupe, 2021, p. i), o que para os autores representou em uma traição à vida dos moradores.

Stacchezzini, Masiero e Lai (2021) utilizaram o potencial das histórias para produzir uma “contra-contabilidade”. Os autores a partir de princípios genealógicos, utilizam um livro publicado por um contador de um hospital para pessoas em situação de abandono no final do século XIX. Stacchezzini *et al.* (2021) reforçam o potencial do método genealógico enquanto dispositivo expressivo de relatos de práticas e de contra-contabilidade, que segundo Dey, Russell e Thomson (2011) refere-se a um potencial emancipatório da contabilidade em expor e conjecturar a respeito de fatores “invisíveis” e/ou “silenciados” que sujeitam indivíduos ou grupos específicos reexaminando estes aspectos a partir de novas lentes, compreensões, problematizando e rerepresentando situações existentes e identificar soluções para as mesmas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa utiliza-se da epistemologia pós-estruturalista que é distintiva por estudos críticos e caracteriza-se como descritiva-exploratória com abordagem qualitativa uma vez que pretende compreender o conjunto de representações discursivas presentes nos arquivos selecionados para a análise, com foco especial na maneira pela qual o pesquisador que adota a sustentabilidade como linha de pesquisa dentro do campo contábil produz modos de sujeição e subjetivação, e por isto requer uma abrangência em profundidade sobre o objeto pesquisado (Ander-Egg, 1978; Creswell & Clark, 2011; Richardson, 2012; Creswell, 2013).

Os estudos críticos pós-estruturalistas são caracterizados, em especial, pela “ênfase na crítica à concepção de sujeito oriundo das teses iluministas, que o caracteriza como racionalista, autônomo (individualista), centrado e, as *verdades* construídas, são consideradas universais e consolidam-se como metanarrativas” (R. S. Pereira & Dinis, 2015, p. 10). No escopo destes estudos o direcionamento é de que o sujeito passa a ser constituído por múltiplas identidades que convergem nas relações de poder e saber individuais, institucionais e entre os grupos (T. T. Silva, 2011; R. S. Pereira & Dinis, 2015). Corazza (2007), ainda nos adverte que estes estudos não nos permitem saber tudo, visto que pela própria formulação considera múltiplas verdades e, portanto, não há A verdade. São estudos de ‘invenção’ não de comprovação e suas contribuições estão pautadas no fornecimento de insights e questionamos inesperados a partir da implosão do pensamento sedimentado e que perpetua o *status quo* de um assunto.

Neste sentido elegeu-se enquanto método fundamentado na episteme pós-estruturalista a genealogia foucaultiana. Não há, contudo, o que se falar em metodologia na construção de Foucault, inclusive o próprio autor questiona e promove rupturas nas metodologias tradicionais e, também por acreditar que cada arquivo necessita de proposições específicas que vão sendo delineada de acordo com o aprofundamento da pesquisa (Deleuze, 2005; Foucault, 2005; Lemos & Cardoso Jr., 2009).

A genealogia se alicerça nas formações produzidas pela arqueologia. Foucault (1979, p. 15) assevera que a “[...] a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha como pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” isto coadunando com as bases nietzscheanas que preconizam que “[...] uma outra cor deve ser mais importante para um genealogista da moral: o cinza, isto é, a coisa documentada, o efetivamente

constatável, o realmente havido, numa palavra, a longa, quase indecifrável escrita hieroglífica do passado” (Nietzsche, 1998, p. 13). Nesse sentido reforça-se novamente que o campo da genealogia não se preocupa em reconhecer a origem, mas procurando as discontinuidades, descortinando o que a história não registrou como importante, observando os discursos praticados, a linguagem é quem produz os discursos, que são indissociáveis das práticas institucionais sejam em que campo for (Fischer, 2012).

Dessa forma, a utilização das ferramentas *arqueogenealógicas* de Michel Foucault, não podem ser consideradas uma “camisa de força” para se chegar ao ponto de chegada, mas servem de bússola para orientar nossa problematização enquanto atitude radicalmente crítica com vistas à compreensão das relações de saber-poder que circundam as práticas discursivas e não discursivas dos objetos de estudos e investigação que planejamos. (R. S. Pereira & Dinis, 2015, p. 14).

Para isto selecionamos enquanto arquivos, o desenvolvimento da ideia de sustentabilidade no mundo, a produção científica em sustentabilidade na contabilidade em periódicos e os pesquisadores da temática de sustentabilidade na área da contabilidade no Brasil.

3.2 COLETA DE DADOS

Inicialmente pensou-se como procedimento de coleta de dados artigos científicos publicados em periódicos científicos e indexados nas bases Web of Science e Scopus. O objetivo deste levantamento seria compreender como se dão as relações discursivas por meio da repetição de discursos nos trabalhos e (des)continuidade dos discursos que sustentam as hipóteses ou pressupostos destes trabalhos ao longo do tempo. Os artigos seriam selecionados a partir da aplicação dos filtros elencados na Tabela 3.

Tabela 3. Filtros propostos para seleção dos artigos estudados.

Ordem	Filtro
1	Conter as palavras definidas para a busca booleana.
2	Ser classificado no Qualis CAPES nos extratos entre B1 e A1 (anexo I).
3	Ter sido publicado entre 2000-2020.
4	Ao menos um dos pesquisadores ser brasileiro.
5	O(s) pesquisador(es) brasileiro(s) ser(em) vinculado(s) a PPG's ou com atuação na área da contabilidade.

Nota. Elaborado pelo autor.

Entretanto, a execução dessa busca provou-se inócua visto que as pesquisas não retornaram resultados relevantes para a pesquisa. Na base Scopus apenas 5 resultados de trabalhos enquadrados na área 27 retornaram, nenhum passou pelo filtro 2. Para a pesquisa dos termos em inglês a pesquisa inicial retornou aproximadamente 201.000 trabalhos, isto porque a palavra “*Account*” é muito utilizada em resumos para a expressão “levando em conta”, “tendo em conta” o que produz ruído na pesquisa. Por isto foi necessário refinar a pesquisa para os filtros pensados previamente, trabalhos oriundos do Brasil, com publicação de 2013 (ano mais distante disponível) até 2020, limitados a periódicos de áreas possíveis de conter trabalhos da contabilidade, como agricultura, energia, economia e negócios o que resultou em 5 trabalhos nenhum se adequando ao filtro da pesquisa. Na base Web of Science retornaram para a pesquisa das palavras-chave em português 3 artigos, para a pesquisa em inglês 9 artigos retornaram, três deles atendendo ao filtro 2, porém não atendendo ao filtro 5 que se refere aos sujeitos desta pesquisa. Um trabalho é pertencente à um sujeito pesquisado, entretanto, não atende ao filtro 2.

Assim, tornou-se inviável a utilização destas ferramentas para o trabalho e optamos por utilizar as informações dos currículos dos possíveis entrevistados na plataforma Lattes e seguiu-se o protocolo apresentado na Figura 4. Para isto, foi acessado a lista de cursos reconhecidos pela CAPES na plataforma Sucupira (BRASIL,2022) onde foram selecionados apenas os PPG’s de Contabilidade que totalizaram 27 programas. A partir disto acessou-se os *websites* de cada PPG e verificou-se o corpo docente, e acessou-se o currículo de cada professor na plataforma Lattes, foram selecionados para o universo de pesquisa professores que manifestavam foco de pesquisa em sustentabilidade ou no descritivo do website do PPG ou em seu currículo Lattes o que representou 26 docentes. Ainda estes currículos forneceram um o retorno de 1370 trabalhos, que foram depurados e mantidos apenas os que continham relação com a temática de sustentabilidade, o que resultou em um total de 579 artigos. Após a seleção dos sujeitos de pesquisa explicado adiante, 71 artigos em revistas (Anexo II) foram selecionados para compor os dados da pesquisa.

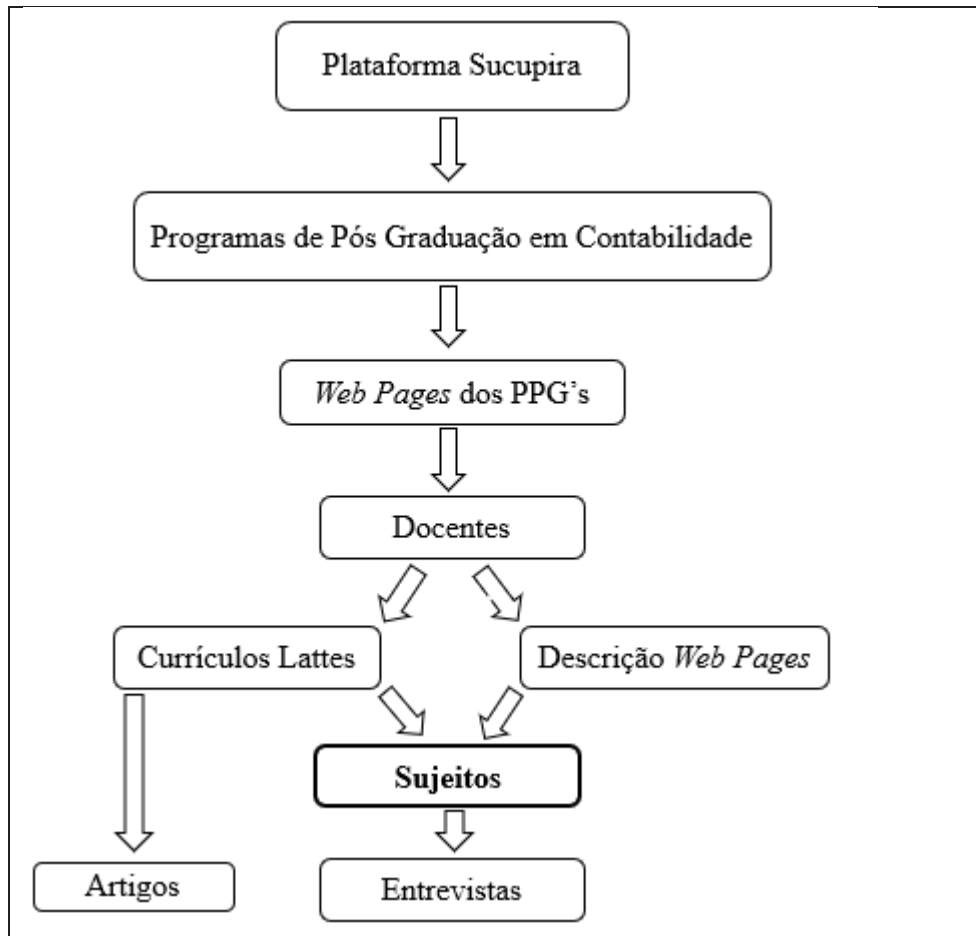


Figura 4. Design da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Devido ao volume de obras, a relevância destes documentos para o objetivo do trabalho e a limitação de tempo, optou-se pela produção de uma nuvem de palavras a partir dos títulos a fim de refletirem pelas palavras os temas e delimitações destes, que os pesquisadores utilizaram ao longo de sua trajetória para desenvolverem a temática de sustentabilidade. Estes procedimentos tiveram também a função de levantar possibilidades a serem investigadas nos processos subjetivos e de sujeição que culminaram para uma melhor percepção destes tópicos.

Também, foram realizadas entrevistas semipadronizadas conforme o preconizado por Flick (2009). Os entrevistados foram selecionados a partir da análise dos *websites* dos PPG's em contabilidade e dos currículos *Lattes* dos professores de PPG's em contabilidade que citam em sua *bio* que pesquisam ou têm interesse de pesquisa na temática de sustentabilidade. Dentre estes foram excluídos do universo os professores da UFPR. Os PPG's foram listados a partir dos dados de programas por área de concentração Contabilidade na plataforma Sucupira. Foram encontrados 26 pesquisadores com essas características em PPG's de Contabilidade, os mesmos foram então classificados enquanto instituição, percentual de produção na temática (a divisão

do número de publicações em periódicos na temática pelo total de publicações em periódicos) e, também, a área de formação doutoral (Tabela 4).

Tabela 4. Pesquisadores da temática de sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação em Contabilidade no Brasil.

Pesquisador	Instituição	Formação Doutoral	Produção Efetiva
1	UFSM	Contabilidade/Administração	9,46%
2	UFSM	Administração	71,11%
3	UFSM	Administração	78,26%
4	UFSM	Economia	53,70%
5	FURB	Administração	50,00%
6	UFRJ	Contabilidade	19,15%
7	UFRJ	Contabilidade	40,74%
8	UFRJ	Planejamento Ambiental	60,00%
9	UFF	Engenharia de Produção	41,38%
10	UFRJ	Administração	50,00%
11	UFES	Contabilidade	20,00%
12	UNB	Economia	28,57%
13	UNOCHAPECÓ	Contabilidade/Administração	19,26%
14	UNOCHAPECÓ	Engenharia de Produção	17,39%
15	UNOCHAPECÓ	Contabilidade	16,67%
16	UFSC	Engenharia de Produção	71,68%
17	UFSC	Engenharia Mecânica	67,44%
18	UFSC	Eng. Gestão do Conhecimento.	67,21%
19	UFBA	Engenharia de Produção	55,41%
20	FURG	Educação Ambiental	53,57%
21	UFRPE	Agroecologia	48,48%
22	USP	Contabilidade	42,31%
23	USP	Contabilidade	63,38%
24	UFPE	Contabilidade	28,00%
25	FUCAPE	Administração	43,75%
26	FUCAPE	Contabilidade	17,39%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa.

A partir disto inicialmente pensou-se na seleção da maior e menor posição em produção efetiva na temática e posteriormente um pesquisador de cada instituição. Entretanto esta opção foi descartada devido ao fato de que os maiores índices de fidelidade à temática estarem concentrados em professores que possuem formação em Administração, o que nos sinalizou um problema. Dito isto, realizamos as primeiras entrevistas e percebemos que a vivência do pesquisador formado na área de Administração é díspar em relação à do formado em Contabilidade.

Assim, para manter a coerência com o objetivo da pesquisa que tem como sujeito o pesquisador na Contabilidade, optou-se então pela seleção do universo de pesquisa que

compreendesse apenas pesquisadores formados em Contabilidade, o que compreende 10 pesquisadores em atuação em 2022. Foram enviados convites para a participação da pesquisa aos dez pesquisadores, com três tentativas de contato, do total de profissionais, seis concordaram em conceder a entrevista. Em relação aos que não participaram, dois não responderam aos e-mails enviados, outro recusou-se por falta de disponibilidade de tempo e um terceiro não foi encontrado, todas as tentativas de e-mail retornaram como endereço inexistente, e a secretaria do programa ao qual o pesquisador em questão está lotado, também não respondeu aos e-mails de contato.

O roteiro de entrevistas foi pensado a partir das problematizações que o trabalho apresenta com o apoio da produção científica destes sujeitos. O roteiro contou com um termo de consentimento e livre esclarecimento (TCLE) e as perguntas norteadoras foram elaboradas a partir de pontos que permitissem revelar as nuances da prática discursiva no ambiente acadêmico, como as relações entre colegas de trabalho e de formação, as relações institucionais, com meios de divulgação científica e agências reguladoras, além das subjetividades envolvendo a própria temática da sustentabilidade e sua conexão com a Contabilidade. O roteiro de entrevista juntamente com o TCLE pode ser consultado no Apêndice A.

Foram realizadas no total 7 entrevistas, entretanto, uma foi descartada por mudança no universo de pesquisa em consequência desta entrevista (entrevistado formado em Administração). As entrevistas utilizadas totalizaram 04 horas 54 minutos e 36 segundos de gravação que posteriormente foram transcritas e enviadas aos entrevistados para a conferência e, caso optassem, realizarem alterações em suas falas em um prazo de 15 dias. As transcrições totalizaram 88 páginas. Foram utilizadas como ferramentas de tabulação dos dados os softwares da suíte Microsoft Office 365 e Nvivo 11 pro.

Quanto procedimentos de análise, a pesquisa utilizou-se para análise dos artigos o agrupamento de palavras contidas nos títulos a partir da técnica de análise de conteúdo. Para os demais dados, a fim de atender as construções genealógicas, utilizou-se a análise do discurso com base nos pressupostos de Michel Foucault (Foucault, 1996) tendo como categorias (Tabela 5):

Tabela 5. Categorias de análise.

Procedimentos	
Procedimentos de Exclusão (Externos)	Interdição
	Separação e Rejeição
	Vontade de verdade
Procedimentos de Controle	Comentário

(Internos)	Autor
	Disciplina
	Rarefação

Nota. Elaborado pelo autor com base em Foucault (1996).

Foram retirados das entrevistas 125 excertos que foram classificadas dentro das categorias previstas e, também, dentro de assuntos chaves que são tratados na entrevista e que proporcionaram a formação do *corpus* de análise. O *corpus* foi formado pelos excertos que são classificados nas categorias do discurso e a partir destas classificações as análises foram feitas, não aparecendo efetivamente nos resultados a classificação, mas o excerto em si. Dessa maneira, pretende-se compreender as subjetividades e sujeições dos sujeitos pesquisados e atingir o objetivo deste estudo a partir da análise dos elementos que compõem os arquivos selecionados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 INDICATIVOS DISCURSIVOS DO ARQUIVO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA.

Iniciamos as discussões a partir do levantamento da produção científica dos sujeitos da pesquisa, visto que estes são registros históricos da construção e ruptura do conhecimento sobre um tema ao longo do tempo. Contudo, essa produção reflete os discursos que foram permitidos circular, legitimados por poderes que detêm o *status* de verdade e que reforçam as estruturas que a sustentam.

Nesse sentido, a primeira indagação que surge é, por que não encontramos estes 71 trabalhos nas bases de pesquisa consultadas? Para isto produziu-se uma nuvem de palavras compostas por mais de quatro letras, para compreender os termos recorrentes nos títulos destes textos, conforme Figura 5.



Figura 5. Nuvem de palavras encontradas nos títulos dos trabalhos.
Fonte: Dados da Pesquisa.

Como pode ser observado na Figura 5 algumas características podem ser notadas em torno do tema central que, como esperado, é a sustentabilidade. A primeira é ligação tímida entre contabilidade e sustentabilidade, contabilidade aparece de forma discreta e secundária no universo destes estudos, no mesmo sentido aponta-se a palavra ‘contábeis’ que se refere às demonstrações contábeis que em geral são objeto de análise dos trabalhos. Isso justifica o não aparecimento da maior parte destes trabalhos nas buscas e pode indicar que os próprios pesquisadores não fazem essa associação de maneira mais forte.

A segunda é a associação entre o escopo ambiental e estes trabalhos que aparecem quase com a mesma frequência. Isto indica um enfoque dos pesquisadores apenas em um dos aspectos do *triple bottom line*, o que é preocupante no que tange as discussões sobre sustentabilidade que em sua definição parte de um equilíbrio entre os pilares econômicos, ambientais e sociais. E a terceira palavra que destaca-se é a palavra relatórios, que revelam uma quantidade importante de trabalhos que utilizam como fonte de dados os relatórios produzidos pelas empresas, em geral os produzidos por sociedades anônimas que listam suas ações em bolsas de valores.

Em relação ao *Qualis* das revistas aponta-se que 42 dos 71 trabalhos estão concentrados entre o estrato B2 a A1, o que indica boa receptividade das revistas mais bem avaliadas pela Capes à trabalhos dentro da temática de sustentabilidade (Figura 6). Contudo, é necessário tomar a ideia de “boa receptividade” com cautela visto que isto depende de outras perspectivas, eg., o total de trabalhos publicados por estes periódicos no mesmo período, o que talvez demonstre que 42 trabalhos neste universo indique o contrário.

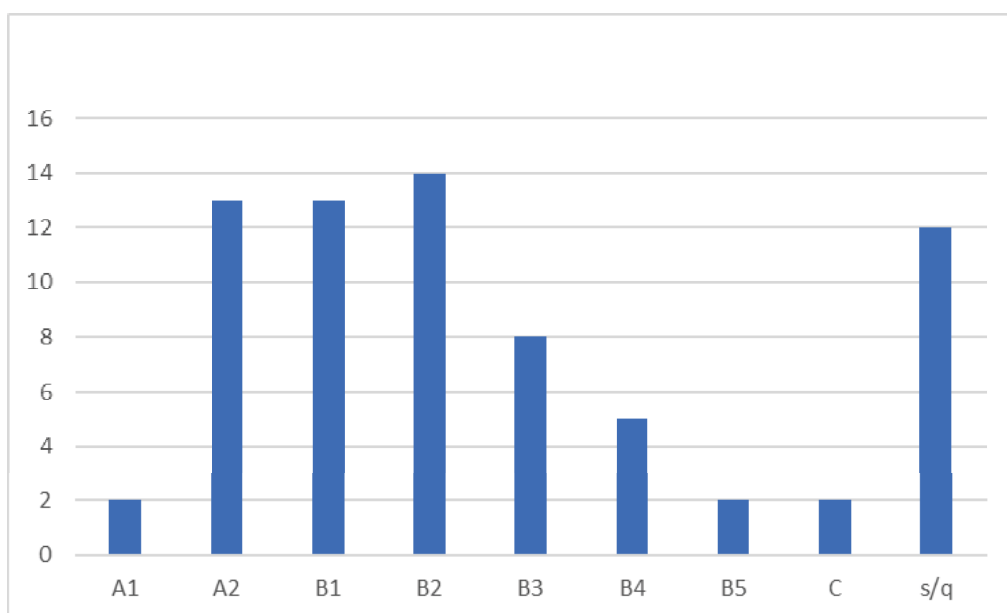


Figura 6. Quantitativo de trabalhos publicados por *Qualis*.

Fonte: Dados da Pesquisa

Além disto verificou-se também a distribuição temporal dos trabalhos dos entrevistados e nota-se uma concentração de publicações entre o ano de 2017 a 2019 (Figura 7). Não há nos dados uma explicação factível que indique o porquê desta concentração nestes anos específicos, e.g., um assunto que fosse recorrente nesse período, como o rompimento da barragem de Mariana em novembro de 2015. Entretanto dois dos pesquisadores entrevistados que juntos se destacam com 12 das 28 publicações do período, sendo que um concluiu seu doutoramento em 2017, e é comum que possua artigos submetidos em revistas oriundos deste processo sendo publicados.

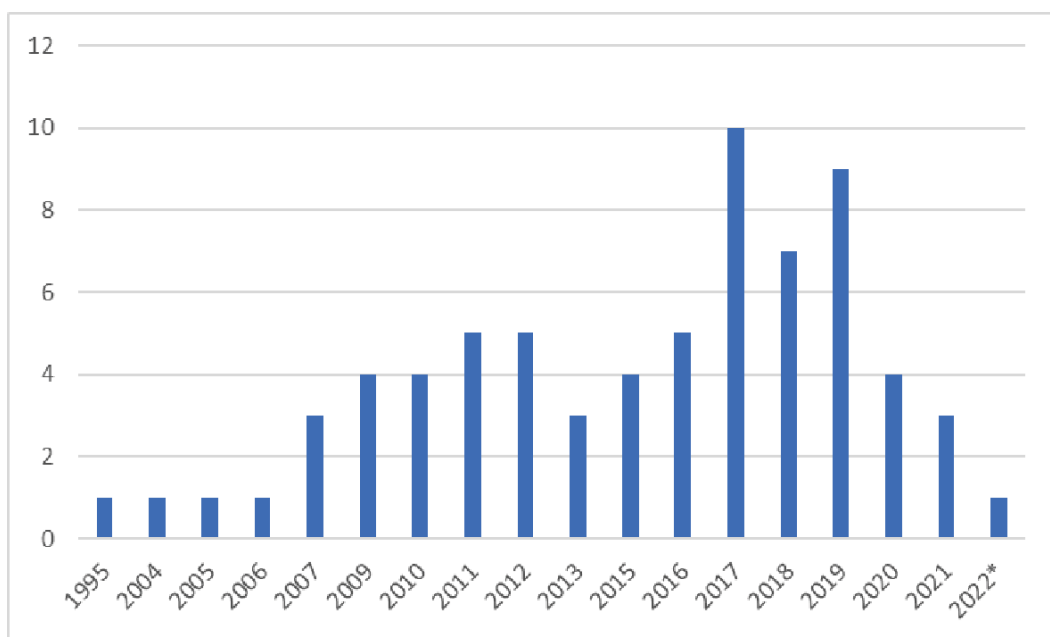


Figura 7. Distribuição temporal dos trabalhos consultados.

Fonte: Dados da Pesquisa

Concentrando-se nos artigos publicados nos *qualis* superiores (B1-A1) identificamos 28 trabalhos distribuídos em 20 periódicos, se limitarmos estes em apenas aos ligados a Contabilidade e localizados no Brasil temos 7 revistas: *Brazilian Business Review*; Revista de Contabilidade e Organizações; Contabilidade Vista & Revista; Revista Contabilidade & Finanças; Revista Universo Contábil; Base, e; Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC. Apenas por volta de um terço das publicações dos entrevistados foram direcionadas para revistas que possuem o escopo e/ou um corpo editorial diretamente ligado a área contábil, conforme pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6. Revistas com publicações nos *Qualis* superior da CAPES.

Revista	<i>Qualis</i> 2013-2016
<i>Resources, Conservation and Recycling</i>	A1
<i>Environmental Monitoring and Assessment</i>	A1
Revista de Administração Contemporânea - RAC	A2
<i>Brazilian Business Review</i>	A2
Revista de Contabilidade e Organizações	A2
Contabilidade Vista & Revista	A2
Revista Contabilidade & Finanças	A2
Revista Universo Contábil	A2
RAUSP-e	A2
Brazilian Administration Review	A2
Engenharia Sanitária e Ambiental	A2
Cadernos EBAPE.BR	A2
Environmental Quality Management	A2
Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA	B1
Base	B1
Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão	B1
Estudios Gerenciales	B1
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPEC	B1
<i>Cuadernos de Contabilidad</i>	B1
Revista de Administração da UFSM	B1

Nota. Fonte: Dados da pesquisa; CAPES (2022a).

O que sugere ou uma dificuldade de publicação de artigos nessa temática nestes periódicos por estes pesquisadores, ou uma preferência destes pesquisadores por revistas de áreas correlatas. Isto pode estar relacionado às percepções e subjetivações pessoais de cada pesquisador no que tange as práticas discursivas circuladas por esses veículos e será verificado posteriormente.

Nesse sentido, considerando apenas os trabalhos publicado pelos entrevistados em periódicos brasileiros com escopo e/ou um corpo editorial diretamente ligado a área contábil listados em *qualis* superior consultou-se os artigos a fim de compreender as características dos mesmos (Tabela 7). Isto é importante pois uma regularidade nestes traços pode indicar um perfil “publicável” nestes estratos.

Tabela 7. Características dos estudos encontrados.

Autores	Título	Revista	Ano	Qualis	Objetivo	Metodologia	Dados em Painel
Nossa, V.; Cezar, J.F.; Silva Junior, A.; Baptista, E. C. & Nossa, S. N.	<i>The relationship between abnormal returns and social responsibility: an empirical study of companies traded on the Bovespa from 1999 to 2006.</i>	<i>Brazilian Business Review</i>	2009	A2	Investigar a relação entre o retorno anormal e a performance social e ambiental das empresas com ações negociadas na Bovespa e que publicam, regularmente, Balanço Social de acordo com o modelo proposto pelo IBASE.	Pesquisa Documental	Dados em Painel
Nunes, J. G.; Teixeira, A. J. C.; Nossa, V. & Galdi, F. C.	Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&F Bovespa de sustentabilidade empresarial.	Base	2010	B1	Analisar as variáveis que influenciam a adesão das empresas ao Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial (ISE).	Pesquisa Documental	Regressão Linear Múltipla
Rosa, F.; Ferreira, A. C. S.; Ensslin, S. & Ensslin, L.	Evidenciação Ambiental (EA): contribuição da metodologia multicritério para identificação dos aspectos financeiros para a gestão ambiental	Contabilidade Vista & Revista,	2010	A2	Construir um modelo Multicritério de evidenciação dos aspectos financeiros.	Pesquisa de campo e documental	Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDAC)
Silva, A. F. & Ferreira, A. C. S.	Um estudo teórico sobre a contabilização dos impactos ambientais do setor sucroalcooleiro.	Revista de Contabilidade e Organizações	2010	A2	Demonstrar os principais impactos ambientais decorrentes da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, e propor a evidenciação dos gastos ambientais do setor sucroalcooleiro nas demonstrações contábeis baseando-se nos métodos existentes de valoração ambiental.	Pesquisa bibliográfica	-
Teixeira, E. A.; Nossa, V. & Funchal, B.	O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco.	Revista Contabilidade & Finanças	2011	A2	Investigar se a forma de financiamento das empresas é afetada pela participação das firmas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).	Quase-Experimento	Dados em painel
Kassai, J. R.; Feltran-Barbieri, R.; Carvalho, R.;	Balanço Contábil das Nações: reflexões sobre mudanças climáticas globais.	<i>Brazilian Business Review</i>	2012	A2	Elaborar o balanço patrimonial de países com base nos cenários de mudanças climáticas e de aquecimento global apontados pelo Intergovernmental Panel	Pesquisa Documental	-

Ao analisarmos os trabalhos listados, podemos perceber a repetição de alguns fatores que podem representar as características tanto da produção dos pesquisadores, quanto as que são preteridas pelos editores ao aceitarem manuscritos para o processo de revisão. A primeira característica se refere a parte metodológica, os trabalhos em geral possuem características descritivas ou exploratórias (o que significa que são trabalhos com potencial seminal) e quase que em sua totalidade quantitativos. Este resultado não é novo, R. C. M. Pereira *et al.* (2019) discutiu a predominância de trabalhos quantitativos nos congressos da área contábil, e corroborou a tendência da área de associar suas pesquisas à construções positivistas, funcionalistas e quantitativas (Theóphilo, 2004; Borges, Rodrigues, Silva & Santana, 2010; A. R. d. Nascimento, Junqueira & Martins, 2010; Lourenço & Sauerbronn, 2016).

Mesmo os trabalhos definidos enquanto qualitativos seguem essa lógica, buscando apresentar análises quantitativas aos dados qualitativos como correlações estatísticas entre a repetição de palavras, em um determinado *corpus* selecionado, pelas pesquisas, ou com a utilização de análises qualitativas para a obtenção de um modelo que possa ser mensurado quantitativamente. Isto aproxima essas pesquisas de uma possível ideia de generalização dos resultados almejada nos trabalhos fundamentados na episteme positivista. Isto pode ser observado nos seguintes trechos:

[...] apesar de ser comumente utilizado para a análise de entrevistas e relatos, tem como sua essência a análise de discurso, buscando agrupar os pontos de vista de cada relato, ou seja, suas representações (aquilo que é **mais representativo ao grupo**). (Wink, Fontes de Souza Vasconcelos, Lagioia, Kato & Nossa, 2015, p. 56, grifo nosso.)

Ao lançar as sete **variáveis** [...] e seus respectivos conteúdos, o Alceste® gerou cinco Classes de Discurso [...] que apresentam, cada uma, suas palavras típicas e o grau de associação destas palavras com a classe a que pertencem. O **poder de associação** entre a classe e a palavra é definido por meio do cálculo realizado pelo Alceste® da variável que o programa intitula de **qui-quadrado (Q² ou Khi²)**, sendo que, quanto maior o Q² da palavra, tanto mais relevante ou representativa ela é dentro da classe na qual se encontra inserida, ou seja, mais forte e importante é a palavra dentro do discurso temático presente na classe à qual pertence. (Wink *et al.*, 2015, p. 56, grifo nosso.)

Realização de entrevistas junto aos especialistas e posterior aplicação de questionário, visando identificar parâmetros legais e **aceitáveis para as métricas** dos indicadores de desempenho ambiental, social e econômico-financeiro. (Krueger & Petri, 2018, p. 137, grifo nosso.)

É importante pontuar que esse fetiche estatístico tem uma demarcação discursiva específica, que se instala no meio acadêmico contábil de forma mais recente (por volta dos anos 2000) na tentativa de validar e de se impor a contabilidade enquanto ciência e a tendência desse perfil de publicação identificado nas produções apresentadas, já estava sendo criticado por um

de seus precursores uma década depois, como pode ser observado na fala do professor Sérgio de Iudícibus:

Era importante introduzir essa questão, porque os contadores eram totalmente ignoros de métodos quantitativos, e perdia muito para os politécnicos, para os economistas e outros. Só que agora está acontecendo um exagero. Eu, que fui um dos iniciadores dessa teoria aqui no Brasil, hoje sou contra esse excesso. Só se consegue publicar artigos puramente quantitativos, de teoria positiva. Isso não é correto. (S. L. S. Ribeiro, 2009, p. 86)

Verificou-se também o foco destes trabalhos, ou seja, entender a partir de que ponto a temática da sustentabilidade foi discutida. Dos trabalhos empíricos apenas o trabalho de Krueger e Petri (2018) dedicou-se às três dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e econômica) os demais, apenas à dimensão ambiental.

Ademais, com exceção de três trabalhos, as discussões partiram da função lucro/prejuízo, o de Krueger e Petri (2018) que estabelece um modelo de indicadores aplicável para as três dimensões à atividade suinícola, o de Kassai *et al.* (2012) que parte de um esforço multidisciplinar para a aplicação do balaço contábil das nações [BCN] com vistas às mudanças climáticas. E o de Nossa, Rodrigues e Nossa (2017) que se propõe a uma pesquisa bibliométrica sobre os assuntos mais pesquisados na área que vêm a ser trabalhos que envolvam o tema de evidencição e os que envolvem relação entre desempenho econômico-financeiro com práticas e indicadores de sustentabilidade (em uma redução superficial: ser sustentável dá lucro?). Não foi realizado um aprofundamento no que tange a identificação de discursos a partir de teorias de base utilizada, pois ou o trabalho é puramente empírico ou utilizou-se de uma teoria alheia ao desenvolvimento do discurso sustentável, com exceção de Kassai *et al.* (2012) que partiram da formulação do BCN que parte do discurso de desenvolvimento sustentável da ONU, entretanto não é considerado uma teoria.

Bittencourt e Carrieri (2005) advertem que a integração de temáticas como a da sustentabilidade nas enunciações discursivas das organizações tem característica ideológica que tem por objetivo refrear ou até blindar as organizações de críticas as suas ações de legitimidade questionável. Além disto, Banerjee (2008) assinala que os discursos empresariais, em especial os que possuem caráter emancipatórios, são balizados por interesses específicos destas empresas e que possuem o propósito de limitar os interesses dos usuários externos, o que retrata o perfil ideológico em suas ações para legitimar o poder de grandes empresas. Para Banerjee (2008), os discursos circulados por estas entidades tem como escopo a manutenção do status quo a partir da percepção de oportunidades de exponenciação do lucro em um movimento que transfere o foco da sustentabilidade planetária para a da entidade isolada. Neste sentido, o

alinhamento de periódicos de grande influência com temáticas caras às organizações, assegura à contabilidade seu papel disciplinador.

Ressalta-se que é significativo destacar estas características pois isto pode estar relacionado às características do pesquisador, em suas subjetivações, processos disciplinares, sujeições etc., ou às características dos periódicos, que por sua vez é constituído pelas características de quem os compõem. Nesta última possibilidade seria necessário um estudo delimitado apenas nestas estruturas, pois é universo em si que encerra diversas práticas discursivas, subjetividades e sujeições independentes além das que atravessam os pesquisadores que publicam nestes veículos. Em relação à primeira, compreender estas características nos auxilia na compreensão dos discursos reproduzidos pelos entrevistados.

Assim, dentro das possibilidades que os dados nos permitiram, avaliar este arquivo nos permite um vislumbre de monumentos registrados e que, neste caso, podem sofrer um anacronismo. Primeiro porque o espaço temporal destes trabalhos é de nove anos e segundo que não necessariamente um artigo publicado em 2018 foi produzido e submetido em 2018, considerando o tempo médio de aceite e publicação das revistas. Neste sentido, o campo e as práticas discursivas atuais nos permitem fazer ligações ou encontrar rupturas.

4.2 NARRATIVAS E ENUNCIADOS DOS SUJEITOS PESQUISADORES DA TEMÁTICA DE SUSTENTABILIDADE NA CONTABILIDADE.

Inicialmente é preciso situar o surgimento da pesquisa da temática na área, isso porque, como já discutido, um discurso passa a circular a partir de condições permitidas por outro(s). Nesse sentido, dentro o universo de pesquisa possível encontramos a ocorrência do tema a partir de 1993, com duas pesquisadoras que ingressam o programa de doutorado da USP a prof. Dr^a Aracéli Cristina de Sousa Ferreira e a prof. Dr^a Maisa de Souza Ribeiro ambas conquistando a titulação em 1998 (nesta época o doutoramento se dava em um período de 5 anos diferente dos 4 atuais). É preciso lembrar que até o ano de 2008 a USP era a única universidade que oferecia doutorado em Contabilidade no Brasil e isto desde 1978 (FEA-USP, 2022).

Nesse sentido é importante marcar aqui a Rio-92 ou ECO92 como um grande facilitador da discussão na academia, na contabilidade especialmente, com a consolidação da Agenda 21 (UNCED, 1992). No documento a contabilidade é chamada a cooperar com os objetivos acordados na conferência, tanto na promoção do desenvolvimento econômico, quanto ambiental e social através da mensuração destes eventos. O que culmina, após os esforços para

o protocolo de Kyoto em 1997, na publicação do manual *Environmental Management Accounting Procedures and Principles* (Contabilidade da Gestão Ambiental Procedimentos e Princípios) em 2001 (UN, 2001). Além disto é a partir desta conferência que são pensadas políticas específicas para crianças e jovens e as concepções de sustentabilidade passariam a compor o currículo dos mesmo, entretanto, o âmbito ambiental foi o aspecto melhor trabalhado visto que desde a criação da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) já se previa na legislação brasileira a educação ambiental para crianças (E. P. Nascimento, 2012).

Na economia e política, o país iniciava uma onda de otimismo que teve início com o impeachment em dezembro de 1992 do então presidente da república Fernando Collor de Melo. E, também, pelo anúncio da implementação do Plano Real que prometia estabilidade econômica e dentre várias políticas com vistas ao controle hiperinflacionário do Brasil, a abertura econômica e incentivo às importações para modernização das indústrias brasileiras o que, ainda que não fosse o foco do governo, se alinhava às discussões de desenvolvimento e tecnologias limpas discutidas na Agenda 21.

Ainda na década de 1990, às vésperas da conclusão da formação destes pesquisadores, ainda como resultado das discussões da Eco-92 surge em 1997 o *Global Report Initiative* (GRI) a partir de um esforço conjunto da *Coalition for Environmentally Responsible Economie* (Ceres) e o *United Nations Environment Programme* (UNEP) (GRI, 2017). O relatório foi pensado para padronizar as performances de sustentabilidade de entidades no mundo todo com a promessa de comparabilidade de informações.

Nesse sentido, as construções discursivas em torno da sustentabilidade ao longo do século XX culminam na eco-92. O evento desafiou a contabilidade enquanto ciência social aplicada e, portanto, agente de promoção e transformação das ideias apresentadas na conferência, em especial no que tange os aspectos econômico-financeiros. Isto aliado a um otimismo econômico no país e a validação internacional que o tema recebeu desde a década de 1960, produziram então as condições necessárias para permitir a emergência do discurso sustentável, no ambiente acadêmico da contabilidade.

A partir deste entendimento e dado o período de formação doutoral dos entrevistados perguntou-se a respeito de suas motivações e interesse pela temática durante sua formação e geraram as seguintes respostas:

E1: quando eu fui fazer o meu concurso de douto.... para professora titular [...] a gente tive que fazer meu memorial e aí mexendo na minhas coisas encontrei alguns artigos que eu ainda na juventude escrevi pro o jornal lá de são José dos campos falando sobre meio

ambiente e eu não me lembrava disso então eu falei assim: poxa essa história de meio ambiente ela já me acompanha há muitos anos eu nem... enfim, quando eu li sobre sobre green accounting, quando eu fiz o doutorado eu não me lembrei disso, dessa relação é que eu tinha essa preocupação anterior. mas aí achei dois artigos que eu mandei para o jornal da cidade lá falando sobre... sobre as questões ambientais da cidade então eu acho que isso aí já já veio no sangue.

E2: Mas foi depois de uma viagem ao Japão acho que em 98. Eu conheci um museu e nesse museu tinham baterias elétricas de 3000 anos. E aí a gente começou a questionar essas coisas de continuidade né? Então foi por aí.

E3: Bom, ele surge quando eu comecei o meu mestrado tá? então lá no início de 2013... agosto de 2013 quando eu comecei a fazer meu mestrado que eu comecei a baixar relatórios de sustentabilidade, relatórios anuais, relatos integrados na época tinha muito pouco e esse gênero não se falava nada na época, né? é uma nomenclatura que surgiu mais recentemente assim na área contábil e foi ali que comecei a adentrar na área de sustentabilidade mas, sempre muito indignada, né? por que as organizações elas não divulgam, não tem um padrão de divulgação, então foi algo assim que sempre me deixou muito chateada com a minha dissertação porque não tinha um padrão, ou a empresa divulgava sobre resíduos, a outra sobre emissões, a outra sobre minimização dos impactos sobre transporte e assim foi... então eu terminei a minha dissertação publiquei ela e tudo mais mas foi ali que eu comecei a criar gosto mesmo pela sustentabilidade. Contudo, como eu falei é exclusivo no foco quantitativo eu não trabalho com a sustentabilidade na área qualitativa

E4: eu tive que achar um tema, né? aquela coisa toda e tal e tal, aí de repente eu comecei a assistir uma palestra eu acho que foi até do professor Nelson de Carvalho... deu uma palestra lá falando um pouco da questão ambiental principalmente e aí eu me interessei com o assunto e comecei a ler sobre contabilidade ambiental e aí foi avançando, foi avançando até que um dia eu falei “opa acho que é essa área que eu vou tratar” e eu pensava muito, né? já naquela época de como é que a contabilidade poderia conversar com isso, né? ele tinha já...a professora Maisa que me indicou alguma coisa lá na USP, tinha a professora Araceli lá no Rio de Janeiro e outro ele tava começando a conversar sobre isso. E aliás a primeira vez que eu vi falar sobre isso foi a professora Araceli em Vitória e aí como é que o mercado conversa com isso aí? Eu.. eu tive a ideia de fazer a minha tese entender como que as empresas estavam divulgando ou desenvolvendo algo internamente ligado as questões ambientais e que a contabilidade conversasse com eles. Vi que o Brasil ainda tava engatinhando e bom, terminei minha tese, perfeito, comecei a... foi quando voltei de Vitoria, né? tinha acabado de montar a [...] aqui e aí comecei a orientar, né? alunos, administrar, e nessas orientações sempre tinha um aluno ou outro que se interessava por essa área mas no início era contabilidade ambiental, mas depois foi caindo para outras áreas aí envolvendo GRI que vê questões ambientais, sociais, aí sim eu fui olhando essas coisas muito mais pro desenvolvimento sustentável, que não é simplesmente ambiental, envolve outras áreas, e aí assim uma pesquisa ou outra que fui orientando nessa áreas, né? fui caindo no tema de sustentabilidade de forma geral, e assim, não que eu pesquisasse só isso, é... mais eu tentei prevalecer com uma linha mais específica de pesquisa.

E5: Surge é... a partir do meu mestrado já quando eu me inseri na pós-graduação então a partir das disciplinas do mestrado, foi uma temática que chamou atenção e despertou o interesse, então durante a percurso do mestrado realizei pesquisas relacionadas à sustentabilidade, talvez um pouco mais na linha da responsabilidade social e posteriormente quando eu decidi pelo... pelo doutorado, então eu uni um pouco da minha

experiência de pesquisadora já com a prática que eu tinha de sala de aula e aí a escolha da minha linha de pesquisa no doutorado de investigação foi pela... pela sustentabilidade. Então eu diria eu uni o problema prático, uma situação real assim do contexto do ambiente onde eu estava inserida.

E6: quem me incentivou bastante foi o professor, meu orientador no doutorado o professor Nelson de Carvalho que foi um dos que integraram a equipe, né? Que... que... que faz as políticas de elaboração da estrutura conceitual básica do Relato Integrado e tá muito ligado à essas questões da sustentabilidade.

Podemos encontrar nestes discursos algumas características peculiares de cada entrevistado em relação a seu contato com o com a temática. E1 por exemplo reforça o entendimento de si ao marcar sua afinidade ao tema a partir de sua própria ética, antes mesmo da decisão de conduzir uma pesquisa no tema, isso percebido apenas tempos depois. Foucault discutiu estas questões como a ética de si que posteriormente se combina com outras verdades e produzem a subjetivação que irá compor seu posicionamento, críticas e acidez das discussões produzidas por este sujeito. Está no sangue, não foi aprendido, é instintivo, inerente à sua constituição enquanto corpo ideológico, ativista do que acredita.

E2 não explica muito o seu processo, apenas que parte de um contato com um conhecimento ancestral estrangeiro e que a partir disto passa a discuti-lo de forma lógica com um conceito filosófico basilar da contabilidade que discute a perenidade das entidades. E2 amplia então a disciplina a partir de um comentário produzido por esta discussão, expandindo o entendimento do conceito da continuidade na contabilidade.

E3 e E5 por sua vez não identificavam o tema como valor pessoal e é a partir sua formação na pesquisa que ingressam no discurso. E3 percebe como algo que acontece quase que por acaso, curiosidade, e também, pelo ineditismo autopercebido dentro do escopo de atuação na área quantitativa, tanto que reforça “*como eu falei é exclusivo no foco quantitativo eu não trabalho com a sustentabilidade na área qualitativa*” assinalando uma percepção sobre a diversidade de estudos qualitativos produzidos na temática. A busca no pioneirismo de uma linha ou tema de pesquisa é comum e estimulado como requisito de teses, Foucault posiciona esta busca atrelada à vontade de verdade, institucionalmente somos instigados a buscar estes locais, um local de poder por inaugurar um *comentário*, ou seja, um saber específico que passa a circular e atualizar os discursos de uma disciplina. E5 passa por uma experiência similar, mas pontua a necessidade da prática, da aplicação, o discurso enquanto prática, que se traduza em resultados.

E4 e E6 são introduzidos ao tema por meio de seu orientador que vem a ser a mesma pessoa, E4 nos mostra que o tema surge, contudo, ele não via a ligação, ainda que possuísse o argumento do Autor, ele cita os percursos, ou seja, isso tinha sido validado enquanto verdade, porém precisava compreender como o mercado lidava na prática do discurso sustentável e, reforçando “*e que a contabilidade conversasse com eles*”. Por sua vez, E6 apenas relata que seu interesse limitou-se ao *disclousure* sustentável por conta da hierarquia orientador-orientando.

Procurando então compreender o enunciado discursivo que estes pesquisadores praticam em relação à sustentabilidade, questionou-se qual seria o significado do que seria sustentabilidade e se existiria diferença em relação à Contabilidade Ambiental para os pesquisadores, uma vez que esses entendimentos são a própria prática discursiva atual e que podemos confrontá-las com os diversos enunciados produzidos ao longo da história:

E1: olha sustentabilidade é uma coisa, contabilidade ambiental é o outra. sustentabilidade é uma coisa mais ampla sustentabilidade envolve todo mundo, envolve o porteiro, envolve o engenheiro, envolve o cara que está devastando e envolve o cara que tá preservando. sustentabilidade tem a ver com o planeta, a gente mantém o planeta em condições de a gente continuar vivendo no planeta, pra mim eu entendo sustentabilidade assim. a contabilidade ambiental ela é um instrumento para a gente poder chegar nessa sustentabilidade acho que é um instrumento que pode ajudar no equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, preservando a nossa qualidade de vida, preservando a... não posso nem chamar de qualidade de vida... preservando a nossa vida né porque qualidade de vida você tem N gradações, agora a vida você não tem, ou você está vivo ou você está morto né... então eu acho que a contabilidade ambiental, eu vejo como um instrumento da sustentabilidade, instrumento importante.

E2: Há uns dez ou 15 anos a gente é... tentava definir, mas já existe uma definição da ONU, né? do relatório Brundtland, então eu fico com essa definição depois de você pega lá. Então, o que a contabilidade fez, então esse foi um princípio basilar, e fazendo o mesmo raciocínio, a contabilidade hoje está enxergando uma terceira pessoa então, além da física e da jurídica, tem a pessoa difusa e quem que é o difuso? é o meio ambiente, então por exemplo o sol, a água, não tem valor, mas por exemplo é a base da matéria prima para agricultura, uma empresa de logística que tá bem situada, aqui em SP nas melhores estradas, quanto ela paga por isso? Nada! né? ainda, O PSA, pagamento por serviços ambientais, então o que houve agora é... esse novo capitalismo, eles começaram a dar valor a essa terceira pessoa, então não é que a contabilidade mudou, ela ampliou um pouquinho a visão olhando o todo e o princípio de geração de valor hoje, ele se baseia naquele princípio básico, onde você só agrega valor para você se você agregar para o próximo ou para o ambiente em que você vive.

E3: Sustentabilidade é o que as organizações de fato fazem para minimizar os seus impactos ambientais, sociais, também né? todos os recursos que elas se destinam para... para parte ambiental, para parte social e, também, pra parte da governança corporativa das organizações né? Porque quando a empresa ela destina recursos para minimizar os seus impactos ambientais, sociais, e de governança e até mesmo econômicos, né? a sustentabilidade econômica o triple bottom line né?, ela consegue de

fato atingir uma sustentabilidade organizacional. E atingir né? o setor econômico da organização que por meio dessa da minimização desses impactos ambientais, conseguir atingir né um lucro maior, uma vantagem competitiva maior. como a sustentabilidade das organizações, a minimização dos impactos ambientais, sociais e governança, auxiliam né? essa minimização desses impactos, auxilia para com o aumento da vantagem competitiva das organizações, aumento dos seus lucros, no seu desempenho econômico-financeiro e de mercado né? Econômico-financeiro é... os indicadores contábeis né? de mercado, é mais voltado ao mercado capitais.

E4: Sustentabilidade de forma geral é o conceito que busca, é, caminhos, né? para as empresas para as pessoas, né? elas realmente olhe para frente e façam as suas ações de forma que haja continuidade das coisas, pessoas tentaram ele... continuidade daquilo que se faz para ter continuidade das coisas, né? então assim, ser sustentável é a continuidade daquilo que se faz. Para se ter continuidade daquilo que se faz você tem que olhar mais perto primeiramente é o econômico obviamente você não tem um aspecto econômico bem planejado e tal você pode ficar sem dinheiro poxa e perde tudo, você tem também o aspecto o ambiental, o aspecto social, né? a governança disso tudo de forma geral então não adianta você querer ir buscar aí resultados.... resultados, lucros no grupo mas uma forma que você não considere toda parte social, toda parte de inclusão, né? a parte de ambiental também, resumindo, quando eu falo sustentabilidade eu acho que olhar para frente terá ações que levem a continuidade do que você faz, uma continuidade onde todos os atores envolvidos estejam satisfeitos sejam eles a sociedade, seja o meio ambiente que aí a sociedade também tem esse reflexo, é... os próprios acionistas da empresa, enfim todos os stakeholders aí que envolve esse processo, é... as ações tomadas elas tem que ser olhado de uma forma que aquilo tem continuidade, que aquilo não vai desaparecer em algum momento, e com isso tudo eu chamaria de sustentabilidade, né você ter ações nessa linha.

E5: Quando eu falo de sustentabilidade, eu entendo como um equilíbrio, que seria essa junção de fatores sociais, ambientais e econômico-financeiros equilibrados, dosados. Para mim não existe sustentabilidade quando só há um fator que se sobressai, então se... o econômico vai bem, mas não tem.... não tem boas práticas ambientais não é sustentável! ou se você cuida do ambiental e não cuida dos trabalhadores, compromete o social, não é sustentável, então para mim é o tema perpassa por um equilíbrio. A discussão perpassa por essa dose de fatores equilibrados. Não é um sobre o outro, nem um em detrimento do outro. Mas envolve esse equilíbrio entre as medidas, as dimensões ou as variáveis da sustentabilidade.

E6: Sustentabilidade, é... pensar no longo prazo né? é tratar as questões de sobrevivência tanto dos negócios, como da sociedade no longo prazo. Aí...né? aí contempla pra isso se realizar, contempla a série dimensões, mas a visão de longo prazo é uma visão de sustentabilidade tanto de pessoas, como de negócios e como da natureza.

Percebe-se duas posições dos sujeitos nas falas, a primeira coloca o desenvolvimento econômico como prioridade, isso implica ações para a mitigação dos danos que o desenvolvimento econômico produziu na natureza e na sociedade, isto pode ser observado nas falas de E2 E3 e E4. A segunda, parte do conceito ideal de equilíbrio em todas as dimensões da sustentabilidade e que possibilitaria um estado de plenitude na posteridade, como pode ser Observado em E1, E5 e E6.

Esta última concepção atende aos desenvolvimentos do conceito consolidado no Relatório *Brundtland* (WCDE, 1987). Desde o primeiro surgimento do conceito, às transformações e rupturas que se desenvolveram no mesmo, uma ideia central sempre permeou esse discurso, que é a noção de risco. Beck (2011) discorre sobre a concepção de risco na da teoria sociológica dentro de seu conceito de modernização reflexiva, que se traduz na maneira pela qual a sociedade reflete e procura maneiras de solucionar problemas engendrados pela própria modernidade. Para este autor, o risco dentro do escopo da modernidade reflexiva é um organizador da sociedade e é a preocupação com o futuro que lhe confere a condição de organizador, é preciso se preocupar com possibilidades futuras que inviabilize a sociedade.

Como é possível que as ameaças e riscos sistematicamente coproduzidos no processo tardio de modernização sejam evitados, minimizados, dramatizados, canalizados e, quando vindos à luz sob a forma de “efeitos colaterais latentes”, isolados e redistribuídos de modo tal que não comprometam o processo de modernização e nem as fronteiras do que é (ecológica, medicinal, psicológica ou socialmente) “aceitável”? (Beck, 2011, p. 24)

Esta preocupação, que surge da própria reflexão da modernidade, exige uma colonização do futuro artificial no qual sistemas peritos-científicos, tecnológicos e industriais são ativados para estabelecer os prováveis riscos a ela própria (O. L. Costa, 2021). Nesse sentido, a ideia de um futuro apocalíptico, e que se autoproduzem a todo momento, e que ao se resolver um, novos outros surgem está presente desde o século XVII (Van Zon, 2002).

Já o pensamento que se preocupa primeiramente com o econômico caracteriza-se uma ruptura no pensamento de co-dependência que é construído ao longo do tempo e se consolida no chamado *triple bottom line* (Elkington, 2008), como expressa E5. Essa ruptura necessita de um estudo aprofundado, visto que se nos atentarmos à ideia original já exposta, seria natural o sacrifício de lucro em detrimento das dimensões sociais e ambientais. Entretanto, dentro de um sistema capitalista isso não seria possível, dentro da lógica contábil isto seria possível, mas não usual, visto que o objetivo da empresa é o lucro e aliado aos interesses dos investidores, um lucro maximizado. Assim perguntou-se como os sujeitos viam a conexão de sustentabilidade com contabilidade:

E1: eu acho que a gente... inclusive nós contadores subestimamos a nossa participação na sociedade... você imaginar [...] nós somos área de ciências sociais aplicadas, então se sai o balanço da Petrobras e a Petrobras está com um grande prejuízo, a sociedade é afetada por isso, se sai o balanço da Petrobras e a Petrobras está... ficou bilionária... mais ainda... você também... a sociedade, quer dizer a bolsa, o mercado tudo assim tem... afeta nossa vida. então o nosso trabalho afeta a sociedade, o trabalho da contabilidade na minha opinião e a contabilidade ambiental ela tem eu acho que a capacidade da gente poder mostrar para a sociedade que a gente não faz o imposto de

renda. então eu acho que a contabilidade socioambiental né a gente fala ambiental hoje mas não dá para desmembrar não dá para desconectar o impacto social e impacto ambiental os dois estão juntos então eu acho que... que é esse instrumento, um instrumento subutilizado e que não mostra para a sociedade, quer dizer o trabalho do contador pode ser importante para as empresas, mas para a sociedade como um todo eu acho que ainda não é... as pessoas, a percepção da sociedade sobre o nosso trabalho não é adequada e eu acho que a contabilidade socioambiental é o melhor instrumento que a gente tem disponível para mostrar isso... como a gente pode transformar, como a gente pode se inserir de forma mais efetiva no desenvolvimento social.

E2: Então o princípio da entidade ele se agregou a pessoa física e jurídica, lembra disso? É um princípio basilar da contabilidade, Por que? porque antigamente a família não tinha valor, né? então um comércio na garagem usava a mão de obra da esposa, do filho, isso não entrava nos custos da empresa. Então, o que a contabilidade fez, então esse foi um princípio basilar e fazendo o mesmo raciocínio, a contabilidade hoje está enxergando uma terceira pessoa então, além da física e da jurídica, tem a pessoa difusa, e quem que é o difuso? é o meio ambiente, então por exemplo o sol, a água, não tem valor, mas por exemplo é a base da matéria prima para agricultura, uma empresa de logística que ta bem situada, aqui em SP nas melhores estradas, quanto ela paga por isso? Nada, né? ainda, O PSA (pagamento por serviços ambientais) então o que que houve agora é... esse novo capitalismo, eles começaram a dar valor a essa terceira pessoa, então não é que a contabilidade mudou, ela ampliou um pouquinho a visão olhando o todo e o princípio de geração de valor hoje, ele se baseia naquele princípio básico, onde você só agrega valor para você se você agregar para o próximo ou para o ambiente em que você vive. Então assim, daqui a 50 anos ninguém vai tá aí discutindo sustentabilidade, mas vai tá olhando o mundo cada vez olhando em todos os aspectos e se sentindo responsável por tudo!

E3: o problema todo na minha visão é esse né? como a sustentabilidade ela se encaixa com a contabilidade isso é muito difícil da gente encaixar essas... essas... essas duas temáticas por assim dizer. E eu acho que isso também pega muitos nos nos editores né? se eles vêm que o estudo ele não tem potencial de ligação das temáticas que você está propondo já não passa nem do Desk Review.

E5: Talvez um desafio maior ainda! porque a contabilidade reflete o desempenho, ela é sempre um retrovisor dos fatores econômico-financeiros, e quando falamos de relatórios, estamos olhando para o econômico-financeiro, o desempenho, o comportamento do resultado. O fato é que as empresas não vivem se não tiverem resultados satisfatórios, se não tiverem lucro. Então o desafio maior é...esse empenho em falar que o lucro não é só lucro. Conscientizar que a curto e longo prazo as empresas precisam pensar e inserir a sustentabilidade na cultura e filosofia dos negócios, principalmente nas pequenas e médias, eu acho que é um caminho que o Brasil vai demorar muito para alcançar níveis adequados de sustentabilidade, tampouco vamos cumprir as metas da agenda 2030. Eu sou sonhadora, mas infelizmente a agenda 2030 não está no discurso público, no discurso das empresas, dos empresários, e até mesmo na academia temos dificuldades e certos preconceitos com as discussões. Eu acho que o Brasil não cumprirá as metas da agenda 2030, por essa falta de engajamento, conhecimento e comprometimento, principalmente a nível governamental. As políticas públicas são muito lentas e a pressa da agenda é outra. Enfim, temos muitos desafios. E a contabilidade tem o contexto dos impostos, da parte trabalhista, tributária, fiscal, cumprir prazo, etc., e discutir sustentabilidade é um grande desafio, que envolve conscientizar as pessoas e as empresas. Só refrisar assim, A importância é... da... da própria área em não minimizar a relevância do tema ah então é... a sustentabilidade é... é amplo, não é só discutir variáveis ambientais, sociais ou

econômicas que tá tudo certo? também não é só isso. E a preocupação maior é de fato é com a formação das pessoas, que o tema ele... ele vem alinhado assim com um contexto de problemas mundiais então a gente deveria estar muito mais alinhado com os propósitos dos ODS's, da agenda 2030 e tentar colocar as empresas nesse... nesse contexto e enquanto profissionais da área contábil então, o nosso desafio maior é levar isso para o ambiente empresarial, principalmente nas pequenas e médias e para chegar nas pequenas e médias a gente tem que.... que convencer o nosso aluno da graduação que vai ser o profissional que vai atuar lá e... e é esse processo de construção e formação das pessoas é um... algo que me preocupa bastante assim, porque parece que a gente a gente minimiza o problema, parece que a discussão da temática só é problema de outro, não é um problema específico da contabilidade. A gente quer fechar o balanço, fechar as demonstrações e fica por isso... apurar os impostos e aonde que tá a sustentabilidade no meio disso? Então essa formação das pessoas é algo que agora na discussão do currículo de ciências contábeis essa preocupação deve vir mais presente e a gente deveria levar isso para o ambiente das pesquisas nesse sentido. E aí perpassa por essa consciência da formação das pessoas e dos pesquisadores. E aí eu acredito que o pré-conceito que hoje ainda existe com as pesquisas dessa natureza elas viriam como uma consequência, então...mas ainda tem um caminho duro pela frente com certeza.

E6: Significa um reconhecimento que a contabilidade não está isolada do mundo. Contabilidade é um instrumento dos negócios e para tanto ela tem que estar integrada né? aos negócios, e os negócios envolvem diversas variáveis né? tanto financeiras, como não financeiras e tudo impacta na econômica né? que é a nossa área, a nossa área contabilidade tá dentro da... das ciências econômicas, é um instrumento, um instrumento de trabalho do gestor.

Aparentemente nem para os pesquisadores essa questão está consolidada, contudo, temos duas ideias centrais nestas falas, gestão e, sobretudo, evidenciação. E3 é o único sujeito que não consegue fazer essa conexão imediatamente e reconhece que isto pode ser uma dificuldade para outros da área que têm poder de interditar esse discurso. E1 compreende a junção da contabilidade como instrumento efetivo de transformação social, possibilitando através da informação as ações necessárias para o atingimento de objetivos ecossocioeconômicos, e é o único sujeito que entende a ação enquanto parte disto, não apenas a constatação da informação. Entretanto, todos falam desse poder de evidenciação de mostrar o desempenho, mensuração e reconhecimento de variáveis de sustentabilidade pela contabilidade.

Essa concepção passa primeiramente pelas próprias definições da disciplina contábil enquanto ciência de informação que é discutida no Brasil a partir do século XXI (Iudícibus *et al.*, 2005a, 2005b) essa conexão legítima e vincula as redes de saber-poder à temática. E2 reconhece a contabilidade enquanto instrumento capitalista no controle econômico, e mais além compreende as mutações que o próprio sistema realiza quando afirma “esse novo capitalismo, eles começaram a dar valor a essa terceira pessoa, então não é que a contabilidade mudou, ela ampliou um pouquinho a visão olhando o todo”.

Contudo, E1, E6 e em especial E5, sinalizam que esse consenso não pertence a toda área contábil, E5 explicita isso quando diz “A gente quer fechar o balanço, fechar as demonstrações e fica por isso... apurar os impostos e aonde que tá a sustentabilidade no meio disso?”, ou seja apesar do *comentário* (categoria do discurso), apesar de eu existir e atender os predicados de *rarefação*, o grupo não me compreende desta forma, assim também como o expressado por E3. Nesse sentido, é importante, a percepção dessa aceitação na socialização desse sujeito com o meio acadêmico tanto durante sua formação, quanto posterior a ela. Isso, no sentido de que o discurso da área legitima os corpos destes sujeitos enquanto parte da área em uma espécie de *rarefação* destes corpos enquanto aptos a acessarem e produzirem saberes no campo da contabilidade.

E1: Eu tenho sempre a impressão que quem não pesquisa na área de sustentabilidade olha os pesquisadores da área de contabilidade socioambiental meio de lado assim, ainda hoje. eu quando fui fazer o doutorado comecei a estudar esse assunto, eu tive alguns colegas que genuinamente assim, querendo me ajudar, [...] é... eu tive... um exemplo, tive um colega que falava assim ‘você vai ficar cinco anos estudando esse assunto para não ter utilidade? né? porque você estuda uma coisa que depois você não vai aplicar?’

E2: E aí é questão de evolução né?. Eu não costumo olhar por exemplo, na própria USP e demorou um tempo, teve um esforço político bastante insistência até a criação da área e a criação da área depende das pessoas que coordenam o programa, mas também das pessoas que publicam, que enviam trabalhos. [...] Você pega o Protocolo de Kyoto, demorou 20 anos para ser regulamentado. Uma coisa de Paris em dois meses. Então, a consciência de sustentabilidade é que está aumentando. Então e as áreas vão tentando acompanhar. Então não é a questão da área, talvez o tema em si.

E3: quando a Fabrícia saiu da Furb morreu a temática sustentabilidade no programa né? até se tipo qual é... eu tive muito que... eu ia mostrar pro professor da disciplina a minha proposta de artigo, porque na Furb toda disciplina tu tem que fazer um artigo né? Se não um até três, dois ou três, enfim, quando eu chegava com a minha proposta que tava ligando sustentabilidade com contabilidade o professor já franziu o nariz, a boca, não falava nada, mas porque não engoliu a minha proposta né? Aí ia contorcendo, contorcendo a orientação até excluir a sustentabilidade do meu trabalho. Eu tive que aceitar, óbvio né? então eu não tive assim incentivo nenhum, nenhum, nenhum, tanto é que hoje assim eu posso te dizer eu não sou uma pessoa feliz pesquisando sustentabilidade, porque é muito difícil... que nem eu falei né? é muito difícil de publicar isso na nossa área, em revistas financeiras né? revistas que estão muito na veia “contabilidade, contabilidade, contabilidade” é muito difícil de publicar, mas eu não tive incentivo não, minha orientadora saiu da Furb... morreu [o tema], e aí eu tive que trabalhar por conta própria, né? [...] meus pares esperam que eu pesquise as práticas de sustentabilidade que as organizações adotam, mas não é bem isso que eu trabalho voltado à contabilidade.

E4: Existe as panelinhas, você é de outro departamento, você não pode colocar a colher aqui, e acaba que isso vai reduzindo o tamanho da pesquisa dele não aumentando, mas eu acho que é uma pratica que aos poucos ela vem esperada ela tem... tem... tem que trabalhar muito mais não vou olhar mas estou né hoje tem alguém na hora de

contabilidade pesquisando algo e tem gerado bom resultado porque quando eu vou poder usar os resultados dele também não olhar que talvez eu não conseguisse olhar então eu acho que isso tem evoluído muito nessa linha e as áreas de fato tem se misturado muito ultimamente. Eu acho que na pesquisa mesma coisa, se ficar dentro da sua caixinha isso vai dar errado em algum momento.

E5: Eu sinto quando eu vou discutir com outros pesquisadores, com outra... em outros ambientes, quando eu vou dizer “ah, mas qual foi a sua tese mesmo?” e aí eu vejo que ah, um discutiu isso, aquilo, o mundo e tal e tal e eu, “ah não, discuti aqui a... a sustentabilidade” e aí parece que o problema é bem menor, parece que eu estudei algo muito menor em relação... em relação a outros assim, então vejo isso... vejo... vejo ainda assim aqui muitas vezes na... numa discussão é... a preferência entre um tipo de pesquisador e outro. Ele vai pela linha do... não do que realmente ele aprofundou no doutorado e sim as produções que ele tem ao longo da sua trajetória?

Veja... muitas... a primeira coisa que eu percebo é que elas entendem o ambiental. Muitas pessoas fazem uma... uma ligação com o ambiental direto assim: ah então que você vê no meio ambiente é, ah o quê que você estuda no ambiental e... e aí quando você vai conversando e discutindo? e vai levando outros fatores, não... nada... a gente poderia olhar só uma lente, “ó vou fazer um recorte e vou olhar uma lente”, mas aí a preocupação que você não tá discutindo de fato a sustentabilidade porque ela envolveria um outro... um outro conjunto. Mas a primeira impressão sempre que eu tenho é de que quando você fala de sustentabilidade as pessoas casam direto o ambiental assim...

E6: Ah... não me lembro não.... se recebi [críticas] eu nem me lembro. o que é diferente você falar, quando eu chegar de contabilidade “e o senhor pesquisa sobre o quê” “eu pesquiso sobre sustentabilidade”, sustentabilidade? o que tem a ver com contabilidade? Então isso ainda é uma questão de ignorância só... de falta de conhecimento... de desconhecimento das pessoas da relação entre as áreas, mas a gente entende isso é normal, a própria nossa área em contabilidade, tem gente que não entende imagina um leigo, imagina um leigo.

Olha, é uma novidade, né? pra muita gente da área da contabilidade. Ele acha que sustentabilidade é só falar de... de meio ambiente, né? muita gente acha que é só isso, então é uma novidade ainda na nossa área, então é encarar essa... esse desafio, é tentar educar as pessoas com essa visão mais abrangente da contabilidade né? e é um processo educativo, né? é um processo que demora, mas quem trabalha com pesquisa, com a academia, que tem um pouco de experiência também de vida, de prática mesmo, é um bom desafio, um desafio que eu acho que sai um pouco da área de conforto aí de só trabalhar com números, né? De só trabalhar com indicadores financeiros, pra sair um pouco ne dessa área e ir pra uma área mais diferente, mais desafiadora, né? com essa visão mais ampla, aí eu digo que não é só contabilidade, né? é o controller, a visão do... é o controller, é o gestor, é o cara que trabalha com a informação, esse sim é que tem que tá bem preparado pra trabalhar com banco de dados, que envolve informações financeiras e não financeiras, as informações não financeiras envolve informações sociais, ambientais, de gestão, de governança, de ética, né? aí sim esse vai ter um grande desafio pra... pra educar as pessoas a saberem que essa visão integrada é que vai ser cobrada daqui pra frente.

É quase unânime o desconforto percebido pelos pesquisadores ao expressarem suas motivações de pesquisa junto aos pares da área que não pesquisam a temática. Na percepção dos entrevistados isso se deve, sobretudo, ao próprio desconhecimento dos pesquisadores de

outras temáticas sobre a sustentabilidade e sua integração no campo contábil. Sobre isto, pode-se questionar que então, por ser um saber separado/rejeitado pelo *mainstream*, o que o torna também interdito nestes espaços de aprendizagem (Foucault, 1996).

Entretanto, essa mesma separação sugere espaços de resistências que os entrevistados não mencionaram ocupar, forçar a circulação deste saber dentro da academia, já que acaba estando restrito aos pesquisadores da temática que não o socializam por estarem em um lugar de rejeição, mas que também, não o propaga nas estruturas criando condições discursivas para a circulação deste poder (Deleuze, 2000). E2, E4 e E6 por exemplo se apegam à ideia de vanguarda, como se no futuro a pesquisa em sustentabilidade será algo tão corriqueiro que este reconhecimento, a legitimação deste saber acontecerá. Talvez esta prática discursiva seja reflexo da visão orientada para o futuro próprio da sustentabilidade que se subjetiva nestes pesquisadores que enxergam (diferentemente do aspecto apocalíptico da sustentabilidade) uma futura legitimação de seus pares.

Contudo é preciso pensar que a academia é construída pelos que já estavam, pelos que estão e pelos que virão. Neste sentido, concerne a estes pesquisadores criar espaços de resistência e circulação destes saberes, para que isto se integre na prática discursiva dos que estão, mas principalmente dos que virão, e a temática deixe de expressar para estes excentricidade ou utopia que os entrevistados relatam em suas falas. Isto é necessário não apenas para que o discurso deixa de ser separado e até mesmo interdito, mas que passe ao reconhecimento. Sobre este ponto os entrevistados comentam:

E1: Olha só, recentemente... o CFC fez agora o Conselho Federal de Contabilidade fez uma... uma live sobre ESG [Environmental, Social, and corporate Governance] e contabilidade, uma coisa assim, nem uma das pessoas convidadas pesquisa em contabilidade socioambiental. é só você olhar o próprio conselho federal de contabilidade, os nomes que estavam lá com nome de respeito? são! são pesquisadores da área socioambiental? não! se considerassem como uma área importante, eu vou dizer pra você que, por exemplo, se você olhar os conselheiros lá do federal, tem conselheiro lá, como por exemplo, a professora Sônia da Bahia inclusive, Sônia Gomes, que pesquisa na área, ela tá lá no Conselho Federal, por que não a convidaram?

E2: A temática é bem-vista. Então, lá começou aí com três ou quatro professores dos três departamentos da Faculdade de Economia. hoje eu acredito que aí uns 30% dos professores estão diretamente envolvidos e assim, integrando a sua área de pesquisa com a área multidisciplinar de sustentabilidade.

E4: É eu acho que sim, é assim não sei... não sei, é claro que tem o cara que é financista aí você não se acha não é formado na área de contabilidade e economia, as vezes até acha que tá na área dele, tá na área dele, acho que essa multidisciplinaridade ela tem melhorado bastante nos últimos anos essas pessoas não estão mais não pode pesquisar assim pelo menos eu convivo com isso, né?

E5: Não [se sente reconhecido], mas na... durante o doutorado até porque a gente... nós éramos uma turma pequena, eu fui a segunda turma da UFSC, nós éramos em 5 pessoas. Então a turma era miúda como diz assim, pequena é... eu não senti isso, assim, talvez hoje é...

quando eu falo do pré-conceito [...] é o... é a forma como pesquisador vê o tema, tá? no sentido de que então é... simplista, é uma pesquisa simplista, é uma... é um assunto fácil, é um assunto... é o relatório de sustentabilidade e esse tipo de visão é o nosso desafio, quando a gente vai discutir sustentabilidade. O relatório ele é uma consequência de práticas, de ações, de alinhamento, de posicionamento estratégico, de n situações que vão levar a construção de um relatório, mas a gente tem... eu acho que esse é o preconceito que eu falo, as pessoas entendem as coisas de sustentabilidade como essa cara, “a sustentabilidade é um relatório”, não é, “ah então a sustentabilidade ela é saber o que a empresa faz de práticas sociais e ambientais”, não é!, então é nesse sentido assim, eu vejo que falta propriedade, conhecimento, profundidade, da amplitude do conceito que é discutir sustentabilidade, né?

E6: A gente não tem que preocupar com reconhecimento não, a gente tem que preocupar em trabalhar, fazer o que eu acho que é certo e se vir algum reconhecimento vai vir naturalmente, sem problema, a gente tem pesquisado isso há muito tempo, tem dado algumas contribuições, né? umas melhores e outras não, sujeitos a críticas, como tudo na vida é sujeito a críticas, mas é isso, a gente optou por pesquisar nessa área, [...], mas se você acredita nesse proposito, segue em frente! [...] O reconhecimento ele vem com o passar do tempo, sabe? não é nada imediato, não é uma novidade, as pessoas naturalmente estão mais preocupadas com a questão tributária das empresas, com a questão de custos, não é? com a questão de resultados né? e com os indicadores de endividamento, indicadores financeiros tradicionais. Mas quando se fala de... de emissão de CO₂, quando se fala de... provisões, né? trabalhistas, passivo ambiental, né? essas expressões, né? investimento socialmente responsável né? é uma novidade, é uma novidade, então esse reconhecimento vai vir talvez, se vier...

Os pesquisadores relatam diferente níveis de percepção desse reconhecimento da área, mas, em geral, percebem uma rejeição traduzida em desvalorização ou desmerecimento de seu trabalho pelos seus pares. Com exceção de E2 e E4, que percebem uma aceitação crescente, e isso talvez seja explicado pela corrente de pesquisa que originam os trabalhos publicados destes sujeitos. Estes pesquisadores tendem a escrever sobre temas vinculados a questões financeira para usuários externos como as de bolsa de valores, ou relatórios de sustentabilidade nas organizações, temática que como demonstrou a pesquisa documental são os preteridos nas revistas brasileiras e, que posteriormente, também são percebidos pelos entrevistados como tal.

Além destes os demais pesquisadores compreendem estarem em um local em separado dos pesquisadores de temas mais recorrentes dentro da contabilidade, e são colocados lá por estes outros sujeitos, o que, apesar de não haver sido expresso claramente, é um local à margem. Isto pode ser identificado em: “ela tá lá no Conselho Federal, por que não a convidaram?” no que apesar de ser uma fala sobre um outro sujeito específico, e poderia se conjecturar que este poderia ter outros assuntos que justificariam essa rejeição, entretanto, esta fala poderia ser para

qualquer outro pesquisador da temática, visto que a professora citada não é a única, porém é a mais acessível.

Neste caso, preferiram fazer um esforço maior de ir encontrar outra pessoa fora da instituição, que não pesquisa o tema, para falar sobre algo que alguém que está próximo fala com propriedade. Caso a justificativa fosse trazer alguém de fora, diversos pesquisadores de todo o país poderiam ter sido convidados. Também se observa isto em “*vejo ainda assim aqui muitas vezes na... numa discussão é... a preferência entre um tipo de pesquisador e outro*” o que reforça a ideia de existem corpos que estão em uma posição de poder pela prática discursiva que endossam e que praticam.

Neste sentido, procurou-se investigar as percepções destes sujeitos sobre os veículos que circulam os discursos efetivamente no meio acadêmico, e que é por ser constituído pelos pares dos entrevistados. Os congressos e as revistas funcionam então como um portão que regula o que circula e o que deixa de circular a partir da subjetividade de quem ocupa um local de poder nestes maquinários, editores, organizadores e revisores.

E1: não eu acho que também não, porque quem avalia nos congressos são os avaliadores das revistas, exceto obviamente o congresso, o nosso congresso de contabilidade a conferência sul-americana de contabilidade ambiental que e aí eu é... o único congresso específico de meio ambiente de contabilidade ambiental.

E2: há dez anos ou mais era difícil. Mas tivemos um trabalho aí que nós montamos um balanço contábil de países e nos primeiros congressos nacionais foi reprovado com a justificativa que não se referia à área, à nossa área, né? Hoje já não tem mais essa questão no Congresso USP de Contabilidade. Hoje na USP existe uma linha só de relatos, relato integrado, sustentabilidade então é bem abrangente. Então hoje é mais fácil que eu acredito que não tenha assim muita dificuldade.

E3: Pouca, porque assim, Anpcont, um exemplo, EnANPAD que é um voltado a administração né? que não tem nada também muito sobre sustentabilidade quase nada né? Anpcont, a única área temática é Tópicos Especiais em Contabilidade, se tu submetes dentro de tópicos especiais possa ser que o teu artigo vai ser aprovado, se você colocar, vamos supor, que o teu artigo é sustentabilidade e mercado de capitais, aí tu coloca lá na área de finanças, eles não vão aprovar o teu artigo, pode esquecer, assim que o seu artigo vai ser aprovado sabe, é... eu vejo assim, muita relutância até dos pesquisadores que avaliam os trabalhos nesse principais congressos de contabilidade.

E4: Acho que tem sido bem né, assim acredito que como é uma área que tá em evidencia hoje, onde você vai, tem sido discutido isso no mercado, nas [inaudível] e tal. O congresso não vai ser diferente, então eu acho até que abriu-se até mais espaço ultimamente para essas áreas aí que envolvam sustentabilidade, ou outras áreas que já existiram, já estão de alguma forma incluindo a temática sustentabilidade dentro de forma que ela seja transdisciplinar em várias áreas em congressos todas elas estão presentes na área de sustentabilidade ou em uma área específica mesmo mas eu vejo que tem sido bem, bem.... bem aceito, bem aberto.

E5: Mas aí vou te dizer aí o que que eu vejo, a gente vai encontrar pesquisas lá que elas são de finanças, aí aparece lá gerenciamento de resultado e indicadores de sustentabilidade, índice do ISE e tal. Então, a gente vai encontrar alguma pesquisa e os pesquisadores têm se inserido. No próprio Anpcont você vai inserir a tua pesquisa de sustentabilidade dentro do...da... então geralmente força você entrar na finança para relacionar, sei lá, o gerenciamento de resultado com os indicadores, com isso, com aquilo e... mas talvez seja um equívoco porque a gente não abre espaço para discussões mais pontuais, o próprio agora Relato Integrado que a gente poderia promover discussões mais amplas aí poderia ser uma... um... um tema a ser discutido. Mas tem... aí tem muitas discussões nessa linha, no sentido do que... Mas o que, o que que é o relatório?...o que que a gente vai... então quando a gente vai investigar vem sempre, de novo? como fazer e o pesquisador acaba tendo que optar cruzar finanças com a sustentabilidade.

E6: Olha tem... tem melhorado, né? tem crescido bastante esse entendimento da sustentabilidade, não só na contabilidade, mas na administração, na economia, tem crescido os congressos, os eventos, as revistas, já tem as áreas específicas que tratam da sustentabilidade, das questões ambientais e tal, então isso tá crescendo, isso tá se desenvolvendo, já existe normas do conselho federal de contabilidade é... falando do relato integrado tal, muitos são a favor, muitos são contra essa formalização, essa obrigatoriedade ou facul.... a faculdade, optar ou não por você publicar um relatório de sustentabilidade, então é... já existe um reconhecimento nos eventos, nos congressos, nos periódicos, ne? numa área específica de sustentabilidade, é um começo, né? É um processo...

Os pesquisadores, com exceção de E2 e E4, percebem uma resistência para aceitação de trabalhos na temática de sustentabilidade nos congressos da área, em suas subjetivações estes sujeitos percebem isto enquanto prática já conhecida de outros sujeitos em posição de poder (avaliadores) visto que em geral os mesmos sujeitos que avaliam para os congressos, avaliam também para as revistas. Além disto, E3 expressa a pouca importância que um dos principais eventos da área dispensa à temática no caso do congresso da Anpcont, e consoante a isso a uma dificuldade de ligação da temática com a contabilidade, em geral como uma preocupação do autor em se encaixar em um padrão esperado pelos avaliadores, o que expressa nestes autores um desejo de se adequarem ao discurso para tornarem-se parte do grupo, o que não ocorre pois sugere-se que estes avaliadores possuam uma visão estreita das aplicações da temática na área.

Esta visão pode estar limitada por uma falta de socialização do avaliador com a temática e por isto utiliza-se do discurso adquirido em outras áreas ou adquirido ao longo de sua formação sobre “o que deve ser” um trabalho nesta temática na área contábil. O que em condições ideais não deveria ocorrer já que, espera-se que os coordenadores de área encaminhem os trabalhos para avaliação por pares experientes na temática. Ou então este avaliador utiliza-se de um discurso produzido a partir do entendimento do coordenador de área do evento, ou de outra figura de poder que emane um discurso legitimado em alguma instância.

E5 ressalta que existem temas preteridos nestes eventos, e que conseqüentemente expressam o disciplinamento dos autores as verdades produzidas pelos integrantes que possuem a legitimação institucional para fazê-los que, segundo a entrevistada, são trabalhos ligados a finanças e relatórios. No caso dos congressos é importante verificar os discursos que são produzidos em suas edições pois irão refletir nas publicações definitivas.

Como pontuado por R. C. M. Pereira *et al.* (2019) os congressos que expressam a demanda de conhecimento sobre determinado assunto e reflete o desejo de produção de conhecimento da área. Contudo, questiona-se se o discurso e vontade de verdade deste dispositivo, que segundo Foucault (1988, p. 100) é um “conjunto de técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder [...] e que [...] tem como razão de ser, proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar os corpos de maneira mais detalhada, controlar as populações de maneira cada vez mais global”, é um reflexo da área ou de um grupo de indivíduos, instituições e discursos que deseja disciplinar os corpos dos pesquisadores sobre o que deve e o que não deve ser pesquisado.

Neste sentido, os congressos e as revistas possuem discursos internos que estimulam ou inibem a produção de determinados conhecimentos a partir do controle dos mecanismos de acesso e não pela proibição, já que “o dispositivo raramente proíbe ou nega, antes controla e produz verdades moldando subjetividades” (Pelúcio & Miskolci, 2009, p. 130).

E1: é, eu acho que de novo assim você tem, na maioria dos casos, os editores é... ele, enfim e até avaliadores, mas muitas vezes os editores, eles têm um padrão de artigo que ele espera receber né? e ele não entende isso. eu tive, aqui no doutorado de contabilidade ambiental... nós escolhemos vários artigos para estudar e a maioria deles a gente dizia assim: não será aprovado em nenhuma revista brasileira, esse não será aprovado em nenhuma revista brasileira, esse também não será... e eram os artigos que a gente tinha considerado os mais interessantes, justamente porque conta uma história é... porque faz uma análise crítica, os autores se posicionam, coisa que aqui no Brasil você não se posiciona, entendeu? você tem vários artigos publicados em revistas internacionais por autores estrangeiros, não brasileiro, publicando lá fora, que o cara fala na primeira pessoa ‘eu acho isso, eu concordo, eu não concordo’ se você escrever isso num artigo brasileiro você tem que provar que você assim, mas olha só.. de tudo olha só, é como se eu tivesse lido tudo, mostrado todos os dados e mesmo assim não pudesse ter uma opinião.

[...],Pô! não tem estudo de caso na área de meio ambiente e aí, eu posso dizer para você que eu não vou citar a revista, eu desenvolvi um caso onde eu fui visitar a empresa, eu vi o problema ambiental e tal, mandei... era um caso de ensino que, eu já tinha aplicado o caso de ensino os alunos adoram, tanto na graduação quanto na pós, aí a diferença é muito no nível de discussão, mas os alunos adoram o caso. o editor devolveu dizendo que... não tinha as características de um caso de ensino, aí eu fui ver no editorial da revista eles não tem ali nessa revista, por exemplo, a estrutura de caso de ensino então ele avalia o caso de ensino, ele avaliou o caso de ensino com a estrutura de um artigo

tradicional. realmente não é, né? realmente não é... [...] aí eu enfim publiquei em uma outra revista não tão conceituada e no primeiro dia teve nem sei quantos downloads, tem um caso de ensino que inclusive lá, no research gate, que ele não foi aceito em nenhuma revista e ele tem mais de mil downloads. então fico assim... quantos pesquisadores tiveram um mesmo artigo com mil downloads, mais de mil assim, hoje eu nem sei quanto tem, já tem um tempo. Então eu acho que os editores realmente têm uma visão bem financeira da estrutura o artigo, do tipo de metodologia, enfim, e a gente vai adaptando, enfim, a nossa... nossa realidade aqui.

[...], mas eu, por exemplo, eu tive um artigo que foi recusado aqui no Brasil e eu acabei mandando para aquele congresso dos [inaudível]lá do Robin Gray ele aceitou de primeira.

[...], mas eu acho que existe sim e eu faço um esforço na hora de publicar de tentar publicar para adequar as características das revistas daqui em contabilidade, se eu mandar para revistas que não são de contabilidade eu tenha mais sucesso, mas eu acho que ainda insisto nas revistas de contabilidade.

[...], é mais fácil é mais fácil para gente publicar lá fora do que aqui.

[...], teve um artigo que o cara fez... pegou uma história em quadrinhos... a história da história em quadrinhos nos estados unidos 1938 a 2018, olha só, e viu os personagens representavam contadores, e aí fez uma análise extremamente interessante. só que da forma que ele escreveu não tinha 300 mil citações, não tinha né?... a gente achou aquele artigo um dos mais interessantes da disciplina e eu... a gente falou assim para esse aqui não ia ser publicado aqui, não tem estatística e o cara não viu a média de quantas vezes personagem foi.... apareceu, enfim...

E2: Aí faz tempo que eu não publico né? e já faz algum tempo que eu me aposentei aí há uns dois anos e... tô me dedicando a outras coisas. Mas aí acho que as dificuldades maiores são inerentes às próprias regras de publicação e não à nossa área, né?. Se você tiver um bom trabalho, uma boa metodologia, com bons resultados, eu acho que isso é algo que conta.

E3: Não [são bem aceitos], eu vejo que não, não, ainda a área tradicional da contabilidade ela tem assim... vamos supor revistas tops da nossa área... a Revista contabilidade finanças, Mackenzie, RAC, revista de administração contemporânea, enfim, as A2 da vida brasileiras, né? nacionais, se eu pegar um artigo com esse foco não financeiro é muito difícil de você aprovar, às vezes não passa nem do desk review.

[...], o programa ele só foi aberto porque tinha a linha de sustentabilidade organizacional porque senão eu acho que ele não seria aprovado na CAPES por assim te falar bem sincera sabe? só que eu bato muito na tecla que é muito difícil publicar nessa área, muito difícil mesmo, na área... isso é outro empecilho que eu vejo que tem bastante.

[...], e assim ó, revistas nacionais com qualis bons é muito difícil de tu encontrar no Brasil, que nem tem a revista GA's [?] ela é uma A3 não sei se vai para A2, enfim, ela é uma A3, né? é uma que tem um qualis mais ou menos assim no Brasil, aí no... no escopo dela ela traz a área da sustentabilidade tudo mais, aí tu submete algo sustentabilidade contabilidade já reprova, o próprio editor já não manda adiante sabe?

[...], as temáticas que você vai analisar com sustentabilidade isso também observado e a depender do foco do teu estudo ele não cabe numa revista de sustentabilidade, né? porque a revista de sustentabilidade ela só vai focar na sustentabilidade não em outras áreas juntamente da sustentabilidade, então é o maior problema em publicar o que eu faço

[inaudível] ligando contabilidade e sustentabilidade é achar uma revista que tenha um escopo que eu consigo encaixar a temática contabilidade e sustentabilidade. Isso que eu vejo que é muito difícil porque assim, as revistas elas... o escopo delas, o foco e o escopo é tudo na área tradicional da contabilidade né? é muito difícil tu vê lá contabilidade, sustentabilidade, governança corporativa, mercado financeiro e não sei o que lá né? no escopo da revista ou foca para um lado ou foca para o outro só que daí gera um problema, se tu foca só na questão tradicional tu não consegue publicar artigos que tem as duas temáticas, e se foca só em sustentabilidade, foca o escopo da revista, também não consegue publicar.

[...], é difícil você publicar quando o artigo tem foco em sustentabilidade nas revistas com qualis A2 no Brasil, ligados à contabilidade é muito difícil, não é fácil não. Poder ver, a revista de Contabilidade e Finanças eu até tava olhando, né? as edições, várias edições, é muito difícil para achar algo, e não tem ligado a sustentabilidade.

E4: Eu acho que da mesma forma, é? que lá no congresso, as têm sido abertas a recepcionar trabalhos nessa área e novamente só que na área tá produzindo muito tá chegando muita porcaria e é desprezado já de cara então não é que a revista não queira aquele tema não quero trabalho ruim então como aumentar a chance de chegar mais trabalho ruim é maior, então eu vejo muita rejeição e tal mas é porque o trabalho tá ruim mesmo, eu mesmo já tive trabalho de orientação de aluno que deveria ter avançado mais e não avançou e falei vamos tentar essa revista aí e voltou.

E5: No Brasil Thiago temos um... temos um problema eu diria assim, porque pesquisas... estudos de caso, pesquisas mais qualitativas, elas têm restrições muito grande. Nem sempre.... você não passa nem na... nem na primeira etapa ali do editor? porque muitas vezes ele quer quantidade, ele quer dados generalizáveis, quer método mais robustos e tal, então eu diria que quando a gente vai... você faz algo mais na linha de estudar um ambiente e propor melhorias para ele ou identificar medidas. De... por mais que você utilize multicase? a gente tem restrições com essa forma de pesquisa no Brasil... eu acho que é preconceito e algo que nem sempre o sujeito que tá avaliando ele... ele vai a fundo na pesquisa para ver todo o trabalho ou esforço que o pesquisador fez, o rigor, o método? que foi elaborado e construído, então eu vejo que a gente ainda tem... talvez seja oportunidade para novas revistas? que se posicionem nessa... nessa linha, talvez seja por aí o caminho, mas as nossas revistas mais eu diria... conhecidas e reconhecidas a gente tem restrições de abertura, de aceitação dos trabalhos, acho que é o maior desafio de... de você pesquisar medidas, indicadores é... e discutir os aspectos não só quanti e discutir aspectos qualitativos, porque isso é um outro fator? quando a gente vai falar de sustentabilidade você quer quantificar tudo, você até consegue, mas você vai primeiro passar por um questionário você vai passar por medidas é... de análise qualitativa para depois tentar transformar aquela resposta num número para levar para um outro formulário. Então isso... isso é um desafio, eu até posso te dizer assim que muitas vezes eu me vi.... eu já me vi muitas vezes indignada, frustrada assim porque quando a gente recebe o retorno de um periódico praticamente desmerece a tua... a tua... toda sua construção e o seu esforço com um... um modelo de pesquisa que não é o normal ou tradicional.

[...] Eu acho que é a junção dos dois fatores, o fator de muitas vezes a gente não ter um consenso do que representa a temática, do que representa o assunto e da relevância do assunto, então eu acho que aí a gente tem de certa forma é um tema não tão recente. Se a gente... se a gente olhar aí pra formação dos pesquisadores, a gente ainda tem programas que não têm essa discussão dentro do... da sua formação sabe? Então, o pesquisador ele não estudou.... e aquilo que ele leu, ele tem uma um conceito simplista

do tema. Então eu vejo que falta essa profundidade na discussão que é o conhecimento em si sobre a relevância do tema. E do outro lado é uma discussão ampla, aí que não é só com a sustentabilidade, outras pesquisas também de cunho, aí que entra a parte metodológica assim, é um preconceito ainda com algumas características de pesquisas mais qualitativas, que daí não é só para sustentabilidade, tá? Isso aí é algo que temos na nossa área, posicionamentos muito... duros inclusive, de posicionamento de pesquisadores e que eles estão nos periódicos, muitas vezes são barreiras precisamos amadurecer também.

[...], -Eu acho que a gente coloca e discuti, mas quando o editor recebe o trabalho e... ou quando ele vai selecionar o trabalho ele já olha com preconceito, pela metodologia ele incluiu ou não incluiu, ele aceita ou não aceita e poderia pelo menos ler o trabalho inteiro pra entender melhor as características. Eu tenho impressão as vezes que ali pelo resumo já é descartado, quando você fala um pouquinho do teu método e você mencionou estudo de caso ou um ambiente, e você não colocou lá que são X empresas e ao método, ali você já perdeu pontos. Então essa... essa ideia é bem difícil e falo isso assim, [...], mas essa percepção acredito que não seja só minha, também, principalmente porque a gente dialoga com os pares e às vezes a gente até recua sabendo que a pesquisa seria legal, interessante, mas que depois a gente vai conseguir uma B3 no máximo. Então está bem ruim, não deveria ser assim deveria fazer pesquisa para realmente contribuir com o conhecimento e não porque a gente é avaliado.

E6: Olha, eu acho que tá sendo bem aceito, como já abriram já uma certa área de pesquisa sobre essas questões da sustentabilidade, sobre essas questões do meio ambiente, o que... então já existe essa aceitabilidade, embora nossos periódicos da nossa área que você falou aí ainda não estão no nível top, A essas coisas, uma ou outra exceção, mas já está havendo uma recepção desses periódicos o tipo de... a qualidade, a exigência da qualidade do artigo é cada vez maior, exigência no sentido de seguir é... um formato, um modelo de formatação de artigo mais empírico, mais usando banco de dados, tratamento estáticos, usando um rigor metodológico, então...

Ao trazer as discussões para os periódicos, ficam ainda mais clara as percepções de interdição dos saberes produzidos por estes pesquisadores, entretanto, os entrevistados (com exceção de E2, E4 e E6) relatam uma interdição já, na maior parte das vezes, na chegada do trabalho, isso limita bastante as pessoas que estão em uma posição de poder para rejeitar e separar esses discursos. Cercear a discussão nestes veículos, não é apenas deixar de circular um conhecimento específico, mas em especial é separar um discurso que não coadune com o pensamento dominante e não permitir que o sujeito produtor desta verdade obtenha legitimidade conferida pela importância do veículo. Uma das características principais percebidas pelos autores que envolve inclusive a governamentalidade do sistema é a de que se o trabalho não tem ligação financeira, ou seja, se os resultados não podem se traduzir em dinheiro, o trabalho já não é aceito.

E3 cita a principal revista de Contabilidade do país, encontrou-se dentro do acervo disponibilizado digitalmente pelo periódico 10 artigos e um editorial que possuem a palavra sustentabilidade no título e/ou palavra-chave. Um artigo e o editorial utilizam o termo para

outro fim (no sentido de garantir a existência de algo no futuro, a saber carreira e linhas de pesquisa); 4 deles sobre relatórios ambientais, três sobre relato integrado (tema inaugurado pela própria USP em seu PPG, em especial, na figura do professor Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho); 3 trabalhos voltados a aspectos financeiros e de maximização de lucros em variáveis de sustentabilidade, incluindo o de um dos entrevistados que vê aceitação nas revistas, e; um trabalho que utiliza apenas as questões da dimensão ambiental como item para ingresso no sistema de informações gerenciais.

E1 ressalta também alguns trabalhos que não foram aceitos nestas revistas que tiveram grande circulação em outros veículos e que não tiveram uma motivação plausível. A entrevistada critica a estrutura de análise e da própria academia contábil no entendimento de estrutura das comunicações científicas, como o fato de:

E1: “você tem vários artigos publicados em revistas internacionais por autores estrangeiros, não brasileiro, publicando lá fora, que o cara fala na primeira pessoa ‘eu acho isso, eu concordo, eu não concordo’ se você escrever isso num artigo brasileiro você tem que provar que você assim, mas olha só... de tudo olha só, é como se eu tivesse lido tudo, mostrado todos os dados e mesmo assim não pudesse ter uma opinião.”

O que de fato ocorre e urge uma reflexão crítica da própria academia no sentido de se perguntar de onde veio essa orientação e por que ela é mantida. Além disto, ressalta-se que os trabalhos rejeitados tinham como características fugir da lógica financeira e da lógica padrão de estrutura metodológica.

Todos os pesquisadores relatam que as dificuldades de acesso passam além da temática devido aos procedimentos metodológicos utilizados nos trabalhos que caso desviem-se do modelo positivista-quantitativo é automaticamente entendido como “frágil”. O que corrobora R. C. M. Pereira et al. (2019) que discutem essa questão e ainda apontam para as características funcionalistas destes trabalhos, que são criticada por diversos autores de ser uma ferramenta para a manutenção o *status quo* da sociedade.

Contudo, os sujeitos restringiram-se em sua crítica a estratégias de pesquisa e classificação metodológica quanto aos objetivos, pesquisas qualitativas que envolvem em geral estudos de caso com exceção de duas falas:

E1: mas estudo de caso não requer triangulação, é algum editor que acha que você tem que, então o caso você tem que escrever aquele caso, ele se encerra nele, você aprende com ele né...

E3: Eu entendo que as teorias por si só, a gente pode fazer conexões, mas atualmente eu entendo que a gente faz.... a gente tenta fazer costura que as teorias não surgiram com o propósito da sustentabilidade, eu tenho convicção disso, porque a gente vai ler um

trabalho de inúmeras teorias que estão dialogando com outros assuntos, não aparece a palavra sustentabilidade em nenhum momento, aí de repente o sujeito, o pesquisador, ele precisa de uma teoria e aí ele puxa. Claro que há... por exemplo, quando ele fala da teoria da divulgação ou evidenciação... elas tem uma conexão com a comunicação com o usuário, então ali acho que a gente até consegue justificar que falar de sustentabilidade para o usuário faz algum sentido, agora em outras, a gente tem um distanciamento muito grande porque o foco da teoria não... não era... não foi, como você falou? não foi pensada com essa... com essa finalidade, com esse... com esse propósito aí. E aí quando a gente vai estudar mais a fundo a gente vai vendo que não conecta, não ajusta. E aí vem esse... essa lacuna, então muitos pesquisadores às vezes acabam começando a discussão lá com a primeira discussão de desenvolvimento sustentável, o livro azul, o Brundtland, e vem... vem nessa pegada e a uma pegada de discussão sobre o desenvolvimento sustentável então temos um... eu diria assim esse distanciamento ainda de dizer que... qual que é a teoria da sustentabilidade mesmo? essa pergunta já me fez muitas vezes.

Na fala de E1 é possível notar uma crítica mais específicas ao entendimento de estudos de casos via ótica positivistas. Já na fala de E3 existe um reconhecimento de que estamos tentando fazer um encaixe da teoria na temática, quando na verdade deveríamos enxergar um problema da temática pela perspectiva da teoria. Novas episteme, novas teorias a serem utilizadas dentro da pesquisa em sustentabilidade não foram mencionadas, Mitchell e Newman (2002) asseveram que estudos na temática passam por um sistema complexo, e é problemático para estes estudos a utilização da episteme positivista, pois essa necessariamente necessita de uma redução e simplificação da realidade para adequação aos sistemas estatísticos. Nesse sentido, devido ao escopo do nosso estudo, sugere-se que futuramente compreenda-se o arcabouço ao qual os pesquisadores da área estão se valendo em seus estudos.

Um terceiro ponto levantado refere-se à preparação de quem avalia, o que sugere também um caráter excêntrico da temática nos periódicos. E5 pontua que:

“Se a gente... se a gente olhar aí pra formação dos pesquisadores, a gente ainda tem programas que não têm essa discussão dentro do... da sua formação sabe? Então, o pesquisador ele não estudou... e aquilo que ele leu, ele tem uma um conceito simplista do tema. Então eu vejo que falta essa profundidade na discussão que é o conhecimento em si sobre a relevância do tema.”

Porém é necessário questionar se ao se deparar com uma temática nova na área financeira essa falta de preparo resulta em uma rejeição do trabalho ou um entusiasmo encarado como inovação. Em 2022 é pouco provável, após a massificação midiática a qual estamos expostos, aos diversos casos de desastres ecológicos recentes que alguém esteja alheio a estas questões. Se não há preparo, o correto seria rejeitar sua participação enquanto avaliador e não rejeitar o trabalho ao qual não se tem competência para avaliar, contudo isto é um problema quando estamos falando do editor.

Entretanto, essa separação tem sido percebida com certa regularidade nas interações sociais, nos congressos, nas revistas, etc. Este discurso produzido e legitimado tem por objetivo definir o que é e o que não é aceito enquanto pesquisa contábil. A possibilidade de excluir os desviantes, aqueles que não produzem, não geram e não reproduzem é segundo Foucault (1972) um mecanismo social de gestão e exclusão dos sujeitos heterogêneos e nocivos para a estrutura social (a manutenção do *statu quo*). Isto passa também pela ausência destes pesquisadores nestes locais de legitimação:

E1: pra você ver, entendeu, então assim, é no... a issb, intenational sustainability standards board, que é o IFRS que tá criando agora, se você olhar lá não tem pesquisador da área, só tem gente de mercado que eu, assim não posso nem dizer que são da área de contabilidade mesmo, então não... eu acho que os fatos não sou eu, não é a minha impressão, para mim é só olhar assim o CPC... quem da área no CPC, eu nem sei a composição atual, até... eu fiquei até agora curiosa para ver, mas eu acho que não tem ninguém na área de socio.

[...] que aí você vai falar de uma coisa, você vai emitir um ponto de juízo de uma coisa que você não conhece com profundidade, entendeu? em uma live do conselho federal de contabilidade... enfim...

E3: Eu acho que nós pesquisadores da área de sustentabilidade acho que também tá na hora da gente bater o pé, puxa mas não tem uma área ligada só à sustentabilidade, por que né? que liga temas de sustentabilidade contabilidade acho que isso falta um pouco na nossa área, na contabilidade de fato.

[...] eu acho que esse pessoal e inclusive por exemplo pessoal que é na área quantitativa né eu acho que eles tem uma uma... uma inserção maior, eu acho que eles acham porque a nossa pesquisa eu acho que ela é muito mais qualitativa, ela faz mais diferença quando ela é qualitativa do que quando ela quantitativa, não desmereço a pesquisa quantitativa em vários momentos...

Em relação a esta representatividade nas estruturas de poder, é necessário que se faça resistência à estes maquinários, Foucault (1987) pontua que só podem existir espaços de resistência onde existe o poder, e que essa resistência só pode existir dentro da própria relação de saber/poder. É o caso da criação da Conferência Sul-Americana De Contabilidade Ambiental que cria um espaço de resistência para os discursos separados nos congressos de contabilidade e que não necessita utilizar um maquinário de outra ciência para circular. Talvez a partir desta conferência surjam periódicos que se especializem na construção deste discurso dentro da Contabilidade, contudo, existe um outro obstáculo a transpor, mais uma resistência a impor. Não basta apenas criá-los, é preciso legitimá-los também, no Brasil é a CAPES quem tem esta autoridade através do *qualis* periódicos, e para isto também é preciso acessar este espaço.

A CAPES aliás é uma agência de regulação não apenas das revistas, mas dos programas e por consequência dos pesquisadores e é um instrumento de governamentalidade que segue

o demais padrões que Foucault (1987) aponta enquanto lógica capitalista que disciplina o corpos a serem economicamente produtivos, neste caso a exigência é da produção intelectual que rende frutos econômicos ao país.

E1: eu acho que aí é muito, muito mais relativo à publicação, não é? de você ter que manter uma publicação e tal, com relação a financiamento de pesquisa eu posso dizer, por exemplo, o meu laboratório de pesquisa que ele foi financiado pela FAPERJ.

[...] acho que... é engraçado que eu sempre ouço falar 'ah capes somos nós' se a capes somos nós, porque que a gente não muda esses critérios da capes? a gente vai lá e acaba aceitando, então cada vez aumenta o número de pontos que você tem que ter, as coisas vão ficando mais rígidas,

E3: É eu acho que... a CAPES e o CNPq eu acho que são os que mais pressionam né? porque uma vez que tu é professora de um programa, tem que ter lá sua pontuação no final né? só que eu vejo que a área da sustentabilidade ainda ligado na contabilidade tá muito difícil de publicar, então eu não sei como isso vai ficar nessa linha de pesquisa aqui do programa né? [...] Então eu vejo que a CAPES, né? esses órgãos reguladores e tudo mais que pressionam as pós-graduações no Brasil, elas também têm que mudar então um pouco a visão delas né? [...] Essa é a minha percepção, mas eu vejo que a CAPES ela pressiona bastante a questão da produção né? e produção com qualidade só que como tu vai produzir algo com qualidade no Brasil? como vai publicar algo com qualidade nos journals de alto impacto no Brasil? é muito difícil

E5: Então, (risos)... a gente está sempre tentando se manter na... no... além do da CAPES e do CNPq, na instituição onde eu estava, existia um critério de credenciamento e reconhecimentos docente para estar no programa, e aí a pontuação é um pouquinho superior a CAPES e ao CNPq.

[...] eu participei aí da bolsa produtividade, por exemplo, e se a gente ficar nos níveis mínimos ali a gente não vai acender nunca na bolsa de produtividade. Se você não é editor de uma revista, você não consegue bolsa, se você não coordena um programa, você não vai conseguir bolsa ou dificilmente vai conseguir bolsa, a não ser que você tenha produções muito expressivas. Então os critérios de avaliação eles são critérios que... ou você entrar no ciclo de produzir, produzir, produzir e tentar manter uma quantidade, nem vou discutir qualidade, mas é uma quantidade, para você chegar nesses níveis de concorrer com um conjunto de pesquisadores aí maduros e que conseguem ter uma... uma inserção.

E4: Eu acho que se tivesse avaliação muito mais voltada para o mercado né como é que o mercado percebe aquele pesquisador aquela pessoa como é formado, talvez tivesse até o notícia melhor ainda mais do que é esse programa, mas enfim é o que está na mesa hoje então eu vejo que assim o que eu procuro fazer sempre é qual é a regra lá porque a gente tá dentro dessa regra eu procuro e nos projetos e minhas publicações dentro de uma regra lá independente de outras coisas, mas também não faço isso só pela regra mas infelizmente você tem que casar as duas coisas, o resultado em si que você quer chegar [inaudível].

O próprio atendimento aos requisitos da CAPES já dificulta o processo de acessar os locais de poder destes pesquisadores em termos de esforços, pois precisam manter-se produtivos para manter as posições que ocupam em seus programas. Esta pressão não incide

apenas nos pesquisadores da temática de sustentabilidade, mas em todos os professores credenciados, e nos estudantes dos programas de pós-graduação do país. El coloca que:

“acho que... é engraçado que eu sempre ouço falar ‘ah a capes somos nós’ se a capes somos nós, por que que a gente não muda esses critérios da capes? a gente vai lá e acaba aceitando, então cada vez aumenta o número de pontos que você tem que ter, as coisas vão ficando mais rígidas”.

Em especial, no caso dos pesquisadores que estão interditados, estes precisam de mais esforços para criar e manter uma resistência aos discursos postos em maquinários já consolidados, que apenas necessitam manter e vigiar os desviantes. Este local é pensado para que se mantenham estes corpos dóceis, e com desejo de um dia ascensionar ao local de controle (Foucault, 1987).

Por fim cabe ressaltar que estes sujeitos também estão produzindo discursos de verdade e rarefações a respeito da temática e que possuem uma prática discursiva, que se estivesse articulado e legitimado pelas estruturas de poder possivelmente estariam disciplinando o teor dos trabalhos produzidos na temática:

El: eu uso aqui uma expressão de que tá cheio de ambientalista de papel, eu vejo vários artigos, que eu analiso, e que eu avalio para congressos e tal e eu vejo pessoas falando sobre meio ambiente que nunca visitaram uma área contaminada, nem sabe o que é isso... pegam notícias no jornal é... pegam balanço das empresas, então eu acho que poucos pesquisadores da nossa área realmente sabem o que que acontece quando por exemplo você tem um pequeno produtor no interior de São Paulo cujo um lixão de industrial, né? onde grandes indústrias colocaram o lixo, contamina lençol da região e o poço dele, o poço artesiano é fechado porque está contaminado ele perde toda a produção e não pode vender para CEAGESP São Paulo porque a água é contaminada e não pode produzir e aí é muito fácil você não falar sobre indicadores sobre isso, sobre aquilo, e você não olha a perspectiva da pessoa contaminada e quanto aquela empresa, aquele lucro que foi distribuído, aquele custo que não foi reconhecido, é... tudo aquilo.

[...] talvez eu posso até injusta na minha avaliação, mas eu sou bastante crítica desse tipo de pesquisa então eu acho que a sustentabilidade e não é só na nossa área contabilidade, n outros pesquisadores escrevem muito mais ele escreve sobre pesquisa das pesquisas, das pesquisas, das informações... poucos trabalhos visitaram as empresas, visitaram áreas contaminadas, conversaram com pessoas que foram contaminadas, conversando com pessoas que sofreram efetivamente o impacto e aí de novo a contabilidade ela está inserida na área das ciências sociais aplicadas nós fazemos parte das ciências sociais e essa parte social passa batido.

[...] então eu vejo a sustentabilidade muito distante de uma coisa que transforma. eu sempre me pergunto e questiono é... pesquisadores e até em congressos, o que que isso tá transformando? o que que o nosso trabalho mudou na ação de uma empresa? sinceramente para mim é uma frustração porque é muito pouco, então desde quando a empresa realmente... o que a gente vê em artigos falando ah é a teoria da legitimidade então a empresa publica coisa para legitimar suas ações e tal... tá bom... o que que isso muda? a gente ... a empresa deixou de fazer isso por nossa causa? até onde a gente

realmente influencia? e eu acho que quando a gente pensa em sustentabilidade é isso, no que que isso influencia para a gente manter o planeta funcionando com a qualidade de vida que a gente tem hoje, qualidade de vida em termos gerais de ar puro de acesso a água, enfim... e a gente sabe que n pessoas não têm acesso à uma água limpa por exemplo.

[...] eu acho que ele não sabe não sabe o que ele tá falando [pessoa da área financeira que se aventura na sustentabilidade]. Eu acho que ele conhece muito bem a estatística ele conhece muito bem os indicadores ele até pode dizer que uma empresa tem indicador melhor do que outras se é que eu tô entendendo a sua pergunta, mas ele não tem essa preocupação com a transformação é... socioambiental, ele não tem uma preocupação com a sustentabilidade é muito comum eu avaliar artigos e colocar no final: sim tá bom, olha super show você fez isso aí tá tudo bonito aqui... e você percebe no texto que eles poderiam até ser mais críticos e contribuir para um coisa mais assertiva e não... então assim você acha que a empresa fez tudo isso tá bom? para assim é isso que termina na conclusão do artigo então eu acho que muita gente não entende mesmo a questão da... da sustentabilidade.

E5: Mas viu [...] eu também tenho um posicionamento que talvez... acho que o caminho do meu doutorado me levou a isso de... o meu orientador era muito assim? “faz o que com isso daí? para que que serve? Vai ajudar q...?” É... então assim de outro posicionamento? que é um posicionamento de dizer, “tá, mas pesquisa serviu pra que? serve para que? ajuda quem?” então esse posicionamento de que você não precisa salvar o mundo, mas você pode ajudar uma empresa, um ambiente e que esse contexto, ele a partir daquele estudo mais aprofundado você pode contribuir com outros, mas se você contribuir com um e esse fizer a diferença, ele é mais efetivo do que dados misturados e que você não... você conclui, mas você não leva ninguém a lugar algum.

E, também, no que tange à questão de a temática passar por surtos de popularidade em função de eventos como desastres ambientais, ou então temas da moda, onde surge um maior número de trabalhos que são produzidos por pesquisadores que usualmente não pesquisam nesta temática.

E1: Agora é ESG, né? Environmental Social Governance. agora o artigo da moda é esse, o tema da moda é esse, empresas estão cuidando da sua governança social e ambiental é... é isso se você quiser publicar, se você for escrever sobre contabilidade ambiental, custos ambientais e tal é capaz de ninguém publicar seu artigo, se você botar ESG lá no título e fazer uma ligação dos custos ambientais aí... é acho que tem essa moda sim.

E3: Veio esse boom e ESG, propaganda de ESG né? Environmental Social Governance né? que teve esse boom na TV, Itaú não sei o que lá falando de ESG, aí parece que todas as organizações começaram abrir o olho para área sustentável né? mas antes isso não existia. E o problema da sustentabilidade nas organizações é a contabilidade mensurar isso também né? [...] e agora que tem relatórios ESG né? que é uma mistura do Relato Integrado, relatório anual e do relatório de sustentabilidade, então criaram só com o nome relatório ESG só... por causa do nome né? Que tava em voga, que tava em tona e tudo mais, mas se tu for ver nesses relatórios de sustentabilidade das organizações, quase nada é voltado a parte econômica, quase nada...

E4: Olha eu acho que assim, tem muita gente pra pesquisar sustentabilidade aí é claro vários uma delas é um pouco da moda né por falar de [inaudível] todo mundo tá falando

eu tenho que estar nesse meio e tal isso é normal né que quando tava lá atrás e quando eu comecei a estudar contabilidade ambiental era uma moda também tem o balanço social é a outra moda ele porque aqui tá vendo ele naquele momento da tava em evidencia é normal as pessoas quererem temas são evidências e tal embora boa parte desses pesquisadores muitas vezes não tem ideia da onde tá entrando, não tem ideia do que tá pesquisando, ouviu falar e achou bonitinho e pensou “vou entrar aqui também” você tem uma parcela que é muito isso ele tá ali porque achou uma pesquisa mas não tá totalmente inserido naquele contexto, o que também não é errado, não tô aqui criticando não e tem outro não tá evoluindo com temas de construção em construindo coisas e aí com a cada nova pesquisa que ele testa o que já fez então assim é uma etapa de crescimento de forma geral você tem esses dois grupos

E5: Eu...percebo que... sendo bem assim... sincera, eu percebo que o tema ele tá no auge, então é uma temática que tem chamado muita atenção, congressos, os eventos? a gente tem linhas específicas, então tem muita gente pesquisando sobre. E aí quando a gente insere pessoas que talvez não fizeram toda uma caminhada para discutir a sustentabilidade, a gente acaba misturando muitos assuntos? e aí nem sempre aquilo que a gente vê nos resultado traz efetivamente uma... uma contribuição

Nesse assunto temos duas questões. A primeira trata-se da superficialidade com que pesquisadores, que pesquisam temas de outras linhas de pesquisa, tratam o tema quando eventualmente produzem artigo na temática. Isto no sentido de que não há um entendimento dos conceitos e proposições que compõem o marco teórico da sustentabilidade, o que o torna os trabalhos superficiais. Além disto E1 e E5 defendem que o discurso deve estar aliado à uma prática e que estes estudos devem prover resultados efetivos na realidade social.

Na segunda questão, os entrevistados apontam para uma questão que reforça sua percepção de rejeição, pois quando outros pesquisadores de outros assuntos se aventuram na temática produzindo trabalhos que utilizam como pano de fundo temas em evidência, sem a carga conceitual necessária, além de reforçar na academia a ideia apontada por E3 de tema simples e corriqueiro que não exige grande estudo. Além disto é grande a probabilidade destes trabalhos galgarem boas publicações contém termos da moda, ainda que não possuam relação efetiva com a sustentabilidade, o que reforça o caráter excêntrico e superficial. Isto reforça os locais de submissão produzidos pelo *mainstream* de marginalidade não só do tema, mas dos pesquisadores que se dedicam a ele.

Assim, diante dos dados apresentados, temos os sujeitos pesquisados que subjetivam o meio acadêmico como marginalizador da temática de sustentabilidade, com um *mainstream* contábil composto por trabalhos financistas e estatísticos, pouca representatividade de pesquisadores da temática em posições de poder e uma agência que pressiona estes corpos a serem produtivos. Os sujeitos percebem a tentativa de ditar o que deve ser pesquisado sobre o tema no campo contábil, entretanto, adapta estas características dentro da ideologia que

envolvem o conceito de sustentabilidade e do seu entendimento da ciência contábil, dentro de suas relações pessoais com pesquisadores, alguns se resignam sobre esta posição acreditando que é um processo lento e meritocrático.

Na maior parte das discussões E2, E4 e eventualmente E6 se adequam aos discursos do *mainstream* visto que seus trabalhos caminham justamente com as preposições que aquele estabelece, o que lhes confere inclusive posições de poder dentro dos discursos, e talvez por este motivo não subjetivam este local à margem do campo contábil.

Em suas sujeições, as subjetivações criam as condições de sujeição que estes pesquisadores se submetem para continuar circulando no espaço acadêmico ainda que sejam corpos desviantes, onde não acessam as práticas discursivas legitimadas, ou por conflito ético do sujeito marginalizado, ou por estar, nas palavras e analogia de Foucault (1987) “diagnosticado” enquanto “louco” e por isto não há espaço para o mesmo se expressar, apenas para ser ouvido e interpretado por alguém que tenha a legitimidade para tal (Foucault, 1996).

E1: essa crítica ela também está relacionada a toda uma estrutura de pesquisa nossa, então por exemplo, você vai olhar assim meu trabalho e falar ‘ah professora, a senhora também tem muito trabalho aí de... né?... de citar outros artigos’. É verdade, porque eu faço parte de um programa, que se eu não tiver um nível mínimo de publicação o programa é.. cai de... de pontuação, deixa de receber recursos, enfim então você... você tenta compatibilizar essas idéias com uma produção, não é? acadêmica adequada para o programa que você tá fazendo parte. eu acho que se você perguntar para todos os pesquisadores você gostaria de fazer outro tipo de pesquisa? eu acho que nove entre dez estrelas de cinema vão dizer que sim, que gostariam de estar fazendo a pesquisa de outra forma mas... como se diz, é o que temos para o momento.

[...] então eu acho que... a CAPES ia ser visto... reproduzem muito... porque eu não sei como quebrar isso, é muito fácil tá sentado aqui só no papel de pesquisadora e fazer a crítica eu não tô lá na CAPES, eu não tô nem na Anpcont representando lá e participando das reuniões, e tentando colocar isso em pauta, mas essa é minha, minha visão... eu não sei se.... eu acho que da forma como está estabelecida a gente produz mais do mesmo, a gente não... não aprofunda em coisas diferentes, em soluções, não é? porque preciso colocar tanta situação, eu preciso justificar tanto que não sobra espaço para você falar sobre o problema em si.

E5: Então essa crítica ao generalista é algo que, a gente faz pesquisa aí a gente entra na rotina tá?, eu tenho muita pesquisa dentro dessa lógica porque se a gente não cumpri a pontuação, a gente não se mantém enquanto pesquisador, agora é muito frustrante, encaminha uma pesquisa com uma característica e com outra sabendo que a característica do caminho qualitativo foi muito mais suado, teve muito mais etapas, horas dedicadas do que aquele que meia hora baixou todos os dados e rodou alguma coisa, num dia gerou a pesquisa, e aí um aprova e o outro volta para casa, então percebo como um preconceito no ambiente da Contabilidade, especialmente, nas nossas revistas, elas estão pensando em melhorar o qualis... E isso prejudica muito a área, que a gente tá fazendo pesquisa para nós mesmos, isso a médio-longo prazo pode custar caro, porque

estamos nos distanciando das empresas, do mercado e ninguém lê o que a gente escreve, a não ser nós mesmos.

[...]para olhos da CAPES então, e aí depois tem um esforço de chegar em revista e ter uma produção. Então assim, eu tenho ciência que nem todos os trabalhos, especialmente os qualitativos eles têm o crivo de passar numa revista de maior impacto. Então a gente acaba ficando nos quartis menores ali, mas pra também, dar vida para os alunos e acompanhá-los aí nas produções que foram possíveis.

Assim estes sujeitos sujeitam-se ou pesquisam dentro da lógica imposta pelo discurso dominante ou sujeitam-se a pesquisar outras temáticas que não a de sustentabilidade para cumprir seu papel econômico, o que é o mais usual, tanto que nenhum dos sujeitos do universo de pesquisa formados em contabilidade possuem percentual efetivo de publicação na temática superior a 64% de sua produção, dos entrevistados o maior percentual é de 42,31% que corresponde a E2 que possui uma produção alinhada aos discursos de verdade produzidos pelas estruturas de poder e E1 que possui 40,74%. Outra sujeição para pesquisar na temática é publicar em revistas nacionais, com *qualis* inferiores o que representa a maioria dos artigos listados neste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo questionou como se apresentam os discursos relacionados à sustentabilidade pelos pesquisadores da temática na contabilidade no Brasil? E teve como objetivo compreender o conjunto de representações discursivas presentes nos arquivos selecionados para a análise, com foco na maneira pela qual o pesquisador que adota a sustentabilidade como linha de pesquisa dentro do campo contábil produz modos de sujeição e subjetivação. Foram elaborados objetivos específicos para (i) Compreender a formação pessoal dos pesquisadores contábeis da temática da sustentabilidade, (ii) Investigar a construção do discurso na produção científica em sustentabilidade na contabilidade, (iii) Identificar como os sujeitos pesquisados compreendem o campo e o meio acadêmico a partir de suas subjetividades e sujeições.

O entendimento da contabilidade enquanto instrumento de controle e ferramental liberal é uma discussão já presente na contabilidade (Chua, 1986; Neu, 1999, 2000b, 2000a; Sánchez-Matamoros *et al.*, 2005; A. R. Silva *et al.*, 2020; Funnell & Jupe, 2021). Os sujeitos no qual este estudo se debruçou foram pesquisadores selecionados em especial por sua formação doutoral em contabilidade e que elegem enquanto interesse de estudo a temática de sustentabilidade. Foram encontrados no arquivo de sustentabilidade a construção de um

discurso produzido a partir de rupturas no discurso de progresso e na preocupação com o futuro. Ainda que rastreável esta preocupação desde antes do século I, o desenvolvimento contemporâneo parte da preocupação econômica com a renovação recursos naturais de forma que permitissem a continuidade do progresso, traduzidos em consumo, que surge no século XVIII.

A preocupação com efeitos sociais emerge apenas no século XX com o questionamento da exploração de países desenvolvidos sobre os em desenvolvimento que além da pressão ambiental exercida, também os pressionam economicamente e politicamente. Esse discurso passa a ser legitimado mundialmente a partir das conferências realizadas a partir da década de 1960 e que culminam em uma convergência de entendimento na Eco-92 com a participação massiva dos governos que passam a incorporar as ideias em suas governamentalidade.

Atualmente os discursos de sustentabilidade apresentados pelos pesquisadores estão baseados nesta convergência que tem como efígie o chamado *triple bottom line*, entretanto, é ressaltado na maior parte das narrativas a importância do escopo econômico. Para compreender as produções subjetivas e os modos de sujeição dos pesquisadores foi necessário antes compreender o processo de socialização dos mesmos na academia e compreender a produção discursiva dos veículos de socialização da pesquisa em contabilidade, no caso deste estudo, as revistas listadas em *qualis* superior (B1, A2 e A1) no Brasil.

No caso do processo de socialização os entrevistados relatam um processo de rejeição dos pares que optam por temas tradicionais na contabilidade, o que os coloca em um local a margem durante o seu processo formativo, além disto, também comentam existir pouco incentivo por parte de seus formadores que inclusive desincentivam a inclusão da temática em pesquisas nas quais são coautores, o que coaduna com o pensamento de Foucault (1987) sobre o instrumento disciplinar de isolamento de indivíduos que desviam do padrão esperado ou ‘normal’ de pesquisador contábil.

Isto é observado inclusive nas falas de E1, E3, E5 e E6 quando há tentativas ou questionamento de seus pares em relação a utilidade ou aplicação prática, que é reproduzido a partir de um saber circulado na área e que configura uma tentativa de *interdição* destes discursos. Outro ponto a se ressaltar é que apenas E1 e E4 relatam uma motivação para ingresso na temática anterior à entrada na academia, o que indica que o interesse parte de uma ética pessoal inerente a estes pesquisadores. Os demais relatam voltar seus olhares apenas após contato com seus professores.

Nos arquivos de produção científica em periódicos de *qualis* superior percebe-se um discurso por parte destas revistas sobre sustentabilidade que se restringe ao estudo de relatório contábeis, ou trabalhos teóricos, e/ou sobre vigilância da produção na temática e baseados em métodos quantitativos. É importante ressaltar que estes periódicos não são apenas os veículos que legitimam os saberes e conferem poder aos pesquisadores na área como, também, são maquinarias de controle que permitem ou mantêm o acesso destes pesquisadores a um lugar nas arquiteturas de poder (universidades e programas de pós-graduação), já que são utilizados enquanto métrica de desempenho acadêmico por agências reguladoras como a CAPES.

Neste sentido, em relação as subjetivações destes pesquisadores, apresentam-se uma expansão de conceitos tradicionais da contabilidade como o entendimento da entidade de E2 que diz “*Então, o que a contabilidade fez, então esse foi um princípio basilar [entidade], e fazendo o mesmo raciocínio, a contabilidade hoje está enxergando uma terceira pessoa então, além da física e da jurídica, tem a pessoa difusa*”, além de uma passagem de entendimento sobre desempenho organizacional que deixa de ter uma expressão apenas quantitativa e passa a ser qualitativa englobando as demais dimensões do *triple bottom line*.

Os entrevistados também percebem a área acadêmica da contabilidade enquanto hostil a temática em detrimento de um pensamento que valoriza pesquisas de cunho financeiro com inferências estatísticas e que, marginalizam pesquisas organizacionais que destoam deste foco, ou que não tem como objetivo a discussão de desempenho de relatórios de sustentabilidade. E2, E4 e E6 não produzem essa subjetivação visto que suas pesquisas estão alinhadas com o discurso da área.

No que tange aos modos de sujeição, estes pesquisadores necessitam em diversos momentos produzirem o saber autorizado pelo discurso dominante da área, como temas da moda que estão sendo autorizados pelas revistas desde que atendam as características encontradas nestes veículos. Além disto, para se manterem nas estruturas de poder os pesquisadores necessitam produzir trabalhos fora da temática de sustentabilidade para acessar os periódicos, congressos etc. Também, sujeitam-se a publicar em periódicos de outras áreas com maior acessibilidade, como os da área de Administração ou em periódicos com *qualis* menores.

Isto é representativo e esclarecedor quando olhamos as produções destes sujeitos, que mesmo sendo reconhecidamente pesquisadores de sustentabilidade, o tema não chega a 50% de seus artigos publicados, o que fica marcado na fala de E1 “*se você perguntar para todos os pesquisadores você gostaria de fazer outro tipo de pesquisa? eu acho que nove entre dez*

estrelas de cinema vão dizer que sim que gostariam de estar fazendo a pesquisa de outra forma". No que se refere a resistências, os investigados não estão organizados a ponto de produzirem resistências coletivas a ponto da formação de um discurso de verdade legitimado, entretanto, é possível ver iniciativas como a criação de um congresso exclusivo para a temática enquanto produção de resistência na academia e que busca legitimação discursiva em figuras de poder fora do país.

Assim, diante do exposto considera-se que o questionamento inicial atendido, e seu objetivo é atendido diante da complexidade dos sujeitos. Entretanto, o estudo lança luz a diversas áreas que se mostram cinzentas e que se entrecruzam neste processo e que necessitam serem estudadas separadamente diante de suas complexidades específicas que estão embricadas em estruturas, extensão dos arquivos, práticas discursivas envolvidas, tempo de investigação necessário etc. e que sugerimos como questionamentos futuros.

O primeiro questionamento refere-se ao fato de que duas mulheres inauguram a produção do saber na temática produzido na contabilidade, o que pode ser pesquisado a partir de uma perspectiva de gênero, visto que discursos produzidos por corpos marcados pela disciplina patriarcal tendem a ser desvalorizado (Muraro & Puppiun, 2001; Butler, 2003). Além disto assinala-se que as pesquisas preteridas nos veículos de circulação de saber no campo acadêmico são as de linhas de pesquisa inauguradas por homens.

Sugere-se também um estudo que inverta os sujeitos, no sentido de compreender como os pesquisadores da área financeira e demais linhas de pesquisa da contabilidade subjetivam a temática de sustentabilidade. Isto pode proporcionar um contraponto e nuances mais nítida das práticas discursivas que envolvem os poderes e micropoderes envolvidos na área acadêmica da ciência contábil, além de aclarar novos pressupostos a serem investigados conjuntamente.

Outro ponto a ser ressaltado é que durante a pesquisa os arquivos relacionados aos periódicos e congressos não foram explorados devido a sua complexidade. Ressalta-se a necessidade de estudá-los separadamente dos demais arquivos pois envolvem disciplinas próprias, organizações próprias e concentrações de poder também distintas. Neste sentido, no caso das revistas sugere-se a investigação dos discursos dos editores, dos avaliadores destes periódicos, e avaliação dos editoriais e escopos apresentados por estas revistas em seus discursos oficiais. O mesmo em relação aos congressos levando em conta a complexidade de sujeitos envolvidos e discursos institucionais.

Outro ponto que não se preocupou este estudo, por questões de escopo, e que convém investigar, são os demais pesquisadores da temática. Tanto os que não estão inseridos em programas de pós-graduação, aguardando o acesso a estas arquiteturas, como também os pesquisadores em formação, estudantes dos programas de mestrado e doutorado que estão no processo de socialização e subjetivação dos discursos da área a respeito de seus corpos.

O mesmo se aplica a pesquisadores de outras áreas da contabilidade em relação à saberes de sustentabilidade produzidos na área. Além disto, assinala-se a importância da compreensão do mercado a respeito do discurso de sustentabilidade, como as organizações subjetivam e praticam, além do mercado de capitais.

Sugere-se ainda uma recondução do estudo de Riccio *et al.* (2007) visto que o estudo já possui 15 anos e um contraste atual do cenário dos estudos foucaultianos na contabilidade pode fornecer diversos insights e perspectivas do direcionamento de estudos críticos envolvendo este autor no campo.

Como limitações da pesquisa pontua-se a não aceitação de uma pesquisadora para participar da pesquisa que seria de grande importância, visto que por ser pioneira na temática poderia contribuir de forma significativa no estudo, inclusive em termos de contraponto. Contudo, assegura-se que o trabalho atendeu ao protocolo de coleta de dados, e insistiu no convite ressaltando o valor dos relatos. O tempo que limitou a análise de alguns arquivos e a inclusão de outros o que em pesquisas desta natureza não conseguem ser pensados previamente ou avaliados enquanto necessidade até a pesquisa de campo, neste sentido, aconselha-se a pesquisadores que estejam enveredando no caminho de pesquisas genealógicas uma estimativa de tempo necessário maior do que o comum praticado pelo mesmo em pesquisas mais consolidadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADB, Asian Development Bank. (2012). *World sustainable development timeline*. Philippines: Asian Development Bank.
- Agricola, G. (1950). *De Re Metallica*. Translated from the First Latin Edition of 1556. New York: Dover publications.
- Ander-Egg, E. (1978). *Introducción a las técnicas de investigación social* (7 ed. ed.). Buenos Aires: Editorial Hvmantas.
- Anpcont - Associação de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. (2022). Modalidades/Áreas Temáticas. Retrieved 13 jan. 2022, 2022, from <https://anpcont.org.br/xv-congresso/modalidades/>
- Aragão, I. R. B. N., Martins, G. d. A., & Casa Nova, S. P. C. (2013). *Pesquisa científica em Contabilidade: caminhos a percorrer*. Paper presented at the 13º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo.
- Aranha, C. (2019, fev/feb.). O outro evolucionista. *Revista Pesquisa Fapesp*, 90-92.
- Armstrong, P. (1994). The Influence of Michel Foucault on accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, 5, 25-55.
- Azevedo, R. C. S., & Ramos, F. R. S. (2003). Arqueologia e genealogia como opções metodológicas de pesquisa na enfermagem. *Rev. Bras. de Enfermagem*, 56(3), 288-291.
- Banerjee, S. B. (2008). Corporate social responsibility: The good, the bad and the ugly. *Critical Sociology*, 34(1), 51-79. doi: 10.1177/0896920507084623
- Baxter, J., & Chua, W. F. (2003). Alternative management accounting research—whence and whither. *Accounting, Organizations and Society*, 28(2), 97-126. doi: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(02\)00022-3](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00022-3)
- Bebbington, J. (2021). The foundations of environmental accounting. In J. Bebbington, C. Larrinaga, B. O'Dwyer, & I. Thomson (Eds.), *Routledge handbook of environmental Accounting*. (pp. 17-28). Abingdon, Oxon: Routledge.
- Bebbington, J., Larrinaga, C., O'Dwyer, B., & Thomson, I. (2021). *Routledge handbook of environmental accounting*. Oxford, UK: Routledge.
- Beck, U. (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra sociedade*. São Paulo: Editora 34.
- Berthelot, J. M. (1999). Présentation. *Sociologie et Sociétés*, 31(1), 3-10.
- Bittencourt, E., & Carrieri, A. (2005). Responsabilidade social: Ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. *Revista de Administração de Empresas*, 45(esp.), 10-22. doi: doi:10.1590/S0034-75902005000500001
- Borges, E. F., Rodrigues, J. M., Silva, C. A. T., & Santana, C. M. (2010). Paradigmas na pesquisa contábil no Brasil: Um estudo epistemológico sobre a evolução nos trabalhos de programas de pós-graduação em ciências contábeis. *ConTexto - Contabilidade em Texto*, 11(19), 21-30.
- Boulding, K. E. (1966). The Economics of the Coming Spaceship Earth. *Environmental Quality Issues in a Growing Economy*, 1, 1-8. doi: 10.4324/9781315064147
- Boyns, T., & Edwards, J. R. (2006). The Development of Cost and Management Accounting in Britain. In C. S. Chapman, A. G. Hopwood, & M. D. Shields (Eds.), *Handbooks of Management Accounting Research* (Vol. 2, pp. 969-1034). Oxford, UK: Elsevier.
- Brasil. (201?). Sobre a Conferência. Retrieved 12 dez., 2021, from http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html
- Brown, L. R. (1981). *Building a Sustainable Society*. New York: Norton.
- Burkert, W. (2012). Impact and Limits of the Idea of Progress in Antiquity. In A. Burgen, P. McLaughlin, & J. Mittelstraß (Eds.), *The Idea of Progress*. (pp. 19-46): Walter de Gruyter.

- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAPES. (2022a). Classificação da produção intelectual - Qualis CAPES 2013-2016. *Plataforma Sucupira*. Retrieved 11 dez., 2021
- CAPES. (2022b). Cursos avaliados e reconhecidos - Área 27. *Plataforma Sucupira*. Retrieved 11 dez., 2021
- Caradonna, J. L. (2014). *Sustainability : a history*. New York: Oxford University Press.
- Cardoso Jr., H. R. (2001). *Tramas de Clio: convivência entre filosofia e história*. Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- Carson, R. L. (1962). *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin Company.
- Castro, C. M. (1978). *A prática da pesquisa*. São Paulo: MCGraw-Hill.
- Chua, W. F. (1986). Radical developments in accounting thought. *The Accounting Review*, 61(4), 601-632.
- Columella, L. J. M. (1948). Res rustica. In L. J. M. Columella (Ed.), *agriculture, vol. 1 (Books I – IV)*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Commoner, B. (1971). *The closing circle: nature, man, & technology*. New York: Bantam Books.
- Corazza, S. M. (2007). Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In M. V. o. Costa (Ed.), *Caminhos investigativos I*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora.
- Costa, A. C., & Fonseca-Silva, M. C. (2014). Considerações iniciais sobre o controle dos discursos: breve leitura de A ordem do discurso, de Michel Foucault. *Revista Espaço Acadêmico*(161), 49-56.
- Costa, F. (2016). *A presença do homo academicus na contabilidade: um olhar bourdieusiano sobre o contexto social do desenvolvimento da produção científica contábil brasileira*. (Doutorado Tese), USP - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Costa, O. L. (2021). *Os Diversos Usos da PrEP: as narrativas e discursos dos usuários sobre prevenção e HIV/Aids*. (Mestrado Dissertation), Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba.
- Creswell, J. W. (2013). *Qualitative Inquiry and research design: choosing among five approaches*. (3 ed.). Thousand Oaks, CA, USA: SAGE Publications.
- Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2011). *Designing and Conducting Mixed Methods Research*. Thousand Oaks, CA, USA.: SAGE Publications.
- Crombie, A. (1997). Philosophical commitments and scientific progress. In A. Burgen, P. McLaughlin, & J. Mittelstraß (Eds.), *The Idea of Progress*. (pp. 47-64). Berlin: Walter de Gruyter.
- Da Silveira, T. D., & Esteves, M. C. (2013). História e origem da Contabilidade. *Trabalho Científicos - BRASIL*(7).
- De Souza, P. F., & Furlan, R. (2018). A questão do sujeito em Foucault. *Psicologia USP*, 29(3), 325-335. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-656420170057>
- De Vries, E. I. R. (1948). *De aarde betaalt*. Haia: Uitgeverij Albani.
- Deleuze, G. (1974). Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In F. Châtelet (Ed.), *O século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Deleuze, G. (2000). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault*. (5 ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. (2 ed.). São Paulo: R. 34.
- Dey, C., Russell, S., & Thomson, I. (2011). Exploring the potential of shadow accounts in problematising institutional conduct. In S. P. Osborne & A. Ball (Eds.), *Social Accounting and Public Management* (1st Ed. ed., pp. 64-75). New York: Routledge.

- Dias Conde, L. C. (2012). A análise dos impactos socioeconômicos na estruturação do eia/rima: A importância da abordagem humanista para a sustentabilidade. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria - ReA UFSM*, 5(Special Edition). doi: DOI: 10.5902/198346597686
- Diniz, E. M. (2002). Os resultados da Rio +10. *Revista do Departamento de Geografia da USP*(15), 31-35.
- Du Pisani, J. A. (2006). Sustainable development – historical roots of the concept. *Environmental Sciences*, 3(2), 83-96. doi: 10.1080/15693430600688831
- Dussel, I. (2004). Foucault e a escrita da história: reflexões sobre os usos da genealogia. *Educação e Realidade*, 29(1), 45-68.
- Ehrlich, P. R. (1968). *The population bomb*. New York: Ballantine books.
- Elkington, J. (2008). *Sustentabilidade - canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books.
- Elkington, J. (2020). *Green Swans*. New York: Fast Company Press.
- Euractiv. (2002). Sustainable development: introduction. Retrieved from <https://www.euractiv.com/section/sustainable-dev/linksdossier/sustainable-development-introduction-archived/>
- FEA-USP, F. d. E. A. e. C. C. d. U. d. S. P. (2022). Histórico. Retrieved 20/07/22, 2022, from <https://www.fea.usp.br/contabilidade/pos-graduacao/historico#:~:text=O%20Programa%20de%20Mestrado%20iniciou,Contabilidade%20no%20país%20até%202008.>
- Ferreira, M. S., & Traversini, C. S. (2013). A análise foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. *Educação & Realidade*, 38(1), 207-226.
- Ferreirinha, I. M. N., & Raitz, T. R. (2010). As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública [online]*, 44(2), 367-383. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>
- Fischer-Kowalski, M. (1998). Society 's metabolism-the intellectual history of materials flow analysis, part I 1860-1970. *Journal of Industrial Ecology*, 2(1), 61-78.
- Fischer, R. M. B. (2012). *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (J. E. COSTA, Trans. 3 ed ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Foladori, G. (2001). *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Foucault, M. (1969). *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1972). *História da Loucura: na idade clássica. Parte I*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (1977). Preface to non-fascist life. In G. Deleuze & F. Guattari (Eds.), *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. (2 ed., pp. XI-XIV). New York: Viking Press.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In P. Rabinow & H. Dreyfus (Eds.), *Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (1999a). *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. (S. T. Muchail, Trans. 8 ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1999b). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

- Foucault, M. (2005). 1969 – Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia. In M. Foucault (Ed.), *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. (3 ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008a). *A arqueologia do saber*. (7 ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008c). *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Buenos Aires: Paidós.
- Freitas, D. P. d. S., Quaresma, J. C. d. C., Schmitt, S. R. Z., Gonçalves, T. L., & Quintana, A. C. (2012). Contabilidade ambiental: Um estudo bibliométrico em revistas científicas brasileiras. *Revista Ambiente Contábil*, 4(1), 72-88.
- Funnell, W., & Jupe, R. (2021). The architecture of accounting and the neoliberal betrayal of life. *Critical Perspectives on Accounting*, in press, 102329. doi: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2021.102329>
- Furtado, F. P. (2012). *Ambientalismo de espetáculo: a economia verde e o mercado de carbono no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS.
- Furtado, R. N., & Camilo, J. A. d. O. (2016). O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, 16(3), 34-44. doi: <https://doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>
- Gallo, E., Setti, A. F. F., Magalhães, D. P., Machado, J. M. H., Buss, D. F., Franco Neto, F. A., & Buss, P. M. (2012). Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*, 17(6), 1457-1468. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600010>
- Gallon, A. V., De Souza, F. C., Rover, S., & Van Bellen, H. M. (2007). *Produção científica e perspectivas teóricas da área ambiental: Um levantamento a partir de artigos publicados em congressos e periódicos nacionais da área de Contabilidade e Administração*. Paper presented at the 4º Congresso USP de iniciação científica em Contabilidade, São Paulo.
- Ganz, A. C. S., De Lima, J. P. R., & Haveroth, J. (2019). *Velhos Problemas, Novos Olhares: Etnografia sobre a Experiência de Futuros Doutores em Contabilidade*. Paper presented at the XIX USP International Conference in Accounting, São Paulo.
- Gendron, Y., & Baker, C. R. (2005). On interdisciplinary movements: The development of a network of support around Foucaultian perspectives in accounting research. *European Accounting Review*, 14(3), 525-569. doi: 10.1080/09638180500041364
- Goldsmith, E. (1972). *A Blueprint for survival*. Boston: Houghton Mifflin.
- Gonçalves, D. P. (2017). Principais desastres ambientais no Brasil e no mundo. *Jornal da Unicamp* Retrieved from <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/01/principais-desastres-ambientais-no-brasil-e-no-mundo> (accessed 10 dez. 2021)
- Gonçalves, S. C. (2009). O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault. *História e-História*, 1(4), 1-21.
- Gowdy, J. M. (1994). Progress and environmental sustainability. *Environmental Ethics*, 16(1), 41-55.
- Granlund, M., & Lukka, K. (2017). Investigating highly established research paradigms: Reviving contextuality in contingency theory based management accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, 45(1), 63-80.
- GRI, Global Reporting Initiative. (2017). GRI's History. Retrieved 02 out, 2017, from <https://goo.gl/oNXP3U>
- Grober, U. (2014). The discovery of sustainability: the genealogy of the term. In J. C. Enders & M. Remig (Eds.), *Theories of sustainable development* (pp. 6-15). New York: Routledge.

- Grzebieluckas, C., Campos, L. M. d. S., & Selig, P. M. (2012). Contabilidade e custos ambientais: um levantamento da produção científica no período de 1996 a 2007. *Production*, 22, 322-332.
- Guthrie, W. K. C. (1950). *The Greek Philosophers: From Thales to Aristotle* (Vol. 70): Routledge.
- Hicks, J. R. (1946). *Value and capital: an inquiry into some fundamental principles of economic theory*. (2nd ed.). Oxford: Clarendon Press.
- Hines, R. D. (1988). Financial accounting: In communicating reality, we construct reality. *Accounting, Organizations and Society*, 13(3), 251-261.
- Homero Junior, P. F., & Carrieri, A. P. (2020). Desenvolvimento sustentável e trabalho precário no relato integrado da Natura: pensando um contrarrelato. *Revista Organizações & Sociedade*, 27(93), 199-215. doi: 10.1590/1984-9270932
- Hoskin, K. W., & Macve, R. H. (1988). The genesis of accountability: The west point connections. *Accounting, Organizations and Society*, 13(1), 37-73. doi: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(88\)90025-6](https://doi.org/10.1016/0361-3682(88)90025-6)
- Huberman, L. (1980). *História da riqueza do homem*. (16 ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Iudícibus, S., & Marion, J. C. (2008). *Introdução a Teoria da Contabilidade*. (5 ed.). São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005a). Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças [online]*, 16(38), 7-19. doi: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000200002>
- Iudícibus, S., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005b). *Evolução da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Jevons, W. S. (1866). *The coal question*. (2nd ed. ed.). London: Macmillan and Co.
- Kaap, K. W. (1950). *The social costs of business enterprise*. Nottingham: Spokesman.
- Kassai, J. R., Feltran-Barbieri, R., Carvalho, L. N. G., Foschine, A., Cintra, Y. C., & Afonso, L. E. (2012). Balanço contábil das nações: reflexões sobre os cenários de mudanças climáticas globais. *Brazilian Business Review - BBR*, 9(1), 65-109. doi: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2012.9.1.4>
- Kenny, M. (1994). Ecologism. In R. Eccleshall (Ed.), *Political ideologies: an introduction*. (2nd ed., pp. 218-251). London: Routledge.
- Kingsley, J. (2021). A vida segue em Chernobyl, 35 anos após o pior acidente nuclear do mundo. *National Geographic*.
- Kremer, A. W., & Suave, R. (2012). *Pesquisa científica em contabilidade gerencial: um estudo em periódicos de negócios*. Paper presented at the XIX Congresso Brasileiro de Custos, Bento Gonçalves-RS.
- Krueguer, S. D., & Petri, S. M. (2018). Avaliação da sustentabilidade da produção suinícola sob o enfoque das externalidades. *Revista Universo Contábil*, 14(2), 137-161. doi: doi:10.4270/ruc.2018215
- Kuhlman, T., & Farrington, J. (2010). What is Sustainability? *Sustainability*, 2, 3437-3448. doi: doi:10.3390/su2113436
- Kuhn, T. S. (1962). *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Leff, E. (2001). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.
- Lemos, F. C. S., & Cardoso Jr., H. R. (2009). A genealogia em foucault: Uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 353-357.
- Little, P. E. O. (2003). *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis.

- Lourenço, R. L., & Sauerbronn, F. F. (2016). Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade - RCC*, 13(28), 23. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n28p99>
- Löwy, M. (2012, 10 abr. 2012) *Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da 'economia verde'*/Interviewer: B. Mengardo. Caros Amigos (Vol 180), Revista Caros Amigos, São Paulo.
- Lukka, K. (2010). The Roles and Effects of Paradigms in Accounting Research. *Management Accounting Research*, 21, 110-115.
- Lupton, D. (2000). Corpos, prazeres e práticas do eu. *Educação & Realidade*, 2(25), 15-58.
- Machado, R. (1988). *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Maddison, A. (2001). *The world economy: a millennial perspective*. Paris: Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development.
- Maher, M. W. (2001). The evolution of management accounting research in the United States. *British Accounting Review*, 33(3), 293-305.
- Malthus, T. R. (1798). *An Essay on the principle of population as it affects the future improvement of society*. London: J. Johnson.
- Marsh, G. P. (1867). *Man and Nature*. New York: Charles Scribner & Co.
- Martins, E. A. (2012). *Pesquisa contábil brasileira: Uma análise filosófica*. (Doutorado), USP - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Masaro, L. (2018). Reconciliação com a história: Foucault do estruturalismo ao pós-estruturalismo. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, 6(1), 379-400.
- Meadows, D. L., Meadows, D. H., Randers, J., & Behrens III, W. W. (1972). *The limits to growth*. New York: Universe books.
- Mebratu, D. (1998). Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. *Environmental Impact Assessment Review*, 18(6), 493-520. doi: [https://doi.org/10.1016/S0195-9255\(98\)00019-5](https://doi.org/10.1016/S0195-9255(98)00019-5)
- Mendes, D., Da Fonseca, A. C. D., & Sauerbronn, F. F. (2020). Modos de Ideologia e de Colonialidade em Materiais Didáticos de Contabilidade. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(99), 1-41.
- Mill, J. S. (1885). *Principles of political economy* New York: D. Appleton & Co.
- Milne, M. J., Kearins, K., & Walton, S. (2006). Creating Adventures in Wonderland: The Journey Metaphor and Environmental Sustainability. *Organization & Environment*, 13(6), 801-839. doi: DOI: 10.1177/1350508406068506
- Mitcham, C. (1995). The concept of sustainable development: its origins and ambivalence. *Technology in Society*, 17(3), 311-326. doi: [https://doi.org/10.1016/0160-791X\(95\)00008-F](https://doi.org/10.1016/0160-791X(95)00008-F)
- Mitchell, M., & Newman, M. (2002). Complex Systems Theory and Evolution. In M. Pagel (Ed.), *Encyclopedia of Evolution*. New York: Oxford University Press.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. (8 ed.). Rio de Janeiro: Bertrand.
- Mota, J. A. (2001a). As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In M. O. BURSZTYN (Ed.), *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Mota, J. A. (2001b). *O valor da natureza: Economia e Política dos recursos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Muraro, R. M., & Puppiun, A. (2001). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ.
- Myers, N. (1984). *Gaia: an Atlas of Planet Management*. New York: Anchor Press/Doubleday.

- Nascimento, A. R. d., Junqueira, E., & Martins, G. d. A. (2010). Pesquisa Acadêmica em Contabilidade Gerencial no Brasil: Análise e Reflexões sobre Teorias, Metodologias e Paradigmas. *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, 14(6), 1113-1133.
- Nascimento, E. P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados [online]*, 26(74), 51-64. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>
- Neu, D. (1999). Discovering" indigenous peoples: Accounting and the machinery of empire. *The Accounting Historians Journal*, 26(1), 53-82.
- Neu, D. (2000a). Accounting and accountability relations: colonization, genocide and Canada's first nations. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 13(3), 268-288. doi: 10.1108/09513570010334126
- Neu, D. (2000b). "Presents" for the "Indians": land, colonialism and accounting in Canada. *Accounting, Organizations and Society*, 25(2), 163-184. doi: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(99\)00030-6](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(99)00030-6)
- Nietzsche, F. (1998). *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nisbet, R. A. (1980). *History of the idea of progress*. London: Heinemann.
- Nossa, V., Rodrigues, V. R. S., & Nossa, S. N. (2017). O que se tem pesquisado sobre Sustentabilidade Empresarial e sua Evidenciação? *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - Repec*, 11(ed. especial), 87-105. doi: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v11i0.1719>
- Novaes, W. (1992). Eco-92: avanços e interrogações. *Estudos Avançados [online]*, 6(15), 79-93. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000200005>
- Osborn, H. F. (1948). *Our plundered planet*. Boston: Little, Brown and Company.
- Osborn, H. F. (1953). *The Limits of the Earth*. Boston: Little, Brown and Company.
- Pavanatti Junior, P. P. (2018). *Análise bibliométrica dos periódicos nacionais de maior impacto da área de Contabilidade*. (Bacharel Monografia), UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Peet, R., & Hartwick, E. (2009). *Theories of development : contentions, arguments, alternatives*. (2nd ed.). London: The Guilford Press.
- Pelúcio, L., & Miskolci, R. (2009). A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*(1), 125-157.
- Pereira, R. C. M., Constantino, F. F. S., Sauerbronn, F. F., & Macedo, M. A. d. S. (2019). Pesquisa qualitativa em contabilidade: um panorama de sua evolução no congresso ANPCONT à luz da literatura internacional. *Revista Contemporânea de Contabilidade - RCC*, 16(41), 204-224. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n41p204>
- Pereira, R. S., & Dinis, N. F. (2015). Itinerários da pesquisa pós-estruturalista em educação. *Itinerarius Reflectionis*, 11(2), 1-16. doi: DOI: 10.5216/rir.v11i2.36291
- Piga, T. R., & Mansano, S. R. V. (2015). Sustentabilidade ambiental e história: uma análise crítica. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, 10(2), 174-195.
- Pigou, A. C. (1920). *The economics of welfare*. London: Macmillan and Co.
- Pliny the Elder. (1938). *Natural history (Naturalis historia) in ten volumes, vol. 1 (praefatio, libri I&II)*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Prado Filho, K. (2010). Uma genealogia das práticas de normalização nas sociedades ocidentais modernas. In S. CAPONI, M. VERDI, F. S. BRZOZOWSKY, & F. O. HELLMANN (Eds.), *Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica*. (pp. 183-191). Palhoça, SC: EDUNISUI.
- Prado Filho, K. (2017). A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. *Revista de Ciências HUMANAS*, 51(2).

- Revel, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz.
- Ribeiro, H. C. M. (2018). Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros. *Biblios: Journal of Librarianship and Information Science*(69), 1 - 20. doi: <https://doi.org/10.5195/biblios.2017.393>
- Ribeiro, H. C. M. (2021). Dez anos de trajetória acadêmica da Revista Advances in Scientific and Applied Accounting à luz de sua produção científica. *Revista Ambiente Contábil*, 13(2), 181-207. doi: 10.21680/2176-9036.2021v13n2ID22460
- Ribeiro, S. L. S. (2009). *Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária–FEA/USP entre números e palavras*. (1 ed ed.). São Paulo: D’Escrever Editora.
- Riccio, E. L., Mendonça Neto, O. R., & Sakata, M. C. G. (2007). Movimentos de teorias em campos interdisciplinares: a inserção de Michel Foucault na contabilidade. *Revista de Administração Contemporânea [online]*. 11(spe2), 11-32. doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000600002>
- Richardson, A. J. (2012). Paradigms, theory and management accounting practice: A comment on Parker (forthcoming) “Qualitative management accounting research: Assessing deliverables and relevance”. *Critical Perspectives on Accounting*, 23(1), 83-88.
- Roma, J. C. (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, 71, 33-39.
- Roslender, R., & Dillard, J. (2003). Reflections on the interdisciplinary perspectives on accounting project. *Critical Perspectives on Accounting*, 14(3), 325-351.
- Rostow, W. W., Rostow, W. W., & Societies, A. C. o. L. (1978). *The World Economy: History & Prospect*. London: Macmillan.
- Russo, R., Bonfá, M., & Villa-Lobos, D. (1996). *Aloha. On A Tempestade*. Rio de Janeiro: EMI.
- Sánchez-Matamoros, J. B., Hidalgo, F. G., Espejo, C. Á.-D., & Fenech, F. C. (2005). Govern(mentality) and Accounting: the Influence of Different Enlightenment Discourses in Two Spanish Cases (1761–1777). *Abacus*, 41(2), 181-210. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2005.00175.x>
- Sargiacomo, M. (2009). Accounting for the “good administration of justice”: The Farnese State of Abruzzo in the sixteenth century. *Accounting History*, 14(3), 235-267. doi: 10.1177/1032373209335290
- Schulze, K., & Schretzmann, R. (2006). *Wald mit Zukunft: nachhaltige Forstwirtschaft in Deutschland*. Bonn: AID.
- Schumacher, E. F. (1973). *Small is beautiful*. London: Blond & Briggs books.
- Silva, A. R., Rodrigues, L. L., & Sangster, A. (2020). Accounting as a tool of state ideology to control captive workers from a House of Correction. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 33(2), 285-308. doi: 10.1108/AAAJ-04-2018-3444
- Silva, M. S., & De Assis, F. A. (2015). A história da Contabilidade no Brasil., 6(2), 35-44.
- Silva, T. T. (2011). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias críticas do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- So, A. Y. (1991). *Social Change and Development: Modernization, Dependency and World-System Theories*. London: Sage publications.
- Solomon, I., & Shields, M. D. (1995). Judgment and decision-making research in auditing. In R. H. Ashton & A. H. Ashton (Eds.), *Judgment and Decision-Making Research in Accounting and Auditing* (pp. 137-175). Cambridge: Cambridge University Press.
- Souza, M. A., Machado, D. G., & Bianchi, M. (2011). Um perfil dos programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - Repec*, 5(2), 67-95.
- Spencer, H. (1867). *First Principles*. (2nd. ed.). London: Williams and Norgate.

- Spindler, E. A. (2013). The History of Sustainability The Origins and Effects of a Popular Concept. In I. Jenkins & R. Schröder (Eds.), *Sustainability in Tourism: A Multidisciplinary Approach* (pp. 9-31). Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden.
- Stacchezzini, R., Masiero, E., & Lai, A. (2021). Histories as counter-accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, in press, 102397. doi: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2021.102397>
- Strabo. (1949). *The geography, vol. II, Book V*. (E. t. b. H. L. Jones, Trans. 1949 printing ed.). London: Heinemann.
- Theóphilo, C. R. (2004). *Pesquisa em Contabilidade no Brasil: Uma Análise Crítico-Epistemológica*. (Doutorado Tese), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- UN - United Nations. (1972, 16 Jun. 1972). Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment. from https://www.soas.ac.uk/cedep-demos/000_P514_IEL_K3736-Demo/treaties/media/1972%20Stockholm%201972%20-%20Declaration%20of%20the%20United%20Nations%20Conference%20on%20the%20Human%20Environment%20-%20UNEP.pdf
- UN - United Nations. (2001). *Environmental Management Accounting Procedures and Principles*. New York, US: United Nations Division for Sustainable Development.
- UN - United Nations. (2010). Implementation of Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21 and the outcomes of the World Summit on Sustainable Development. 64/236 C.F.R. Nova York: UN
- UN - United Nations. (2015). Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development., from <https://sdgs.un.org/publications/transforming-our-world-2030-agenda-sustainable-development-17981>
- UNCED - United Nations Conference on Environment and Development. (1992). Agenda 21.
- UNEP - United Nations Environment Programme. (2011). Towards a green economy: Pathways to sustainable development and poverty eradication.
- USP, & FIPECAFI. (2022). Áreas. Retrieved 13 jan. 2022, 2022, from <https://congressosp.fipecafi.org/Trabalhos/Areas>
- Van Zon, H. (2002). *Geschiedenis & duurzame ontwikkeling. Duurzame ontwikkeling in historisch perspectief: enkele verkenningen*. Nijmegen/Groningen: Werkgroep Disciplinaire Verdieping Duurzame Ontwikkeling.
- Vasconcellos Leão Lyrio, M., Borba, J. A., & Da Costa, J. M. (2007). Controle gerencial: Delineamento do perfil metodológico de uma amostragem de publicações acadêmicas nas áreas de administração e contabilidade de 2000 a 2004. *Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 4(2), 126-136.
- Veblen, T. (1917). *The technicians and the revolution. The portable Veblen*. New York: Viking Press. Retrieved from <https://archive.org/details/portableveblen00vebl/page/n11/mode/2up?view=theater>.
- Vogt, W. (1948). *Road to survival*. New York: Willian Sloane Associates.
- Von Wright, G. H. (1997). Progress: Fact and fiction. In A. Burgen, P. McLaughhlin, & J. Mittelstraß (Eds.), *The idea of progress*. (pp. 1-18.). Berlin: Walter de Gruyter.
- Wallace, A. R. (1899). *The Wonderful Century: It's sucesses and It's failures*. New York: Dodd, Mead and Company.
- WCDE, World Commission on Environment and Development. (1987). *Our common future*. Oxford: United Nations.
- Welter, L. M., De Souza, Â. R. L., Trajano, B. B., & Behr, A. (2021). Redes de coautoria dos programas brasileiros de pós-graduação em Contabilidade. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão.*, 19(10), 146-159.

- Wiersum, K. F. (1995). 200 years of sustainability in forestry: Lessons from history. *Environmental Management*, 19(3), 321-329. doi: 10.1007/BF02471975
- Wink, P. K. d. S., Fontes de Souza Vasconcelos, A. L. F. d. S., Lagioia, U. C. T., Kato, M. T., & Nossa, V. (2015). Reação aos acidentes ambientais: Um estudo em uma mineradora no mercado brasileiro. *Revista Base*, 12(1), 52-67. doi: doi: 10.4013/base.2015.121.05
- Wolman, A. (1965). The metabolism of cities. *Scientific American*, 2013(3), 1-1. doi: 10.1017/CBO9781107415324.004
- Worster, D. (1994). *Wealth of Nature: Environmental History and the Ecological Imagination*. New York: Oxford University Press.
- Zappettini, F., & Unerman, J. (2016). 'Mixing' and 'Bending': The recontextualisation of discourses of sustainability in integrated reporting. *Discourse & Communication*, 10(5), 521-542. doi: 10.1177/1750481316659175
- Zimmerman, L. J. (1960). The Distribution of the World Income. *The Punjab University Economist*, 1(2), 36-72.

APÊNDICE A

O estudo tem como objetivo em compreender o conjunto de representações discursivas presentes nos arquivos selecionados para a análise, com foco na maneira pela qual o pesquisador que adota a sustentabilidade como linha de pesquisa dentro do campo contábil produz modos de sujeição e subjetivação.

A participação é voluntária e você poderá recusar ou interromper sua participação a qualquer momento sem penalidade ou qualquer impacto. A entrevista foi elaborada de forma não estruturada caso você se sinta desconfortável com algum questionamento sinta-se à vontade para não respondê-lo e/ou para interromper a continuidade da entrevista a qualquer momento. A entrevista está sendo gravada para posterior transcrição dos dados, que será enviado a você para confirmação dos dados e caso deseje poderá alterar suas falas. Você concorda em participar?

Roteiro

Quando surgiu o seu interesse em pesquisar sustentabilidade?

Para você o que é sustentabilidade?

Para você, o que significa pesquisar sustentabilidade na contabilidade?

E na sua opinião, o que significa para nossa área (a contabilidade enquanto corpo científico) pesquisar sustentabilidade na contabilidade?

Pra você, qual a diferença entre pesquisar sustentabilidade e os temas tradicionais que se pesquisa em contabilidade?

Como você percebe a recepção de trabalhos com a temática da sustentabilidade nos principais congressos da nossa área?

E nas revistas? A que você atribui isto?

Em relação a coordenação do seu ppg como você percebe a recepção dessa temática? E em reação aos seus colegas de trabalho?

Em relação a capes e pelo CNPq, como essas agências influenciam em seu trabalho como pesquisador(a)?

ANEXO I

Periódicos Qualis Capes 2013-2016 Area 27		
ISSBN	Nome da Revista	Classificação
2179-3786	VOLUNTAS: ESTUDOS SOBRE SCHOPENHAUER	A1
1679-3951	CADERNOS EBAPE. BR	A2
0103-734X	CONTABILIDADE VISTA & REVISTA	A2
1413-4152	ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL	A2
1809-4457	ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (ONLINE)	A2
1806-9592	ESTUDOS AVANÇADOS (ONLINE)	A2
0103-4014	ESTUDOS AVANÇADOS (USP. IMPRESSO)	A2
1678-3921	PESQUISA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA (ONLINE)	A2
0101-7438	PESQUISA OPERACIONAL (IMPRESSO)	A2
1678-5142	PESQUISA OPERACIONAL (ONLINE)	A2
1981-5700	RAC. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA	A2
1982-7849	RAC. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA (ONLINE)	A2
1415-6555	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA (IMPRESSO)	A2
0034-7590	RAE. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	A2
1676-5648	RAE ELETRÔNICA (ONLINE)	A2
2178-938X	RAE (ON-LINE)	A2
1984-6142	RAUSP - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO (SÃO PAULO. ONLINE)	A2
0080-2107	RAUSP-E - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO - ELETRÔNICA	A2
1983-7488	RAUSP-E (SÃO PAULO)	A2
1806-9657	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO (ONLINE)	A2
1983-0807	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO DE NEGÓCIOS (ONLINE)	A2
1806-4892	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO DE NEGÓCIOS (SÃO PAULO. IMPRESSO)	A2
1982-6125	REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO	A2
1806-9290	REVISTA BRASILEIRA DE ZOOTECNIA	A2
1516-3598	REVISTA BRASILEIRA DE ZOOTECNIA	A2
1519-7077	REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS (IMPRESSO)	A2
1808-057X	REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS (ONLINE)	A2
2175-8069	REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CONTABILIDADE	A2
1807-1821	REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CONTABILIDADE (UFSC)	A2
1982-3134	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	A2

0034-7612	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (IMPRESSO)	A2
1982-6486	REVISTA DE CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES	A2
0101-3157	REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA (IMPRESSO)	A2
1809-4538	REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA (ONLINE)	A2
1809-3337	REVISTA UNIVERSO CONTÁBIL	A2
1984-0470	SAÚDE E SOCIEDADE (ONLINE)	A2
0104-1290	SAÚDE E SOCIEDADE (USP. IMPRESSO)	A2
2177-6083	ADMINISTRAÇÃO: ENSINO E PESQUISA	B1
2358-0917	ADMINISTRAÇÃO: ENSINO E PESQUISA (RAEP)	B1
2175-5787	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL	B1
1809-4422	AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE)	B1
1414-753X	AMBIENTE & SOCIEDADE	B1
0003-2573	ANÁLISE SOCIAL	B1
1984-8196	BASE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNISINOS	B1
1807-054X	BASE (UNISINOS)	B1
0006-8705	BRAGANTIA (SÃO PAULO, SP. IMPRESSO)	B1
0103-4979	CADERNO CRH (UFBA. IMPRESSO)	B1
1677-6976	CADERNO VIRTUAL DE TURISMO	B1
0104-9712	CADERNOS DE LINGUAGEM E SOCIEDADE	B1
0100-1574	CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. IMPRESSO)	B1
1980-5314	CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. ONLINE)	B1
2236-9996	CADERNOS METRÓPOLE	B1
1517-2422	CADERNOS METRÓPOLE (PUCSP)	B1
1518-8353	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ONLINE)	B1
1980-5098	CIÊNCIA FLORESTAL (ONLINE)	B1
0103-9954	CIÊNCIA FLORESTAL (UFSM. IMPRESSO)	B1
1678-4596	CIENCIA RURAL	B1
0103-8478	CIÊNCIA RURAL (UFSM. IMPRESSO)	B1
1806-5821	CIÊNCIAS & COGNIÇÃO (UFRJ)	B1
1808-2882	CUSTOS E AGRONEGOCIO ONLINE	B1
1413-8050	ECONOMIA APLICADA (IMPRESSO)	B1
1982-3533	ECONOMIA E SOCIEDADE (UNICAMP)	B1
0104-0618	ECONOMIA E SOCIEDADE (UNICAMP. IMPRESSO)	B1
1678-4634	EDUCAÇÃO E PESQUISA	B1
1517-9702	EDUCAÇÃO E PESQUISA (USP.IMPRESSO)	B1
1984-882X	ENFOQUE	B1
1517-9087	ENFOQUE: REFLEXÃO CONTÁBIL (IMPRESSO)	B1
0100-6916	ENGENHARIA AGRÍCOLA (IMPRESSO)	B1
0104-4036	ENSAIO - AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	B1

1415-2150	ENSAIO: PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS (IMPRESSO)	B1
1980-5357	ESTUDOS ECONÔMICOS	B1
0101-4161	ESTUDOS ECONÔMICOS (SÃO PAULO. IMPRESSO)	B1
1806-9584	ESTUDOS FEMINISTAS	B1
1413-0580	ESTUDOS SOCIEDADE E AGRICULTURA (UFRRJ)	B1
1982-4688	FLORESTA (ONLINE) (CURITIBA)	B1
0015-3826	FLORESTA (UFPR. IMPRESSO)	B1
0185-013X	FORO INTERNACIONAL	B1
1982-2553	GALÁXIA (SÃO PAULO. ONLINE)	B1
1806-9649	GESTÃO & PRODUÇÃO	B1
1519-874X	GEOLOGIA USP. SÉRIE CIENTÍFICA	B1
1806-9649	GESTÃO & PRODUÇÃO	B1
0104-530X	GESTÃO & PRODUÇÃO (UFSCAR. IMPRESSO)	B1
1678-4758	HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE (ONLINE)	B1
0104-5970	HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE-MANGUINHOS (IMPRESSO)	B1
2236-3459	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	B1
1808-8546	IRRIGA	B1
1413-7895	IRRIGA (UNESP BOTUCATU)	B1
0102-6445	LUA NOVA (IMPRESSO)	B1
2175-2753	META: AVALIAÇÃO	B1
1982-8918	MOVIMENTO (UFRGS. ONLINE)	B1
1980-5381	NOVA ECONOMIA (UFMG)	B1
0103-6351	NOVA ECONOMIA (UFMG. IMPRESSO)	B1
0101-3300	NOVOS ESTUDOS CEBRAP (IMPRESSO)	B1
1980-5403	NOVOS ESTUDOS CEBRAP (ONLINE)	B1
0031-1057	O PAPEL (SÃO PAULO)	B1
1646-5954	OBSERVATORIO (OBS*)	B1
1807-0191	OPINIÃO PÚBLICA	B1
0104-6276	OPINIÃO PÚBLICA (UNICAMP. IMPRESSO)	B1
1982-4327	PAIDÉIA (USP. ONLINE)	B1
0103-863X	PAIDÉIA (USP. RIBEIRAO PRETO. IMPRESSO)	B1
1981-5344	PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	B1
1413-7372	PSICOLOGIA EM ESTUDO	B1
1678-7153	PSICOLOGIA: REFLEXÃO E CRÍTICA	B1
1806-3446	PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA	B1
2177-2738	RA'E GA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE	B1
1516-4136	RA'E GA (UFPR)	B1
1809-2039	RAI : REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO	B1
1518-6776	RAM. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE	B1
1678-6971	RAM. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE (ONLINE)	B1

1413-2311	READ. REVISTA ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO	B1
1677-7387	RECADM : REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIA ADMINISTRATIVA	B1
2177-8736	REGE REVISTA DE GESTAO	B1
1809-2276	REGE-REVISTA DE GESTÃO	B1
1984-0438	RELIGIÃO & SOCIEDADE	B1
0102-7395	REVERSO (BELO HORIZONTE. IMPRESSO)	B1
0100-6762	REVISTA ÁRVORE (IMPRESSO)	B1
1806-9088	REVISTA ÁRVORE (ONLINE)	B1
0102-6909	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO)	B1
1806-9053	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)	B1
1806-9134	REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA	B1
0034-7140	REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA (IMPRESSO)	B1
1809-449X	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	B1
1980-5519	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO ? REBEP	B1
0102-3098	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (IMPRESSO)	B1
1679-0731	REVISTA BRASILEIRA DE FINANÇAS (IMPRESSO)	B1
1984-5146	REVISTA BRASILEIRA DE FINANÇAS: RBFIN	B1
0100-2945	REVISTA BRASILEIRA DE FRUTICULTURA (IMPRESSO)	B1
1806-9967	REVISTA BRASILEIRA DE FRUTICULTURA (ONLINE)	B1
1809-239X	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	B1
1806-9347	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (ONLINE)	B1
2177-5184	REVISTA BRASILEIRA DE MARKETING	B1
1679-3390	REVISTA BRASILEIRA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	B1
0034-7329	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL (IMPRESSO)	B1
0254-1106	REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	B1
1983-4659	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFSM	B1
2175-8077	REVISTA DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO	B1
1516-3865	REVISTA DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO (CAD/UFSC)	B1
1980-5527	REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA	B1
1415-9848	REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA (IMPRESSO)	B1
0103-2003	REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (IMPRESSO)	B1
1981-8610	REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE (REPEC)	B1

2316-2058	REVISTA DE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS	B1
2182-1267	REVISTA DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	B1
1809-2640	REVISTA DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (IMPRESSO)	B1
1645-4464	REVISTA DE GESTÃO DOS PAISES DE LINGUA PORTUGUESA (RGPLP)	B1
1981-982X	REVISTA DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL (RGSA)	B1
1413-3849	REVISTA DE NEGÓCIOS (CESSOU EM 2006)	B1
1980-4431	REVISTA DE NEGÓCIOS (ONLINE)	B1
1678-9873	REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA	B1
0104-4478	REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (UFPR. IMPRESSO)	B1
0120-8160	REVISTA EAN	B1
1980-4164	REVISTA ELETRONICA DE ADMINISTRACAO	B1
1409-4258	REVISTA ELETRÓNICA EDUCARE	B1
1809-4430	REVISTA ENGENHARIA AGRÍCOLA (ON-LINE)	B1
1518-6148	REVISTA MAL-ESTAR E SUBJETIVIDADE (IMPRESSO)	B1
1677-2067	REVISTA PORTUGUESA E BRASILEIRA DE GESTÃO (RIO DE JANEIRO)	B1
1984-6657	REVISTA PSICOLOGIA: ORGANIZAÇÕES E TRABALHO	B1
1415-6393	REVISTA TURISMO & AÇÃO	B1
1984-4867	REVISTA TURISMO EM ANÁLISE	B1
1413-9324	SCIENTIA FORESTALIS (IPEF)	B1
1679-0359	SEMINA. CIÊNCIAS AGRÁRIAS (ONLINE)	B1
0101-6628	SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	B1
0102-6992	SOCIEDADE E ESTADO (UNB. IMPRESSO)	B1
1807-0337	SOCIOLOGIAS (UFRGS)	B1
1517-4522	SOCIOLOGIAS (UFRGS. IMPRESSO)	B1
2359-0777	SUBJETIVIDADES	B1
1806-6445	SUR. REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (IMPRESSO)	B1
1809-4554	TEMPO SOCIAL (ONLINE)	B1
1518-4471	TEORIA & SOCIEDADE (UFMG)	B1
2318-0889	TRANSINFORMAÇÃO	B1
0103-3786	TRANSINFORMAÇÃO	B1
0103-5541	TURISMO EM ANÁLISE	B1
1983-7151	TURISMO: VISÃO E AÇÃO (ONLINE)	B1
1516-7011	UNB CONTÁBIL	B1
2175-3369	URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA	B1

ANEXO II

AUTOR	TÍTULO	REVISTA	Ano	Qualis
DEGENHART, L.; VOGT, M. ; HEIN, N. ; ROSA, F. S. ; BRIZOLLA, M. M. B.	DISCLOSURE RANKING OF ENVIRONMENTAL IMPACTS OF BRAZILIAN COMPANIES: ANALYSIS USING MULTICRITERIA METHODS	ENVIRONMENTAL QUALITY MANAGEMENT	2019	A2
VOGT, M.; DEGENHART, L. ; HEIN, N. ; ROSA, F. S.	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS EVIDENCIADAS NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE E RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE EFLUENTES LÍQUIDOS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS.	RACE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA (ONLINE)	2018	B3
VOGT, MARA ; HEIN, N. ; ROSA, F. S. ; DEGENHART, L.	RELATIONSHIP BETWEEN DETERMINANT FACTORS OF DISCLOSURE OF INFORMATION ON ENVIRONMENTAL IMPACTS OF BRAZILIAN COMPANIES.	ESTUDIOS GERENCIALES	2017	B1
VOGT, M. ; DEGENHART, LARISSA ; ROSA, F. S. ; HEIN, N.	RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DE TRANSPORTE DOS RELATÓRIOS ANUAIS E DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS	RAMA - REVISTA EM AGRONEGÓCIO E MEIO AMBIENTE	2016	B2
DEGENHART, L.; ROSA, F. S. ; HEIN, N. ; VOGT, MARA	AVALIAÇÃO DO GRAU DE EVIDENCIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS EM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE E RELATÓRIOS ANUAIS DE EMPRESAS BRASILEIRAS.	REVISTA METROPOLITANA DE SUSTENTABILIDADE	2016	B3
OGT, MARA ; DEGENHART, L. ; PLETSCH, C. S. ; SILVA, A. ; ROSA, F. S.	EVIDENCIAÇÃO DE EMISSÕES AMBIENTAIS EM EMPRESAS BRASILEIRAS	ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL	2016	A2
DEGENHART, L.; VOGT, M. ; ROSA, F. S. ; HEIN, N. ; KAVESKI, I. D. S.	EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL SOBRE RESÍDUOS NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NO IBRX-100 DA BM&FBOVESPA.	RACE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA (ONLINE)	2015	B3
LA CUEVA ; FERREIRA, ARACÉLI C. S. .	COMO IDENTIFICAR O PROBLEMA DE PESQUISA EM CONTABILIDADE AMBIENTAL?	INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH	2020	s/q
PICCOLI, C. E. ; FERREIRA, ARACÉLI C. S. ; SIQUEIRA, J. R. M.	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS? MODELO DE ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA LEI DE INCENTIVO À CULTURA.	SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO (UFRJ)	2020	B2
FERREIRA, ARACÉLI CRISTINA DE S.; BUFONI, ANDRÉ LUIZ ; QUEIROZ, J. M.	A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA ANÁLISE DOS PROJETOS DE ANIMAL WASTE MANAGEMENT SYSTEM (AWMS) NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE QUIOTO.	REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ (ONLINE),	2019	B2

FERREIRA, ARACÉLI C. S. ; OLIVEIRA, LUCIANO BASTO	THE QUALITY OF CARBON MANAGEMENT ACCOUNTING REPORTING AS A FINANCIAL BARRIER TO CLEAN DEVELOPMENT MECHANISM PROJECTS DEVELOPMENT	CADERNOS EBAPE.BR (FGV)	2018	A2
ANGOTTI, M. ; A.C.S. FERREIRA .	CONTRIBUTIONS FROM THE 1970S TO THE SOCIAL AND ENVIRONMENTAL.	INTERNATIONAL BUSINESS AND ECONOMICS REVIEW	2017	s/q
FERREIRA, ARACÉLI C. S. ; OLIVEIRA, LUCIANO BASTO	WASTE MANAGEMENT CDM PROJECTS BARRIERS NVIVO 10@ QUALITATIVE DATASET.	DATA IN BRIEF	2017	s/q
MOREIRA, F. N. ; FERREIRA, ARACÉLI C. S. ; SIQUEIRA, J. R. M. ; IRIGARAY, H. A. R.	SOMBRAS E SILÊNCIO: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS DO SETOR ELÉTRICO.	SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO (UFRJ)	2016	B2
BUFONI, ANDRÉ LUIZ ; FERREIRA, ARACÉLI C. S. ; CARVALHO, MÁRCIA DA S. .	CORPORATE DECISION MAKING AND SOCIOENVIRONMENTAL INVESTMENTS IN BRAZIL: AN ANALYSIS BASED ON SOCIAL AUDITS.	ISSUES IN SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACCOUNTING	2012	s/q
FERREIRA, ARACÉLI C. S.; DA SILVA CARVALHO, MÁRCIA ; ROSA, LUIZ PINGUELLI ; BUFONI, ANDRÉ LUIZ	THE ISSUE OF SUSTAINABILITY AND DISCLOSURE. A CASE STUDY OF SELECTIVE GARBAGE COLLECTION BY THE URBAN CLEANING SERVICE OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO, BRAZIL – COMLURB.	RESOURCES, CONSERVATION AND RECYCLING	2011	A1
MACEDO, M. A. S. ; FERREIRA, ARACÉLI C. S. ; CRUZ, C. F. .	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE APOIADA EM DEA PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	GESTÃO & REGIONALIDADE (ONLINE)	2011	B2
SILVA, A. F. ; FERREIRA, ARACÉLI C. S.	UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE A CONTABILIZAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO.	REVISTA DE CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES	2010	A2
ROSA, F. ; FERREIRA, ARACÉLI C. S. ; ENSSLIN, S. ; ENSSLIN, L.	EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL (EA): CONTRIBUIÇÃO DA METODOLOGIA MULTICRITÉRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ASPECTOS FINANCEIROS PARA A GESTÃO AMBIENTAL	CONTABILIDADE VISTA & REVISTA,	2010	A2
BUFONI, ANDRÉ LUIZ ; FERREIRA, ARACÉLI C. S.	O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS: O ESTUDO DE CASO DO CERTIFICADO EMPRESA CIDADÃ.	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA (IMPRESSO),	2009	A2
CRUZ, C. F. ; MARQUES, A. L. ; FERREIRA, ARACÉLI C. S.	INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA: RECONHECIMENTO DE SUA IMPORTÂNCIA.	SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO (UFRJ)	2009	B2
FERREIRA, ARACÉLI C. S.; BUFONI, A.L. ;	UTILIZAÇÃO DO MODELO ISAR/UNCTAD: UMA ANÁLISE COMPARATIVA.	PENSAR CONTÁBIL, RIO DE JANEIRO - RJ	2007	B2

MUNIZ, NATIARA PENALVA				
MONTEIRO, PAULO ROBERTO ANDERSON ; FERREIRA, ARACÉLI C. S.	A EVIDENCIAÇÃO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL NOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS: UM ESTUDO COMPARATIVO COM O MODELO ISAR/UNCTAD.	RGSA: REVISTA DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL	2007	B1
FERREIRA, ARACÉLI C. S.; CARVALHO, MÁRCIA DA S.	UM ESTUDO SOBRE A EVIDENCIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DA CENTRAL DE SEPARAÇÃO DE RECICLÁVEIS (CSR) DA COMPANHIA DE LIMPEZA URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.	CONTEXTO (PORTO ALEGRE),	2007	B4
FERREIRA, ARACÉLI C. S.; BUFONI, ANDRÉ LUIZ .	ASSIMETRIA INFORMACIONAL DO RISCO AMBIENTAL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: UM ESTUDO COMPARATIVO BRASIL X EUA.	PENSAR CONTÁBIL, RIO DE JANEIRO	2006	B2
CALIXTO, L. ; FERREIRA, ARACÉLI C. S.	CONTABILIDADE AMBIENTAL: APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES RECOMENDADAS PELO ISAR/UNCTAD NO SETOR DE MINERAÇÃO.	REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE	2005	C
FERREIRA, ARACÉLI C. S.; FERNANDES, LEONARDO P ; MONTEIRO, PAULO ROBERTO ANDERSON ; FAUR, ADRIANA R ; MACHADO, VANESSA S	BALANÇO SOCIAL - RELATÓRIO DE DESEMPENHO SOCIAL? ANÁLISE DOS SETORES PETROQUÍMICO E ELÉTRICO NO RIO DE JANEIRO.	PENSAR CONTÁBIL, RIO DE JANEIRO	2004	B2
FERREIRA, ARACÉLI C. S..	CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA GESTÃO DO MEIO AMBIENTE.	CADERNOS DE ESTUDOS FIPECAFI, SÃO PAULO	1995	s/q
TRES, N. ; ZANIN, ANTONIO ; KRUGER, S. D. ; DAL MAGRO, C. B.	SUSTAINABILITY PRACTICES ADOPTED BY INDUSTRIAL COMPANIES.	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFSM	2021	B1
PEDERSSETTI, W. C. ; KRUGER, S. D.	ANÁLISE DOS SISTEMAS DE CONTROLES GERENCIAIS E A INTERFACE COM O CICLO DE VIDA DE UMA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS.	ABCUSTOS - REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CUSTOS	2020	s/q
ZANELLA, CLEUNICE ; KRÜGER, SILVANA DALMUTT ; BARICHELLO, RODRIGO	SUSTENTABILIDADE: UMA ABORDAGEM DAS PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR.	REVISTA DE ADMINISTRACAO IMED	2019	B3
KRUGER, S. D.; ZANELLA, C. ; BARICHELLO, R. ; PETRI, S. M.	SUSTENTABILIDADE: UMA ABORDAGEM ACERCA DAS PERCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA CATARINA.	REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA DA AMÉRICA LATINA	2018	B2

KRUGER, S. D.; PETRI, S. M. .	AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO SUINÍCOLA SOB O ENFOQUE DAS EXTERNALIDADES.	REVISTA UNIVERSO CONTÁBIL	2018	A2
LIZOT, M. ; GARIBALDI, D. ; KRUGER, S. D. ; PETRI, S. M. ; DRAHEIN, A. D.	SUSTENTABILIDADE EM GRANJAS SUINÍCOLAS DA REGIÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE -SC.	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM REVISTA	2018	B4
DI DOMENICO, DANIELA ; KRUGER, S. D. ; MAZZIONI, S. ; DALACORTE LUDWIG, MICHEL BRUNO	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA PRODUÇÃO LEITEIRA.	RACE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA (ONLINE)	2017	B3
KRUGER, SILVANA DALMUTT; ZANROSSO, MARIZA PINHEIRO DA SILVA ; MAZZIONI, SADY ; PETRI, SÉRGIO MURILO ; RIZZI, DENISE .	ANÁLISE DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EM UMA INDÚSTRIA DE RECICLAGEM NO OESTE DE SANTA CATARINA.	AGORA (UNC),	2017	B4
MAZZIONI, SADY ; COFSEVICZ, CLÁUDIA MARA ; MOURA, GEOVANNE DIAS DE ; MACÊDO, FRANCISCA FRANCIVÂNIA RODRIGUES RIBEIRO ; KRÜGER, SILVANA DALMUTT	INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIOAMBIENTAL.	REVISTA ORGANIZAÇÕES EM CONTEXTO (ONLINE)	2017	B2
BERLATTO, D. ; ZANIN, A. ; DOMENICO, D. D. ; KRUGER, S. D.	PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM PROPRIEDADES RURAIS VINCULADAS A UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL.	VIVÊNCIAS (URI. ERECHIM),	2016	B4
KRUGER, S. D.; DAHMER PFISCHER. E. ; UHLMANN, V. O. ; PETRI, S. M.	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO CATARINENSE.	SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO (UFRJ)	2013	B2
MAZZIONI, S. ; DIEL, F. J. ; DIEL, E. H. ; KRUGER, S. D. ; KLANN, R. C.	ANÁLISE DOS INDICADORES DE VALOR ADICIONADO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) E DAS DEMAIS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA.	CONTEXTUS REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO	2013	B1
KRUGER, S. D.; FREITAS, CLAUDIO LUIZ DE PETRI, S. M. ;	GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DE UMA	REVISTA GESTAO UNIVERSITARIA NA AMERICA LATINA - GUAL	2011	B2

DAHMER PFISCHER. E.	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIA AOS OBJETIVOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P).			
SILVA, CAIO OLDACK ; KASSAI, JOSÉ ROBERTO	OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E LAUDATO SI NA AGENDA SÓCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DA HUMANIDADE.	REVISTA FIPECAFI DE CONTABILIDADE, CONTROLADORIA E FINANÇAS	2022	s/q
MACIEL, RAIMUNDO CLÁUDIO GOMES ; HUNDERTMARCK, CÉSAR LEANDRO DE CRISTO ; KASSAI, JOSÉ ROBERTO ; MANGABEIRA, JOÃO ALFREDO DE CARVALHO ; CAVALCANTE FILHO, PEDRO GILBERTO ; MUNARETTI, ALISSON MELLO	THE VALUATION OF ENVIRONMENTAL SERVICES IN THE PRICE FORMATION OF NATIVE RUBBER IN ACRE.	RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT	2021	B5
ANZILAGO, MARCIELLE ; BEZERRA, CICERO APARECIDO ; BEUREN, ILSE MARIA ; KASSAI, JOSÉ ROBERTO	VALUES OR HYPOCRISY: THE GLOBAL REPORTING INITIATIVE MAPPING IN AGRICULTURAL COOPERATIVES IN PARANÁ, BRAZIL.	ENVIRONMENTAL MONITORING AND ASSESSMENT	2018	A1
AKABANE, GETÚLIO ; JOSE ROBERTO KASSAI ; GALHARDI, ANTONIO CESAR	THE PERMANENT AGRICULTURE AS A MEANS OF HARMONY BETWEEN NATURE CYCLE AND HUMAN BEING.	IOSR JOURNAL OF ENVIRONMENTAL SCIENCE, TOXICOLOGY AND FOOD TECHNOLOGY	2017	s/q
IOSR JOURNAL OF ENVIRONMENTAL SCIENCE, TOXICOLOGY AND FOOD TECHNOLOGY	RELATO INTEGRADO E O FORMATO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA PARA EVIDENCIAR A CRIAÇÃO DE VALOR DAS EMPRESAS DO PROGRAMA PILOTO.	REVISTA EVIDENCIACAO CONTABIL & FINANCAS	2017	B3
PEREIRA, J. S. ; KASSAI, JOSÉ ROBERTO ; RAMOS, PRISCILA M O	BALANÇO CONTÁBIL DOS RECURSOS HÍDRICOS: ESTUDO DE CASO DA REGIÃO DE ALAGOINHAS (BA).	RBC: REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE	2015	C
KASSAI, JOSÉ ROBERTO; FELTRAN- BARBIERI, R. ; CARVALHO, L. N. G. ; FOSCHINE, A. ; CINTRA, Y. C. ; AFONTO, L. E.	BALANÇO CONTÁBIL DAS NAÇÕES: REFLEXÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS.	BBR. BRAZILIAN BUSINESS REVIEW	2012	A2

KASSAI, JOSÉ ROBERTO; SLOMSKI, V. ; SLOMSKI, VILMA GENI ; MEGLIORINI, EVANDIR	RAUSP - SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: A INTERNALIZAÇÃO DOS GASTOS COM O DESCARTE DO PRODUTO E EMBALAGEM AOS CUSTOS DE PRODUÇÃO	RAUSP-E	2012	A2
FELTRAN-BARBIERI, R. ; KASSAI, JOSÉ ROBERTO ; CINTRA, Y. C. ; CARVALHO, L. N. G.	EXPERIMENTAL SIMULATIONS ON ENVIRONMENTAL BALANCE SHEETS FOR BRAZIL AND ITS STATES.	JOURNAL OF ACADEMY OF BUSINESS AND ECONOMICS	2012	B3
KASSAI, JOSÉ ROBERTO; FELTRAN-BARBIERI, R. ; CARVALHO, L. N. G. ; AFONTO, L. E. ; BACIC, M. J. ; ARAUJO, L. J. S. ; FOSCHINE, A. ; CINTRA, Y. C.	OS MOSNTER-COUNTRIES NO CENÁRIO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS DE ACORDO COM SEUS BALANÇOS CONTÁBEIS.	RGSA: REVISTA DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL	2010	B1
KASSAI, JOSÉ ROBERTO; FELTRAN-BARBIERI, R. ; SANTOS, F. C. B. ; CARVALHO, L. N. G. ; FOSCHINE, A. ; BACIC, M. J. ; ROBLES JR., A. ; SILVEIRA, R.L.F.	BALANCE CONTABLE DE LAS NACIONES DE ACUERDO CON LOS ESCENARIOS DE CAMBIOS CLIMÁTICOS GLOBALES.	REVISTA DEL INSTITUTO INTERNACIONAL DE COSTOS	2009	B5
LEMONS, L. V. ; RODRIGUES, R. N. ; LAGIOIA, U. C. T. ; LIBONATI, J. J.	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO DE CIDADES BRASILEIRAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS.	CUADERNOS DE CONTABILIDAD, V. 21	2020	B1
BARROS, A. N. F. ; RODRIGUES, RAIMUNDO NONATO ; SANTOS, M. R. L.	LAST BIG CORPORATE SCANDALS IN BRAZIL: WHY INVESTORS DID NOT SEE IT IN THE ANNUAL REPORTS?	REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE	2019	B3
LEAL, P. H. ; RODRIGUES, R. N. ; FREITAS, M. A. L. DE ; LAGIOIA, U. C. T.	DETERMINANTS OF GREENHOUSE GASES EMISSIONS DISCLOSURE ACCORDING TO GRI GUIDELINES IN BRAZILIAN COMPANIES.	INDEPENDENT JOURNAL OF MANAGEMENT & PRODUCTION (IJM&P)	2019	B2
BELLINI, E. C. O. ; RODRIGUES, R. N. ; LAGIOIA, U. C. T.	LA IN(SOSTENIBILIDAD) DEL SECTOR PÚBLICO: UN ESTUDIO DE LA ADHERENCIA Y DE LOS PATRONES DE DIVULGACIÓN DE LOS INFORMES DE SOSTENIBILIDAD POR LA GRI DE LAS INSTITUCIONES PÚBLICAS Y ESTATALES DEL SECTOR AGENCIA PÚBLICA.	CUADERNOS DE CONTABILIDAD, V. 21	2019	B1

SILVA, M. N. ; RODRIGUES, R. N. ; LAGIOIA, U. C. T.	É FINANCEIRAMENTE VIÁVEL SER VERDE? A RELAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO E A PERFORMANCE FINANCEIRA DE EMPRESAS BRASILEIRAS DE ALTO IMPACTO AMBIENTAL.	CUADERNOS DE CONTABILIDAD, V. 21	2019	B1
SANTOS, W. P. ; RODRIGUES, R. N. ; MIRANDA, L. C.	A STUDY OF STAKEHOLDERS' POSITIONING ON INFORMATION MATERIALITY AND ACCOUNTABILITY IN THE INTEGRATED REPORT.	REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE	2018	B1
CORREIRA, J. J. A. ; SILVA, F. E. A. ; RODRIGUES, R. N.	EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE EMPRESAS SIDERÚRGICAS BRASILEIRAS ENTRE 2011 E 2015: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E DE SUSTENTABILIDADE.		2017	B4
DE ARAGAO VALE CASTE, D. X. ; NOSSA, V. ; DA COSTA, F. M. ; MONTE-MOR, D. S.	VOLUNTARY DISCLOSURE OF INTEGRATED REPORTING AND COST OF CAPITAL IN BRAZIL: AN ALTERNATIVE EXPLANATION.	NEW CHALLENGES IN ACCOUNTING AND FINANCE	2021	s/q
MARTINS, J. P. ; MOTE-MOR, D. S. ; NOSSA, S. N. ; NOSSA, V.	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, CUSTO DE CAPITAL, RISCO E ENDIVIDAMENTO.	ADVANCES IN SCIENTIFIC AND APPLIED ACCOUNTING	2019	s/q
UHLIG, M. R. H. ; MAINARDES, E. W. ; NOSSA, V.	CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND CONSUMER'S RELATIONSHIP INTENTION.		2019	s/q
NOSSA, V. ; SANTOS, V. R. ; NOSSA, S. N.	O QUE SE TEM PESQUISADO SOBRE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E SUA EVIDENCIAÇÃO?	REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE	2017	B1
FREGUETE, L. ; NOSSA, V. ; FUNCHAL, B.	RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E DESEMPENHO FINANCEIRO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS NA CRISE DE 2008.	RAC	2015	A2
MINK, P. ; SOUZA, A. L. F. ; LAGIOIA, U. C. T. ; KATO, M. T. ; NOSSA, V.	REAÇÃO AOS ACIDENTES AMBIENTAIS: UM ESTUDO EM EMA MINERADORA NO MERCADO BRASILEIRO.	BASE	2015	B1
CUNHA, D. S. A. ; MARTINEZ, ANTONIO LOPO ; NOSSA, V.	INCENTIVOS FISCAIS VERDES E TRIBUTAÇÃO EXTRA-FISCAL: ESTUDO SOBRE O IPTU VERDE NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA (ES) COMPARATIVAMENTE A OUTROS MUNICÍPIOS.	REVISTA RAZÃO CONTÁBIL & FINANÇAS	2013	s/q
FERRON, R. T. ; FUNCHAL, B. ; NOSSA, V. ; TEIXEIRA, A. J. C.	IS ISO 14001 CERTIFICATION EFFECTIVE?: AN EXPERIMENTAL ANALYSIS OF FIRM PROFITABILITY.	BRAZILIAN ADMINISTRATION REVIEW	2012	A2
TEIXEIRA, E. A. ; NOSSA, V. ; FUNCHAL, B.	O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) E OS IMPACTOS NO ENDIVIDAMENTO E NA PERCEPÇÃO DE RISCO.	REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS	2011	A2
ROSSI, A. ; MARTINEZ, A. L. ; NOSSA, V.	ICMS ECOLÓGICO SOB O ENFOQUE DA TRIBUTAÇÃO VERDE COMO MEIO DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	RGSA: REVISTA DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL	2011	B1

	E ECOLÓGICA: EXPERIÊNCIA DO PARANÁ.			
NUNES, J. G. ; TEIXEIRA, A. J. C. ; NOSSA, V. ; GALDI, F. C.	ANÁLISE DAS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM A ADESÃO DAS EMPRESAS AO ÍNDICE BM&F BOVESPA DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.	BASE	2010	B1
NOSSA, V. ; CEZAR, J.F. ; SILVA JUNIOR, A. ; BAPTISTA, E. C. ; NOSSA, S. N.	THE RELATIONSHIP BETWEEN ABNORMAL RETURNS AND SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY: AN EMPIRICAL STUDY OF COMPANIES TRADED ON THE BOVESPA FROM 1999 TO 2006.	BRAZILIAN BUSINESS REVIEW	2009	A2

